

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

JEANE DE OLIVEIRA SOUZA

**MORFOLOGIA URBANA: UM ESTUDO SOBRE A PEQUENA LOCALIDADE DE
JUSSARA – (PR)**

MARINGÁ

2022

JEANE DE OLIVEIRA SOUZA

**MORFOLOGIA URBANA: UM ESTUDO SOBRE A PEQUENA LOCALIDADE DE
JUSSARA – (PR)**

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Endlich.

MARINGÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S729m

Souza, Jeane de Oliveira

Morfologia urbana : um estudo sobre a pequena localidade de Jussara – (PR) / Jeane de Oliveira Souza. -- Maringá, PR, 2022.

134 f.: il. color., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Endlich.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

1. Morfologia urbana - Jussara (PR). 2. Pequenas cidades. 3. Planejamento urbano. 4. Formação socioespacial. I. Endlich, Angela Maria, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 918.162

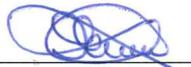
Síntique Raquel Eleutério - CRB 9/1641

MORFOLOGIA URBANA: UM ESTUDO SOBRE A PEQUENA LOCALIDADE DE
JUSSARA – (PR)

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **08 de março de 2022.**

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Angela Maria Endlich
Orientadora - UEM



Prof.^a. Dr.^a. Jaqueline Telma Vercezi
Membro convidado –UEL



Prof.^a. Dr.^a. Franciele Miranda Ferreira Dias
Membro convidado – UNILA

*Para a minha avó Nair (in memoriam) que dizia que a
única coisa que não nos tiram é a educação,
nos tiram tudo, menos isso.
Saudades eternas.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente no desenvolvimento desta pesquisa, mas agradeço especialmente:

À Deus por me abençoar com uma família incrível e por ser tão maravilhoso comigo, e, a Nossa Senhora que me acompanha em todos os momentos.

Aos meus pais pelo apoio e incentivo aos estudos, por todo amor e carinho, e, por serem os melhores sempre, eu tenho muito orgulho de ser filha de vocês.

Agradeço especialmente a minha Orientadora Professora Doutora Angela Maria Endlich pelo carinho, orientação, paciência, sabedoria e pela amizade, muito obrigada por tudo!

À minha irmã Jenifer por ser a minha pessoa, a minha Cristina Yang, que me ajudou nas correções, nas fotos, praticamente em tudo que eu precisei durante a pesquisa, você é uma pessoa incrível e eu tenho muito orgulho de ser sua irmã. E Henrique, muito obrigada por ser o melhor cunhado. Ao Guilherme e Gabriel, que são melhores irmãos e por serem os amores da minha vida.

As minhas primas melhores amigas Stefanie, Monique (que me ajudou em praticamente todos os mapas, o que seria de mim sem você), Joyce e Stéfanny que sempre foram a minha rede de apoio e que sempre estiveram ao meu lado *always and forever*.

À Monique pela amizade de 20 e tantos anos, agradeço a Deus por ter você em minha vida e, por toda parceria de uma vida. À Gabriela que se tornou alguém tão especial que não sei viver sem, obrigada pelos lanchinhos com carinho de feliz, pela amizade e parceria. Nos dias mais difíceis, vocês duas estiveram segurando a minha mão, amo vocês!

Ao Conrado Siqueira por traduzir o que eu queria e desenhar essa linda arte, ela representa a essência da pesquisa: O bolo representa o espaço como mercadoria; a fronteira entre o bolo e a fatia do bolo são as discontinuidades urbanas; a cobertura é a forma urbana; a bússola simboliza as categorias geográficas, como paisagem, lugar, território; a mesa posta com a xícara e o barco dentro, simbolizam a imagem de que as pequenas cidades são tranquilas e que o tempo nelas ocorre de forma lenta; a toalha de mesa quadriculada fazendo menção ao xadrez tradicional, retrata o desenho ortogonal do traçado urbano, características dos projetos desenvolvidos pela CMNP. Muito obrigada por isto!

À Livia que me ajudou com várias informações, principalmente com as leis e decretos municipais.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

A todos do Programa de Pós-Graduação em Geografia Mestrado e Doutorado – PGE e a todos do Grupo de Estudos Urbanos – Geur, participar deste grupo foi uma experiência maravilhosa e enriquecedora.

E por fim, a todos os meus familiares, amigos/as que estiveram comigo e que compreenderam a minha ausência em função da realização desta pesquisa.

Às pessoas que olham para as estrelas e desejam.
Às estrelas que ouvem e aos sonhos que são atendidos.

- Sarah J Maas

RESUMO

A dissertação foi elaborada com o intuito de contribuir para os estudos de morfologia urbana em pequenas cidades. O espaço tem sido produzido não pelas vontades da maioria dos seus habitantes, sujeitos e agentes, mas pelas condições impostas pelo mercado e seus agentes, predominando o valor de troca em detrimento do valor de uso do solo urbano, resultando também a ideia de um espaço de consumo. A produção do espaço marcada pela lógica do mercado pode ser percebida no estudo da morfologia urbana, a partir das formas urbanas da cidade. Adotamos como recorte territorial para este trabalho a cidade de Jussara – Pr, fundada em 1951, que teve seu desenho inicial previamente planejado pela iniciativa da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP. A morfologia revela os processos socioespaciais, e é estudada a partir de diferentes tipos de abordagens permitindo a interpretação da forma da cidade. O crescimento vertical e horizontal das cidades, exige do poder público novas estratégias de planejamento e atuação como gestor do parcelamento do solo e busca a efetivação de políticas, como por exemplo o Plano diretor. Promovendo o desenvolvimento e expansão da malha urbana socialmente justa e ambientalmente equilibrada. Esse planejamento deve ter como finalidade o cumprimento das funções sociais da cidade (urbana) e da propriedade (campo), de maneira que sejam combatidas as desigualdades sociais geradas por esses empreendimentos imobiliários.

Palavras-chave: Morfologia urbana, Jussara-Pr, pequenas cidades, estabelecimentos do campo, descontinuidades urbanas.

ABSTRACT

This current dissertation was done with the objective of contribute to urban morphology studies in small towns. The space has been produced not by the will of the most part of population, individuals or agents, but conditions established by the market and its agents, prevailing the exchange value instead of the urban soil use value, resulting also in the idea of a consumption of space. The space production marked by the market's logistic can be realized on the urban morphology study from urban forms of the city. We adopted as territorial cutout for this work the Jussara – PR city, founded in 1951, which had its initial design previously planned by the initiative of the Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP. The morphology reveals socio-spatial process, and it is studied by the different kinds of approaches, allowing the interpretation of the city's structure. The cities' vertical and horizontal growth demands new planning strategies from the public power and acting as soil subdivision manager and it searches for the effectuation of politics, as an example, the director Plan promoting the development and urban extension socially fair and environmentally balanced. This planning must have as finality the social functions' fulfillment of the city (urban) and the property (countryside), in a way the social inequalities generated by those real estate enterprises are fought.

Key words: Urban morphology, Jussara, small towns, countryside establishments, urban discontinuities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa conceitual	21
Figura 2: Jussara - População censitária segundo tipo de domicílio: urbano e rural, 1970 – 2010	31
Figura 3: Jussara – Sobreposição do perímetro urbano ao CAR, 2021.....	40
Figura 4: Paraná – Região Intermediária de Maringá, 2021	45
Figura 5: Jussara – Localização do município, 2021	53
Figura 6: Jussara – Evolução da população total, 1960 – 2010	54
Figura 7: Jussara – Fachada de lojas localizadas no centro da cidade	57
Figura 8: Jussara – Plano urbano inicial	59
Figura 9: Jussara – Plano urbano, 2021	61
Figura 10: Jussara – Zoneamento intraurbano, 2021	63
Figura 11: Jussara – Projeto do loteamento Jardim Cristal, 2019.....	66
Figura 12: Jussara – Material de divulgação da venda de lotes do Jardim Cristal, 2019	67
Figura 13: Jussara – Material de divulgação - Lotes vendidos e a serem vendidos no Jardim Cristal, 2020	68
Figura 14: Jussara – Material de divulgação – <i>Outdoor</i> de vendas de lotes do Jardim Cristal, 2021	68
Figura 15: Jussara – Rua que dá acesso ao loteamento Jardim Cristal, 2021	70
Figura 16: Jussara – Complexo esportivo do Jardim Cristal, 2021	71
Figura 17: Jussara – Planta do Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I.....	74
Figura 18: Jussara – Projeto do Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl II e III, 2013	75
Figura 19: Jussara – Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I, 2013	76
Figura 20: Jussara – Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I, 2013	77
Figura 21: Jussara – Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl II, 2021	77
Figura 22: Jussara – Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl III, 2021	78
Figura 23: Jussara - Perímetro urbano, 2008	84
Figura 24: Jussara – Macrozoneamento rural, 2008	86
Figura 25: Jussara – Planta urbana, 2021	90
Figura 26: Jussara – Localização das construções na Rua Rebouças e Rua Caravelas	93
Figura 27: Jussara – Construções na rua Caravelas	94
Figura 28: Jussara – Construções na rua Caravelas	95
Figura 29: Jussara – Construções na rua Rebouças	96
Figura 30: Jussara – Construções na rua Rebouças	97

Figura 31: Jussara – Áreas morfologicamente diferenciadas	98
Figura 32: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021	102
Figura 33: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021	102
Figura 34: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021	103
Figura 35: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021	103
Figura 36: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Jussara – Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas, 2017	56
Tabela 2: Jussara – Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor, 2017	56
Tabela 3: Jussara – Tamanho do lote em m ² , 2021	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Paraná – Algumas das empresas que atuaram na região	44
Quadro 2: Espanha – Áreas morfologicamente diferenciadas do tecido urbano	88
Quadro 3: Paraná – Proposta de identificação de áreas morfológicas	89

LISTA DE SIGLAS

APP	APP – Áreas de Preservação Permanente
CAR	CAR – Cadastro Rural
CEF	CEF – Caixa Econômica Federal
Cemei	Cemei – Centro Municipal de Educação Infantil
CMNP	CMNP – Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná
Cohapar	Cohapar – Companhia de Habitação do Paraná
Copel	Copel – Companhia Paranaense de Energia
CTNP	CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
FGTS	FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PMCMV	PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
Samae	Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
SFB	SFB – Serviço Florestal Brasileiro
UEM	UEM – Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2. URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A MORFOLOGIA URBANA: REVISÕES TEÓRICAS NECESSÁRIAS	24
2.1. REFLEXÕES SOBRE AS PEQUENAS CIDADES	28
2.2. MORFOLOGIA URBANA: ALGUNS APORTES TEÓRICOS	32
2.3. ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA E OS DESAFIOS DE ENTENDER AS RUPTURAS E DESCONTINUIDADES URBANAS	35
3. O CONTEXTO REGIONAL, DESENHOS URBANOS E A CIDADE DE JUSSARA	42
3.1. APRESENTANDO NOSSO RECORTE ESPACIAL: A CIDADE DE JUSSARA	50
3.2. FORMA URBANA DE JUSSARA	59
3.3. OS NOVOS BAIRROS E SUAS MORFOLOGIAS	64
3.3.1. Jardim Cristal	64
3.3.2. Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I, II e III	72
4. PLANEJAMENTO URBANO, PLANO DIRETOR E A QUESTÃO DA MORFOLOGIA	81
4.1. O PERÍMETRO URBANO E A ÁREA DO CINTURÃO VERDE	82
4.2. IDENTIFICANDO ÁREAS MORFOLOGICAMENTE DIFERENCIADAS	87
4.3. OS NOVOS BAIRROS E AS SUAS RUPTURAS COM O TECIDO URBANO	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO



A presente dissertação foi elaborada com o intuito de contribuir para os estudos de morfologia urbana em pequenas cidades. O espaço urbano vem passando por mudanças significativas ao longo dos últimos anos, entre elas, podemos destacar características como a dispersão e a descontinuidade do tecido urbano, essas características demonstram a relevância do estudo da forma e morfologia urbana (MIYAZAKI, 2013). Tais transformações não ocorrem somente nas grandes localidades, nas médias e pequenas localidades também.

O processo de urbanização se intensificou e tem gerado mudanças significativas nas formas espaciais urbanas. Essa que é uma constatação para as cidades médias e grandes, ocorre também em pequenas cidades. O desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação tem alterado de maneira considerável os padrões de localizações de diferentes atividades, contribuindo para tornar as configurações espaciais ainda mais complexas (MIYAZAKI, 2013, p.61).

A expansão urbana ao invés de se desenvolver de forma compacta, se estende ao longo de certos eixos de desenvolvimento. Destacamos que “desde a segunda metade do século XIX observamos, nos Estados Unidos¹, a emergência de áreas urbanas residenciais afastadas dos tecidos urbanos compactos e consolidados de diferentes cidades” (SPOSITO, 2011, p.1). Observa-se que nas últimas décadas essa tendência vem se estabelecendo no Brasil.

O espraiamento dos tecidos urbanos, suas rupturas e descontinuidades, bem como a tendência à redefinição das lógicas de distribuição espacial dos usos residenciais, industriais, comerciais e de serviços indicam transformações profundas. Elas merecem análises a partir da valorização de múltiplas dimensões desta nova realidade urbana, tanto quanto se considerando múltiplos olhares, segundo formações profissionais e visões teórico-metodológicas distintas entre si. Para a autora a produção do espaço urbano e as formas de sua apropriação são reorientadas por novos interesses, apoiados em novas condições técnicas e valores culturais, gerando estruturas mais complexas que, muitas vezes, congregam várias cidades. Não se trata mais, apenas, de processos de aglomeração urbana que se expressam em tecidos urbanos densos, contínuos e extensos tão característicos da urbanização fordista. (SPOSITO, 2011, p.1).

O que observamos no tecido urbano é que as estruturas espaciais se sobrepõem as estruturas anteriores, “combinando-se com elas e revelando a composição de espaços urbanos muito mais orientadas pela circulação do que pela localização” (SPOSITO, 2011, p.1). O processo de dispersão é caracterizado pelo espaçamento do tecido urbano, ele vai se estendendo

¹ Ressaltamos a Escola de Chicago e suas contribuições sobre os estudos que envolvem a segregação urbana. Marafon (1996) destaca que para os representantes da Escola de Chicago “a segregação refere-se ao processo de seleção que ocorre em uma comunidade urbana, resultante da competição econômica que determina a distribuição ecológica da população na cidade. Seria uma concentração de grupos, dentro de um dado território, sendo a expressão espacial a “área natural” (MARAFON, 1996, p.154).

pelo território de forma horizontalizada e espraiada, com núcleos urbanos dispersos e descontínuos do núcleo urbano principal.

São formas urbanas que têm sido bastante problematizadas, tendo em vista os custos gerados de diversas ordens. Cidades extensas são cidades caras, são cidades que tendem a dificultar a vida da população de baixa renda, além dos custos ambientais.

Formam-se assim constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados às aglomerações urbanas metropolitanas e submetropolitanas, com o sistema de vias de transporte inter-regionais utilizado como apoio ao transporte diário. Ao mesmo tempo, leva à superação dos conceitos de cidade e campo. Modos de vida e consumo metropolitanos são adotados pela população, com maior mobilidade, possibilitando a “regionalização do cotidiano” (REIS; BENTES, 2017, p.2).

As formas mais dispersas e fragmentadas são muito estudadas em áreas metropolitanas e suas grandes cidades, mas também em cidades médias. Entretanto, dinâmicas similares ocorrem pelo território de modo geral. Segundo Endlich e Contardi (2018), estudar a morfologia urbana é parte do trabalho que busca desvendar as relações de desigualdade socioespacial e a expressão territorial de parte das contradições sociais em suas expressões concretas.

Quanto ao socioespacial, considera que se a geografia “deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem” (SANTOS, 1997, p.81). O autor “propõe uma análise geograficamente articulada entre as diversas escalas. Santos deriva esta categoria da formação econômica e social da teoria marxista, expondo que ela trata da evolução diferencial das sociedades” (ENDLICH, 2006, p.59). Aderimos o termo socioespacial por concordar com a teoria proposta por Milton Santos, mas não vamos nos aprofundar nos estudos sobre o tema.

Há diversas formas de se compreender a morfologia urbana. Nesta perspectiva assinalada, pode-se dizer, então, que ela trata da estrutura vinculada a produção territorial da cidade, visível pelo seu plano, de modo que há associação entre a forma e o processo que a produz. A morfologia revela os processos socioespaciais e, é estudada, a partir de diferentes tipos de abordagens permitindo a interpretação da forma da cidade.

Realizar esse tipo de estudo em pequenas cidades corresponde a desmitificar uma imagem de senso comum de que elas são “frequentemente associadas a espaços marcados pela tranquilidade, socialmente acolhedores e sem as costumeiras mazelas que marcam a sociedade capitalista” (ENDLICH, 2011, p.1). Por este motivo, ao estudá-las, não podemos esquecer que elas apresentam características positivas, mas devemos nos atentar também as contradições

sociais ali encontradas. O estudo da morfologia urbana pode contribuir na desmistificação dessas interpretações equivocadas acerca das condições sociais e humanas vivenciadas nestes espaços.

As pequenas cidades do Norte do Paraná, de modo geral, foram planejadas antes de serem instaladas, portanto a “ocupação dessas pequenas cidades obedeceu inicialmente a uma racionalidade territorial mínima, que pode ser visualizada nas suas plantas” (ENDLICH, 2011, p.6). A autora ressalta que cada uma dessas localidades apresentam as “contradições sociais marcadas pela lógica capitalista e que se contrapõem à lógica das necessidades humanas” (ENDLICH, 2011, p.10), ou seja, mesmo que tenham seu núcleo inicial meramente planejado, os novos bairros foram implantados sem respeitar esse desenho. Pode-se observar que esses processos problematizados no trabalho da autora mostram como essas localidades tem apresentado uma forma cada vez mais marcada por descontinuidades e dispersão.

No âmbito da intensificação do processo de urbanização, torna-se fundamental que a abordagem sobre forma e morfologia urbana esteja devidamente contextualizada, contemplando aspectos diversos da sociedade. É preciso atenção ao papel dos agentes produtores do espaço, aspectos históricos, institucionais e das condições econômicas, culturais, sociais e políticas nos processos de urbanização e industrialização (OLIVEIRA, 2001).

A produção do espaço é um processo que “pode ser entendido a partir da escala da rede urbana quanto da cidade” (MIYAZAKI, 2013, p.20), e para compreender como ele se caracteriza, precisamos analisar a dimensão social atrelada às lógicas de produção, que são históricas e espaciais. Considerando-se a relação dialética existente entre forma, função, estrutura e processo (MIYAZAKI, 2013), destacamos a morfologia urbana como uma abordagem ao estudo da forma. Portanto, construímos a problematização para esse trabalho a partir da forma, mas como elemento de entrada da pesquisa, sem desconsiderar os demais elementos.

Reiteramos que a problematização do trabalho se dá a partir da forma, mas não se limita a isso. A entrada pela forma é apenas um primeiro passo para desvendar a produção do espaço no interior de pequenas cidades. Ela também ocorre pela trajetória pessoal, viver mais de vinte anos no mesmo local, que é uma pequena cidade (Jussara – Pr) e depois mudar para Maringá – Pr para fazer a graduação foi uma experiência significativa, porque podemos comparar os dois locais e os estilos de vida que os mesmos oferecem. Não só comparar esses dois locais, mas também compreender como os assentamentos urbanos são constituídos.

O espaço não é apenas materialidade, um palco para as relações sociais, ele pode ser entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, o espaço social está

integrado no espaço geográfico, ele foi formado por uma sequência de momentos que foram “cristalizados como objetos geográficos. Essa cristalização que Milton Santos relata nada mais é que o espaço global do capital, devido à universalização das empresas, isto altera as dimensões geográficas da atividade humana” (LUSTOSA, 2011, p.60), sua formação é diferenciada e é por esta razão que sua evolução espacial não ocorre de forma igual em todos os lugares.

Contribuindo para a discussão, Santos (1982), refere-se à necessidade de a Geografia contribuir para a construção de uma interpretação do espaço por meio do materialismo histórico. Neste sentido, a perspectiva teórica deste trabalho é na Teoria Social Crítica. Soja (1993) destaca que o desenvolvimento desta teoria girou em torno da afirmação de uma história mutável, em oposição a perspectivas e práticas que mistificam a mutabilidade do mundo. “[...] Uma das expressões mais explícitas e evidentes desse debate crítico que se vem ampliando foi a afirmação de um materialismo histórico profundamente espacializado” (SOJA, 1993, p.21).

A Teoria Social Crítica considera, dentro de um contexto capitalista, que o homem por estar inserido em um quadro de alienação, precisa assumir uma postura crítica frente ao quadro de opressão, permitindo a “suspensão dessa alienação” pela compreensão das contradições e dos conflitos (BARROCO, 2007, p.194). Behring (2008) destaca que esta teoria “contém os mais ricos recursos heurísticos, categorias teóricas e aportes para um mergulho analítico nos processos sócio-históricos da sociedade burguesa e seus movimentos contínuos de transformação” (BEHRING, 2008, p.31-32). Para Konder (1999), a Teoria Social Crítica acrescenta novos elementos para esta reflexão, para o autor a realidade pode ser transformada através da investigação profunda no âmbito macro da sociedade, somente assim a realidade pode ser transformada e o conhecimento construído adquirir relevância científica, rompendo com a opressão e alienação.

De acordo com Geuss (1988) “Espera-se que o efeito de uma teoria crítica bem sucedida seja a emancipação e o esclarecimento”, sendo mais específico, “uma teoria crítica tem como propósito inerente ser autoconsciência de um processo satisfatório de esclarecimento e emancipação” (GEUSS, 1988, p.96). O conhecimento humano produzido é considerado como recorrente busca da emancipação humana, desde a superação dos mitos, o domínio da natureza e a conquista da razão.

Destacamos aqui a relevância da Teoria Social Crítica na leitura da espacialidade, sobretudo, mediante a urbanização. A Geografia desempenha um papel importante nesta análise. Para contribuir com o esclarecimento da realidade estabelecida é importante compreender as representações do espaço geográfico, permeadas pela dimensão econômico-política, pelo poder de dominação, entre outros fatores. Deste modo, considera-se o

materialismo histórico-dialético como uma proposta teórica para a análise da produção do espaço.

Com a intensificação do processo de urbanização nas diferentes regiões do país, pode-se observar diversas situações, desde as grandes áreas metropolitanas fortemente vinculadas à dinâmica global, até as pequenas cidades dispersas no território. Neste sentido, o estudo dos pequenos municípios se faz necessário para entender essa diversidade e situações que compõem a rede urbana brasileira. Portanto, a discussão acerca do tema deste trabalho ocorre pelo método e de acordo com Lefebvre (1991), “a pesquisa dialética deve considerar cada fenômeno no conjunto de suas relações, com os demais fenômenos” (LEFEBVRE, 1991, p.238).

Ao adotar esses pressupostos anunciados nesta introdução, consideramos que eles estarão presentes na interpretação da realidade que vamos analisar, ainda que não voltem a ser citados. Ademais, pensar dialeticamente na pesquisa é sempre um desafio e um aprendizado, por isso nos colocamos na condição de aprendiz, tentando os primeiros exercícios neste sentido.

Os procedimentos metodológicos serão de natureza quantitativa e qualitativa. Segundo Godoy (1995), em um estudo quantitativo o pesquisador preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados, buscando a precisão e garantindo uma margem de segurança em relação às conclusões obtidas. O método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação na coleta e no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON *et al*, 1999). Neste sentido o trabalho se fundará em revisão bibliográfica sobre a morfologia urbana no âmbito da Geografia, levantamento de dados e documentos como o plano diretor, leis, decretos e a interpretação da morfologia via imagens e mapas do município de Jussara.

O trabalho também será desenvolvido com procedimentos qualitativos, compreendidos através de análises da rede urbana, sua centralidade e áreas de influência e os papéis desempenhados por elas.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados, e não emprega instrumentos estatísticos na análise dos dados. Com intuito de procurar compreender os fenômenos de acordo com as perspectivas dos participantes da situação em estudo, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos através do contato direto do pesquisador com a situação estudada. Tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental (GODOY, 1995, p.58).

Para compreender o estudo da morfologia urbana nos pautamos por referenciais teóricos como Carlos (2011), Moudon (1997), Endlich (2006), Campos Filho (1989), Lefebvre (1991),

Capel (1983), Meneguetti (2006), Lynch (1997), Santos (1993), Fernandes (2017), Rego (2006), Corrêa (2011), entre outros.

Para detalhar o entendimento de algumas áreas da cidade analisada, utilizaremos a metodologia de biografia de um loteamento proposta por Campos Filho (1986). Adaptamos esse procedimento para analisar e compreender as dinâmicas que ocorreram e ocorrem nos bairros selecionados. Outro procedimento adotado para a análise morfológica desses bairros são os dados e, sobretudo, as imagens do Cadastro Rural - CAR, mas de modo diferenciado da finalidade para a qual ele foi criado. O CAR é um registro eletrônico público que contém informações sobre imóveis rurais e demais áreas, compondo uma base de dados que auxilia no monitoramento, controle e planejamento ambiental, encontraremos no corpo do trabalho maiores informações sobre o sistema.

Os procedimentos metodológicos da dissertação estão sistematizados e organizados no esquema metodológico apresentado na Figura 1. O esquema esboça cada uma das fases da construção da pesquisa que envolvem levantamento de dados primários e secundários, levantamento e revisões bibliográficas, análise de documentos, leis e decretos municipais relacionados à compra e venda de estabelecimentos rurais para a implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais. Ressaltamos que o levantamento de alguns documentos dos bairros apresenta uma diferença na qualidade das imagens devido a forma como foram disponibilizados para consulta, não sendo possível a padronização dos mesmos, mas trabalhamos para que eles fossem apresentados da melhor maneira possível.

Considerando que o mestrado teve início com a chegada da pandemia de Covid-19 e que esta tem se prolongado, os recortes territoriais e procedimentos foram adaptados para trabalhar a temática com procedimentos disponíveis nessa condição. Também por isso, priorizamos documentos, dados secundários e imagens. O município de Jussara foi escolhido pela facilidade de acesso, por contatos prévios e por apresentar rupturas urbanas. Nos últimos meses conseguimos avançar com algumas visitas *in loco*, que nos permitiu gerar imagens (fotografias) próprias, bem como apreender a realidade espacial analisada de modo mais efetivo.

O recorte territorial da pesquisa é a sede urbana de Jussara como um todo. Contudo, a problematização recai sobre as áreas recentemente produzidas devido às descontinuidades com o espaço urbano, além da perda da qualidade do desenho urbano e da condição de vida urbana que as novas áreas podem representar. Para a análise dessas questões, escolhemos quatro bairros que previamente apresentam uma descontinuidade com o tecido urbano, três são conjuntos habitacionais de habitação popular, Conjunto Habitacional Padre Francisco Rolb I, que é uma

parceria da Prefeitura Municipal de Jussara com o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. A obra foi executada pela construtora Japurá, e o Conjunto Habitacional Padre Francisco Rolb II e III, também em parceria com a prefeitura municipal e do PMCMV, seu projeto e construção ficou a cargo da construtora *Exact Empreendimentos*, e o outro é o Jardim Cristal um loteamento da empresa Incorplan - Incorporações e Loteamentos.

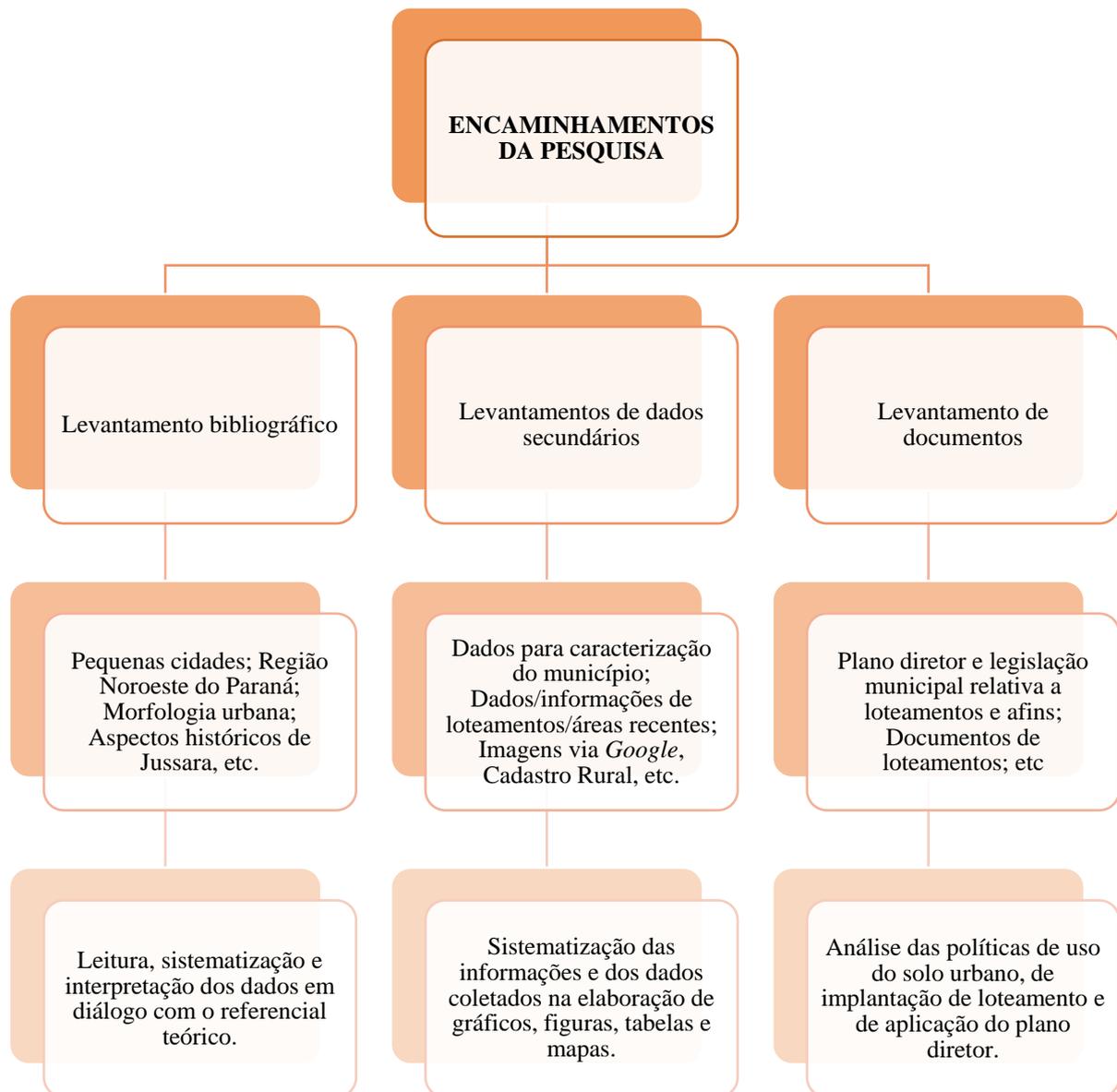


Figura 1: Mapa conceitual.
Elaboração: SOUZA, J. 2021.

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir com as reflexões da Geografia Urbana acerca da Morfologia Urbana em pequenas cidades, suas transformações e significados. O referencial espacial para estabelecer este objetivo, de modo geral, são as cidades do setentrião

paranaense, inicialmente desenhadas antes de serem implementadas. Trabalhamos com uma delas, mas situamos esse trabalho nesse contexto regional mais amplo. Com isso, advertimos que não se trata de algo que ocorre apenas com a cidade escolhida para este estudo.

Temos como foco analisar e compreender as transformações ocorridas no município de Jussara, um município de pequeno porte. Isso implica em compreender também como se dá a transformação dos espaços agrários transformados em urbanos, o peso desses loteamentos em formatos de estabelecimentos do campo para a morfologia urbana da cidade mencionada.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: analisar as formas urbanas na perspectiva histórica e destacar na diferenciação das áreas os problemas urbanos relacionados a descontinuidade dos bairros analisados; compreender as razões das descontinuidades na forma urbana inicialmente planejada; analisar o impacto da espacialidade dos estabelecimentos do campo sobre a forma urbana.

As cidades passam diariamente por constantes transformações, e com isso o espaço urbano tem ganhado uma complexidade maior. Ressaltamos que a produção do espaço é considerada como um processo, “decorrente da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprios a cada um, ora são comuns” (CORRÊA, 2011, p.1).

Para Gottdiener (2010), a organização espacial contemporânea é entendida como uma produção de desenvolvimento desigual, o autor destaca que “a verdade essencial da perspectiva crítica diz respeito a sua insistência em que as formas do espaço de assentamento são produzidas pelas forças socioestruturais dominantes que controlam a sociedade.” (GOTTDIENER, 2010, p.195), para o autor o estudo das formas revela os segredos da organização social.

O espaço é parte condicionante das dinâmicas que nele ocorrem, ou seja, ele é o produto e resultado das relações que se estabelecem dentro da sociedade. Deste modo, a noção de produção está vinculada às relações sociais que ocorrem em um determinado tempo e lugar, em várias escalas, refletindo os interesses dos agentes produtores do espaço.

Para Carlos (2011) a noção de produção do espaço traz questões importantes:

Seu sentido revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as formas como é apropriada. Essa produção distingue-se das outras em seu significado e apresenta novas implicações. Se ela tem por conteúdo as relações sociais, tem também uma localização no espaço. Dessa forma, há produção do espaço e produção das atividades no espaço, portanto, as atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço, criando uma morfologia (CARLOS *et al*, 2011, p.62).

Neste sentido, consideramos a produção do espaço como um caminho fundamental para a discussão sobre a morfologia urbana. A produção do espaço que observamos nas pequenas localidades ocorrem de maneira parecida com as grandes localidades, a exemplo dos conjuntos e dos empreendimentos das incorporadoras. A diferença entre elas pode relacionar-se a expansão vertical que ocorre nas grandes cidades.

As pequenas cidades, no atual contexto de articulação de escalas, podem estar inseridas diretamente em uma dinâmica nacional ou mesmo global. Desse modo, temos um conjunto de realidades muito distintas e inúmeras combinações de contextos espaciais e temporais, ampliando-se as possibilidades de recortes empíricos territoriais para a análise (MIYAZAKI, 2013, p.21).

Sistematizamos a dissertação em capítulos. No primeiro capítulo apresentamos uma revisão teórica e conceitual sobre as diversas abordagens acerca da morfologia urbana e os elementos que a compõe. O estudo da morfologia urbana se faz necessário para poder compreender os diferentes processos que estão ligados ao espaço urbano e há diversas formas de se compreender a morfologia urbana, podendo destacar que ela trata da estrutura vinculada a produção territorial da cidade, visível pelo seu plano, de modo que há associação entre a forma e o fenômeno que a causa. Tratamos também sobre os estudos que envolvem as pequenas cidades, quais são os seus interesses sua definição e como ela se reproduz e se transforma cotidianamente.

No segundo capítulo mostramos a área estudada, seu processo de formação e como se dá a organização do seu território. Essa análise foi pautada em um levantamento bibliográfico da origem do município e na evolução de sua morfologia urbana ao longo da história.

No terceiro capítulo apresentamos o perímetro urbano e a área do cinturão verde que está em seu entorno, mostramos que o crescimento urbano está pressionando esta área, que de modo algum deve ser transformada em área urbana, essas questões foram observadas em campo e elas se contrapõe ao planejamento proposto inicialmente. Identificamos as áreas morfologicamente diferenciadas, assim como os problemas urbanos ocasionados por possíveis rupturas do tecido urbano.

A estruturação da pesquisa possibilitou articular as reflexões empíricas e teóricas sobre a morfologia urbana nas pequenas cidades e os elementos que a compõe. Pautamos a forma porque ela materializa os processos e as relações sociais existentes. Salientamos que ela implica condições inadequadas de inserção nos espaços urbanos, marcados pela desarticulação, distância e segregação. Por fim, pautamos a forma para evidenciar a premente necessidade de intervenção na forma de produzir o espaço.

2. URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A MORFOLOGIA URBANA: REVISÕES TEÓRICAS NECESSÁRIAS



No início do século XX o Brasil contava com aproximadamente 10% de sua população residindo nas cidades. Para compreender o processo de urbanização brasileira é preciso voltar a sua história colonial. Segundo Santos (1993), os primeiros centros urbanos surgiram no século XVI, e estavam localizados ao longo do litoral nordestino, onde a principal produção da época era a cana-de-açúcar. Com a descoberta do ouro, nos séculos XVII e XVIII, vários núcleos urbanos foram surgindo no interior do território e foi a partir do século XIX que o processo de industrialização tomou força com a produção de café.

O Brasil apresentava desde o período colonial cidades de grande porte, mas somente a partir do século XIX que o processo de urbanização brasileira começou a se consolidar. Esse processo foi impulsionado por diversos fatores, dentre eles, de acordo com Maricato (2001), a libertação dos escravos em 1888, a Proclamação da República em 1889 e a expansão da indústria, que estava ligada a produção cafeeira. Com o aumento populacional nas cidades no final do século XIX e início do século XX, as cidades brasileiras começaram a ter algumas reformas urbanas, como evidencia Maricato (2001):

Realizavam-se obras de saneamento básico para a eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial nesse período (MARICATO, 2001, p.17).

Foi a partir de 1930 que o Estado começou a investir na infraestrutura das cidades, investiu em melhorias nas condições físicas para atender as demandas locais do desenvolvimento industrial. Com isto, a burguesia industrial foi assumindo a hegemonia política, marcando a realidade do processo industrial. Santos (1996) destaca que “entre 1940 a taxa de urbanização era de 26,35% e em 1980 ela chega a 68,86%, triplicando a população do Brasil nesse período, já a população urbana se multiplica por sete vezes e meia” (SANTOS, 1996a, p.29). A principal razão desse aumento no crescimento populacional foram as mudanças ocorridas no campo, a inviabilização da pequena produção, a restrição na geração de trabalho e renda e a própria política estatal de apoio a modernização agrícola e da produção de commodities, o chamado êxodo rural.

O processo de urbanização brasileira se tornou um fenômeno a partir da segunda metade do século XX e está ligado também ao crescimento demográfico significativo que houve nas cidades, principalmente, nas cidades da região sudeste. Santos (1993), ressalta que esse

crescimento demográfico é resultado de uma natalidade elevada e uma queda nas taxas de mortalidade, “cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização” (SANTOS, 1993, p31.). Esse fenômeno é conhecido como “explosão demográfica”.

Entre 1940 e 1950, a uma taxa bruta de mortalidade de 20,6%, correspondia uma taxa bruta de natalidade de 44,4%. Entre 1950 e 1960, esses índices já eram de 13,4% e 43,3%. É nesse contexto que a população agrícola cresce entre 1960 1970 e, outra vez, entre 1970 e 1980. Como, porém, a vida de relações se intensifica, e se afirma a vocação à aglomeração, a população rural cresce entre 1960 e 1970, mas diminui entre 1970 e 1980. Neste último ano, os números são bem próximos dos de 1960 (SANTOS, 1993, p.31).

A população rural cresceu nesse período, entre 1960 a 1980, mas esse fenômeno não ocorreu de forma homogênea, pois há graus de desenvolvimento diferentes entre as regiões. Outro fator que ajudou na aceleração do processo de urbanização foi a instalação sobre o território nacional de “conteúdos de ciência, técnica e informação” (SANTOS, 1996a, p.193). Observa-se nas cidades, investimentos na infraestrutura urbana, melhorando alguns problemas de acessibilidade, como a construção de metrô na cidade de São Paulo. Há um desenvolvimento desigual entre as várias localidades, mas existe uma articulação entre si, o que se manifesta numa urbanização com os mesmos traços.

Com o processo de urbanização acelerado nas últimas décadas, o Brasil apresentou diversas situações, como a urbanização das áreas de fronteira econômica, crescimento das médias localidades, periferação dos centros urbanos, entre outros. “Esses fenômenos são resultantes do processo de reestruturação econômica em curso no país” (IPEA, 2002, p.11).

Os centros urbanos que se formaram nesse processo, desempenham relações e funções específicas, como cidade-dormitório, centro de serviços, centro financeiro, cidades industriais, etc. Ressaltamos que não se pode categorizar, diretamente, a análise de um determinado centro ou aglomeração urbana, pois “na realidade, as principais cidades brasileiras respondem, simultaneamente, por várias funções, até mesmo como resultado da consolidação de sua posição no sistema urbano do país e do longo processo histórico de sua conformação” (IPEA, 2002, p.42). A pesquisa realizada pelo Ipea visa destacar os elementos básicos das funções dos grandes centros urbanos do país, e através desse estudo, criou-se um tipo de classificação de rede urbana no Brasil.

De acordo com o estudo sobre a Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPEA, 2002), a rede urbana foi definida por um conjunto de sistemas de cidades, interligadas através dos sistemas de transportes e comunicações e sua classificação baseou-se em um

conjunto de critérios de análises e indicadores, envolvendo alguns aspectos, como: “Impactos espaciais das transformações das economias regionais; Evolução do perfil da rede urbana do Brasil; Tipologia de cidades e caracterização das funções urbanas dos principais centros e aglomerações urbanas e a Hierarquia do sistema urbano do Brasil” (IPEA, 2002, p.49), e é neste último item que entra a pesquisa sobre as Regiões de Influência das Cidades – Regic. O Regic define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e determina as regiões de influência relacionadas a eles.

Seguindo a classificação do Regic (2018), em que as cidades foram agrupadas em cinco grandes níveis hierárquicos e com subdivisões internas, o município de Jussara está localizado sob a zona de influência da capital regional B (Maringá) e do centro sub-regional A (Cianorte), sendo classificada como um centro local. Os dados apresentados pelo Regic (2018), demonstram a relevância do desenvolvimento de políticas setoriais e regionais. A pesquisa ao reconhecer que algumas cidades subiram de nível hierárquico², contribui para o desenvolvimento urbano local, e auxilia no planejamento urbano, monitorando o desempenho de uma localidade frente a outras de seu entorno. Cabe ponderar que as mudanças no nível hierárquico podem estar relacionadas também com as mudanças na metodologia empregada pelo IBGE.

Os estudos sobre a rede urbana estão relacionados às transformações socioespaciais e apresentam uma grande capacidade de refuncionalização. A cidade, por menor que seja, apresenta formas dotadas de fixidez, pois ao mesmo tempo que surgem novas formas e funções, devido ao processo das formações espaciais capitalistas, as velhas continuam e, esse processo possibilita que elas existam simultaneamente, “uma rede urbana pode exibir características associadas aos diversos momentos da formação em que está inscrita, ou das diversas formações espaciais a que esteve associada” (CORRÊA, 1999, p.125). E, é dentro desta contextualização que as pequenas localidades estão inseridas, por estar integrada em uma rede urbana.

Apesar do avanço de estudos sobre as pequenas cidades, eles ainda apresentam lacunas no âmbito das ciências que se dedicam as cidades e a rede urbana. Segundo Endlich (2006, p.31), “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. [...], como também [...] comprometer uma compreensão mais ampla da rede urbana”. Essas cidades estão conectadas ao modelo de produção e compõe grande parte do território Brasileiro. Nos parágrafos anteriores abordamos sobre a lógica da rede urbana, mas assinalamos que neste trabalho o foco recai nos aspectos intraurbanos.

² Essas mudanças no nível hierárquico podem estar relacionadas também com as mudanças na metodologia empregada pelo IBGE.

2.1. UM ESTUDO SOBRE AS PEQUENAS CIDADES

Como mencionado anteriormente, as pequenas cidades desempenham um papel relevante nos estudos sobre a rede urbana, pois elas também equivalem aos centros locais. O urbano não é formado somente de médias e grandes cidades (FERNANDES, 2017) e defini-las não é tão fácil quanto parece, pois não existe um conceito que as contemple como um todo.

É preciso considerar, também, que as pequenas cidades não estão isoladas e fixadas na rede urbana brasileira, ou seja, elas compõem na rede; estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, pois fazem parte do modo de produção capitalista e fazem parte – e são influenciadas por – do fenômeno da globalização, sofrendo as consequências e a perversidade desses processos. Assim, a maior parcela da população dessas pequenas cidades tem suas vidas condicionadas às decisões do capital (FERNANDES, 2017, p.5).

A cidade não surge historicamente grande, mas ela se difere da aldeia, as “dimensões alcançadas por elas fazem parecer irrelevantes e questionáveis as pequenas cidades, enquanto tal” (ENDLICH, 2006, p.85). A aldeia é um aglomerado de agricultores, ela precede a cidade e não pode ser considerada como urbana, pois sua existência está relacionada a atividades do campo, como agricultura e criação.

De acordo com Carlos (2007), as relações sociais se realizam na qualidade de relações espaciais. Desta forma, a cidade é reflexo da prática socioespacial, ou seja, do modo de vida que realiza na cidade.

Assim, o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso - ao longo do tempo. Esse sentido diz respeito à superação da ideia de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revelá-la como sentido da vida humana em todas as suas dimensões, – de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada de realização da vida. Assim, a cidade se realizaria também, como lugar do possível – possibilidade de um projeto voltado para o futuro (CARLOS, 2007, p.11).

Segundo Sposito (2004), “a cidade é o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo” (SPOSITO, 2004, p.64). Ela deixou de ser apenas o lugar onde se concentra o excedente agrícola produzido no campo e passou a ser o lugar de toda a produção agrícola da sua transformação industrial. Quem produz o espaço urbano são os agentes sociais, eles estão inseridos na temporalidade e espacialidade da formação socioespacial capitalista (CORRÊA, 1995). E quem são esses agentes? Corrêa (2011) ressalta que os agentes sociais são os proprietários de meios de produção, proprietários fundiários,

promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos e em cada momento esses agentes têm a sua importância.

A noção de agentes produtores do espaço abordada por Corrêa (2011) já havia sido introduzida pelo Capel (1974). Esses agentes são responsáveis pela organização do espaço e por diferentes estratégias como destacado por Capel (1974):

Numa sociedade capitalista, a cidade e o espaço em geral não pertencem aos seus habitantes e não são modelados segundo os seus interesses, mas segundo os interesses, por vezes contraditórios, de uma série de agentes. Em essência, esses agentes são: os donos dos meios de produção; os donos da terra; incorporadoras e construtoras e, por fim, órgãos públicos, agentes e árbitros ao mesmo tempo no processo de produção do espaço urbano (CAPEL, 1974, p.85, tradução nossa)³.

O autor ressalta que a produção do espaço é o resultado das práticas desses agentes que atuam no quadro do sistema capitalista. Alguns desses agentes utilizam-se de mecanismos jurídicos, que defende os interesses das classes dominantes no processo de formação social, para legalizar as práticas de uso e ocupação do solo que foram realizadas a margem da lei.

Para compreendermos a configuração da cidade, precisamos entender a diferença entre urbano e cidade. Para Lefebvre (2009), “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e propriedade” (LEFEBVRE, 2009, p.59), para o autor o urbano é a morfologia social e a cidade a morfologia material, ambos os termos abrangem o processo de urbanização.

Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas. Há, portanto, uma ocasião em uma razão para se distinguir a morfologia material da morfologia social. Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico - e por outro lado o "urbano", realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento (LEFEBVRE, 2009, p.54).

O autor salienta que se adotada esta terminologia, as relações entre a cidade e o urbano deverão ser definidas com cautela, “evitando tanto a separação como a confusão, tanto a metafísica como a redução à imediaticidade sensível” (LEFEBVRE, 2009, p.55).

³ *En una sociedad capitalista, la ciudad y el espacio en general no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función a sus intereses, sino de acuerdo con os intereses, a veces contradictorios, de una serie de agentes. En esencia estos agentes son: os propietarios de os medios de producción; os propietarios del suelo; os promotores inmobiliarios y las empresas de la construcción, y, por último, os organismos públicos, agentes y árbitros a la vez em el proceso de producción del espacio urbano (CAPEL, 1974, p.85).*

A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra "o urbano" não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. Elas à têm ou não a têm. Se não a têm, se o "urbano" e a sociedade urbana são concebidos sem essa base, é que são concebidos como possibilidades, é que as virtualidades da sociedade real procuram por assim dizer a sua incorporação e sua encarnação através do pensamento urbanístico e da consciência: através de nossas "reflexões". Se não as encontrarem, essas possibilidades perecem; estão condenadas a desaparecer. O "urbano" não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica (LEFEBVRE, 2009, p.55).

Se por um lado o urbano é uma realidade social composta das relações concebidas, a cidade é a realidade presente, imediata, ela preexiste à industrialização. A estrutura social está presente na cidade e a cidade é um pedaço do conjunto social, é aí que o direito a cidade se manifesta, ele se manifesta como uma forma superior dos direitos, o direito a individualização e socialização, a liberdade e o habitar e viver. Para Lefebvre (2009) o direito a cidade se confunde muitas vezes com “a questão da moradia, sua urgência nas condições do crescimento industrial inicialmente ocultavam e ocultam os problemas da cidade” (LEFEBVRE, 2009, p81). O núcleo urbano torna-se um produto de consumo de alto nível, ele sobrevive graças ao duplo papel de lugar de consumo e consumo do lugar, a cidade muda quando muda a sociedade no seu conjunto.

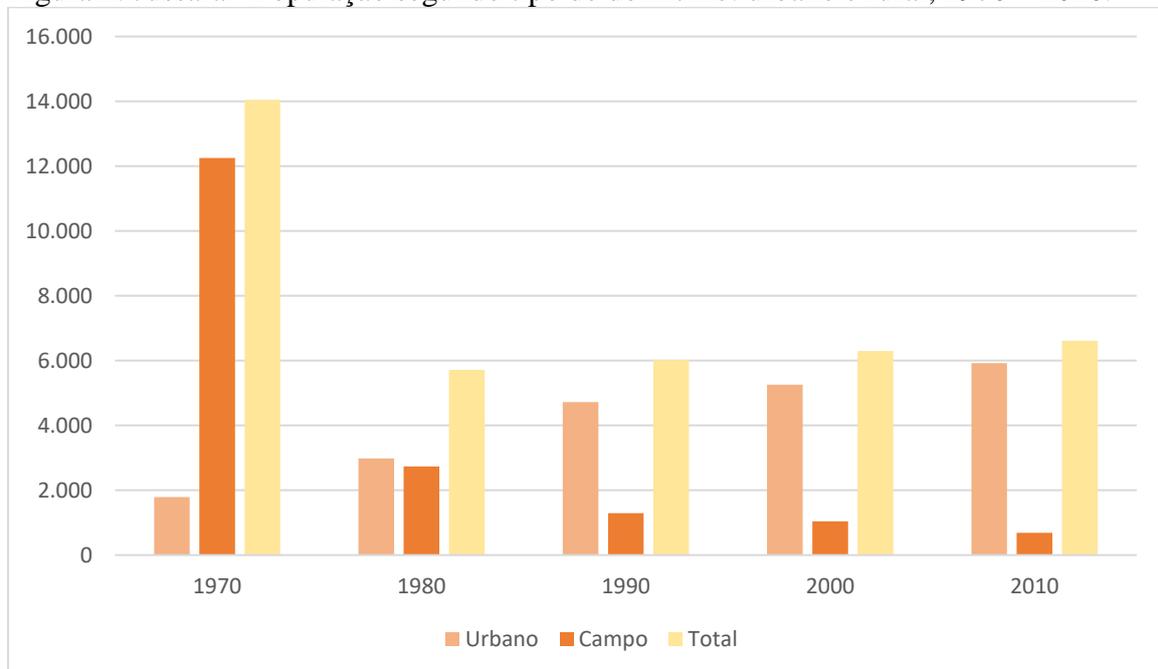
As cidades são uma criação do homem, mas o homem foi moldado por elas. A longa história da cidade está, intimamente, ligada ao processo de desenvolvimento da civilização. É na cidade que se realizam avanços fundamentais a este respeito e é mesmo a cidade que os torna possíveis. Se criamos a cidade e a cidade nos moldou, então não somos observadores dos acontecimentos que ocorrem e, sim, parte ativa dele (LYNCH, 1997).

Fizemos esses apontamentos sobre a cidade como um todo, mas o nosso olhar neste trabalho recai sobre as pequenas cidades tal como assinalamos, principalmente as pequenas localidades da Região Intermediária de Maringá, com destaque a cidade de Jussara, que é o objeto de estudo desta pesquisa. As Regiões Intermediárias constituem uma nova regionalização do IBGE, esse novo modelo de divisão regional incorpora as mudanças ocorridas no país no decorrer das últimas décadas, considerando que o território brasileiro vem passando por um processo de transformação e que precisa ser identificado em sua diversidade (IBGE, 2017)

Entendemos como pequenas cidades, localidades que são capazes de suprir as necessidades mínimas da população e, que, também, estão inseridas na rede urbana, através de relações internas ou externas estabelecidas com outras localidades. Considerando as tendências, anteriormente assinaladas, quanto ao processo de urbanização brasileira, podemos verificar como na pequena cidade para a qual dedicamos este estudo, o comportamento dos dados na

escala local nos mostra que nos últimos anos houve uma inversão de local de moradia, como podemos observar na Figura 2.

Figura 2: Jussara - População segundo tipo de domicílio: urbano e rural, 1970 – 2010.



Fonte: IBGE, Censos demográficos.

Conforme dados coletados nos censos de 1970 a 2010, nota-se que a população do campo, em 1970 era de aproximadamente 12.249 pessoas e a população urbana de 1.792, no ano de 1980 houve uma diminuição expressiva da população total. No Capítulo 2 detalharemos essa dinâmica no município de Jussara. Neste capítulo apenas assinalamos que essa diminuição da população foi desencadeada pelas profundas transformações vivenciadas na região, decorrentes da mudança na pauta de produção, concentração fundiária. São processos desencadeados por fatores diversos e oriundos de escalas mais amplas: o mercado internacional, a política nacional, embora na região comumente sejam assinalados fatores circunstanciais e locais (MORO, 1991), como as fortes geadas que ocorreu no estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980 ocasionando queda da produção de café. Podemos observar que a partir de 1980 a população urbana começou a apresentar um crescimento em relação a do campo, as famílias começaram a migrar para a cidade naquele período.

Na realidade os fluxos na região naquele período são muito mais complexos que isso. Não basta dizer que houve um êxodo rural, que as cidades passaram a crescer em decorrência dele. Houve, na realidade, um fluxo que, sobretudo entre 1970-1980, caracterizou um êxodo regional como mostrou Endlich (2006). Parte dos moradores do campo foram para a cidade

mais próxima, outros foram para os centros regionais e capital do estado, existem outros fluxos migratórios que foram para outros estados, os trabalhadores para cidades grandes como São Paulo, mas alguns proprietários rurais encontraram em Mato Grosso, Rondônia e Minas Gerais oportunidades de comprar terras mais baratas e, tentar sair da crise que se configurou na região.

As pequenas localidades cujos papéis estavam fundamentados em dar suporte a densa população que habitava na região, foram profundamente afetadas. Eram localidades territorialmente pequenas, mas com papéis muito definidos. Posteriormente pode ter crescido o território, mas os papéis de centralidade foram cada vez mais afetados (ENDLICH, 2009). Essas cidades apresentam alguns problemas similares aos existentes nas cidades de médio e grande porte, pois, estão inseridas em rede urbana e os estudos sobre elas precisam levar em consideração a lógica qualitativa e quantitativa, principalmente no que tange a formação socioespacial, pois é através dela que compreendemos uma sociedade em sua totalidade.

Segundo Endlich (2006), as pequenas cidades localizadas na região Intermediária de Maringá, “expressam vulnerabilidade e a efemeridade das formações socioespaciais no modo capitalista de produção” (ENDLICH, 2006, p.38). As pequenas cidades estão em constante evolução e o estudo da forma urbana se faz necessário para compreender as dinâmicas das transformações espaciais. Tendo em vista a temática do trabalho e sua problematização, foi preciso maior concentração em trabalhos voltados a morfologia urbana e os tipos de estudos que se enquadram nesta temática.

2.2. MORFOLOGIA URBANA: ALGUNS APORTES TEÓRICOS

O conceito de morfologia é abordado em diversas áreas do conhecimento, sua definição designa ao estudo da forma, da configuração e da estrutura externa de um objeto. A estrutura externa seria todos os componentes que vai moldando as cidades como edifícios, ruas, parques, entre outros. Por ser um objeto de múltiplas leituras e de inúmeras significações, Lamas (1993, p.37) evidencia que “a leitura disciplinar, se bem que rica de conteúdos e esclarecimentos sobre o objeto, não o explicará totalmente, quer na sua configuração quer no seu processo de formação” (LAMAS, 1993, p.37). Somente um estudo de diversas áreas com diferentes abordagens e informações poderá explicar um objeto tão complexo como a cidade.

Moudon (2015) ressalta que os elementos do espaço urbano existem em um estado de “inter-relação próxima e dinâmica: estruturas construídas que moldam e que são moldadas pelos espaços abertos à sua volta; ruas de carácter público servindo e sendo utilizadas por proprietários de parcelas privadas dispostas ao longo dessas ruas” (MOUDON, 2015, p.41). Os

estudos acerca do tema levaram um grupo de pesquisadores de diversas áreas (geografia, arquitetura, história, etc.) e de diversos países a criar o *International Seminar on Urban Form* (*ISUF – ou SIFU, Séminaire International de la Forme Urbaine, Seminario Internazionale de la Forma Urbana*). A autora salienta que:

Estes encontros reconheceram a expansão da morfologia urbana para além dos seus limites originais na geografia, e a sua emergência como um campo interdisciplinar. Os encontros sublinharam a necessidade de promover um diálogo internacional e de investigar o âmbito das bases teóricas deste campo (MOUDON, 2015, p.42).

A partir daí, surgiram três principais escolas: a inglesa que é representada pelo geógrafo alemão M. R. G. Conzen, a italiana representada pelo arquiteto Savério Muratoni e a francesa representada pelos arquitetos Jean Castex e Philippe Panerai e o sociólogo Jean-Charles DePaule⁴. Essa abordagem interdisciplinar possibilita a utilização de dados de diversas áreas como sociologia, arquitetura, economia, história, geografia, para “explicar a cidade como fenômeno físico” (LAMAS, 1993, p.38). Dentro da Geografia há vários estudos partindo de diferentes concepções, dentre eles destacamos o estudo da forma urbana, uma vez que este estudo se faz necessário para compreender os processos de transformações do espaço urbano.

A expressão morfologia está ligada a palavra forma, de acordo com o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1988), morfologia significa o estudo do aspecto, da forma e da aparência externa da matéria. A definição da forma se refere a sua configuração ou limite exterior e é “superada a partir do momento em que o termo vem acompanhado da adjetivação urbana, que traz consigo uma série de elementos atrelados ao processo de urbanização” (MIYAZAKI, 2013, p.27). Holanda *et al.* (2000), ressalta que “falar em forma urbana ou espaço urbano remete, necessariamente, à abordagem dos processos de organização social na cidade a partir de suas características configurativas” (HOLANDA *et al.* 2000, p.11). Os estudos de morfologia urbana não são limitados apenas a forma, visto que, morfologia urbana é o estudo da forma no meio urbano e suas transformações no contexto da produção do espaço.

Trata-se de apreender as dinâmicas socioespaciais partindo da forma, mas considerando todo o contexto de produção do espaço. Nesta perspectiva, Diniz e Oldoni (2017), destacam que:

⁴ Para maiores informações sobre cada uma dessas escolas, destacamos o artigo da Moudon originalmente publicado na revista *Urban Morphology* (1997).

A morfologia urbana se define, essencialmente, como sendo os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, analisando e explicando a paisagem urbana e sua complexa estrutura. A cidade é resultante da acumulação e da integração de muitas ações determinadas pelas tradições, culturas, ideias políticas, forças econômicas, grupos ou indivíduos e, portanto, deve ser compreendida como um organismo volúvel, em constante modificação e evolução (DINIZ; OLDONI, 2017, p.1).

O tecido urbano vai se moldando no decorrer dos diferentes períodos de desenvolvimento e a morfologia urbana se evidencia como um instrumento para analisar essas modificações. Moudon (2015), salienta que os vários estudos sobre o tema têm uma base comum, que a “cidade pode ser lida e analisada através da sua forma física” (MOUDON, 2015, p.45), e que há três princípios para a análise morfológica de uma cidade:

i. A forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: edifícios e os espaços abertos relacionados com estes, parcelas ou lotes, e ruas; ii. A forma urbana pode ser compreendida em diferentes níveis de resolução. Normalmente, reconhecem-se quatro níveis, que correspondem ao edifício/parcela, à rua/quarteirão, à cidade, e à região; iii. A forma urbana só pode ser compreendida na sua dimensão histórica uma vez que os elementos que ela compreende sofrem uma contínua transformação e substituição (MOUDON, 2015 p.45).

Ainda para a mesma autora são componentes relevantes na análise morfológica além da forma, a resolução⁵ e o tempo (MOUDON, 2015). Estes elementos estão presentes nos estudos sobre morfologia urbana desenvolvidos tanto por geógrafos, quanto por arquitetos. A ideia da forma na Geografia está ligada a análise da paisagem, é através dela que podemos identificar características de uma determinada localidade através da configuração do tecido urbano, como características culturais, diferenças sociais e econômicas, áreas elitizadas, periféricas, entre outros.

Há várias possibilidades para a análise morfológica, a paisagem é apenas uma delas. Os planos urbanos e imagens aéreas são outras formas de análise. Conzen (1968) destaca que a leitura de documentos como os planos urbanos (*town-plans*) são importantes para entender a história urbana, pois as tipologias apresentadas por esses planos “em quadrículas, radiocêntricas, lineares e flexíveis ou mistas” (MIYAZAKI, 2013, p.29), oferecem grandes contribuições para estes estudos. Neste sentido, Carlos (2007), ressalta que a análise da paisagem “enquanto produto das transformações que a sociedade humana realiza a partir da natureza, num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, sob múltiplas

⁵ Para Moudon (1997), resolução é considerada uma escala de análise, “[...]a escala de resolução, ou abrangência espacial do estudo, situa-se na escala da cidade, ou seja, dos setores censitários e do sistema viário interno ao núcleo efetivamente urbanizado da sede dos municípios” (TORALLES; KRÜGER, 2011).

formas de uso, seja através da construção da moradia, do lazer, das atividades de trabalho” (CARLOS, 2007, p.33). Analisar a paisagem não se limita, somente, ao visível.

Analisando documentos e imagens urbanas criamos a hipótese de que parte das transformações mais recentes nas formas urbanas não dizem respeito a definições de planos e a dinâmicas, propriamente, urbanas. Parece que parte da forma que as cidades vêm adquirindo está vinculada ao desenho dos estabelecimentos agropecuários existentes no entorno das cidades/localidades. Muito mais do que uma sequência ao desenho inicial, observamos que na medida em que proprietários de terras e incorporadores loteiam áreas, elas obedecem a forma que havia no lote do campo que deu origem ao loteamento. Por isso, dedicamos parte dos procedimentos de pesquisa a materiais que nos permitiram essa análise.

A problematização da morfologia urbana na região, tomando por referência os processos mais recentes e a sua expressão territorial, tem a ver com o estranhamento ao perceber os aspectos que as cidades vinham adquirindo, visíveis a partir das imagens aéreas, agora facilitadas pelo *Google Earth*. Desse estranhamento é que começamos a procurar entender que dinâmicas levaram a isso.

2.3. ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA E OS DESAFIOS DE ENTENDER AS RUPTURAS E DESCONTINUIDADES URBANAS

Conforme exposto anteriormente, a partir da década de 1950 o Brasil começou a deixar de ser um país com características rurais passando a ser um país mais urbanizado, consequência de amplo conjunto de mudanças que resultaram nas implicações demográficas, sobretudo o decréscimo da população rural e o aumento da população urbana. Segundo Santoro (2004), os processos de expansão urbana continuam intensos, e demonstram frequentes processos de espraiamento do tecido urbano, que tem como uma das mais relevantes implicações a periferização da população, principalmente a de baixa renda, gerando a desigualdade socioespacial.

Dentro do espaço urbano a distribuição populacional ocorre, em sua maioria, de forma desigual. De acordo com Campos Filho (1989), no quadro do capitalismo, a distribuição da população e das atividades econômicas no solo urbano segue a regra básica do poder aquisitivo, tanto em localização, como acesso aos serviços essenciais para a sobrevivência, cultura e lazer. Desse modo as áreas centrais dessas regiões vão se tornando mais valorizadas, gerando a especulação imobiliária, essa especulação não acontece somente nas áreas centrais das cidades, acontece também nos estabelecimentos rurais próximos ao perímetro urbano.

A especulação imobiliária é um quadro do capitalismo, uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos, que são os meios coletivos de produção e consumo ao nível do espaço urbano. (CAMPOS FILHO, 1989, p.48).

Não se entende a forma urbana das cidades capitalistas, sem considerar os agentes produtores do espaço, seus interesses e, sobretudo, a conhecida especulação imobiliária. O crescimento desigual das cidades gera uma valorização dos terrenos urbanos, pois o mercado imobiliário é extremamente monopolista. Através de políticas públicas de habitação, de novos loteamentos, entre outros empreendimentos imobiliários, os estabelecimentos agrários que estão localizados no entorno da área urbana, foram adquiridos pelos municípios, por empresas loteadores e construtoras, inserindo-os ao tecido urbano. Esses projetos, em sua maioria, não levam em consideração o plano inicial desenhado para essas localidades buscando uma coerência e continuidade de desenho, ocasionando uma descontinuidade no tecido urbano.

Os estudos sobre as áreas do campo e sua evolução são importantes do ponto de vista da evolução urbana. Capel (2002) destaca que o interesse que se dá a problemática urbana das pequenas localidades, permite conhecer o processo em que elas passaram durante sua história, quais foram as estratégias dos proprietários rurais na configuração dessas localidades. Para o autor, analisar a influência dos estabelecimentos agrários no tecido urbano, torna-se um elemento indispensável no estudo da morfologia, é essencial entender o uso do solo, pois esses estabelecimentos implicam limitações e possibilidades, como por exemplo, se a propriedade for muito fragmentada ela vai representar um obstáculo para a implantação de indústrias e/ou novos loteamentos.

A influência das formas rurais preexistentes e o tamanho das propriedades agrícolas pode ser observado nos novos loteamentos urbanos. Para entender a forma que as cidades foram se constituindo, acabamos utilizando material que expõem as formas dos estabelecimentos no campo. O Cadastro Ambiental Rural – CAR associado aos documentos de planos urbanos contribui para a leitura da morfologia contemporânea das cidades/localidades. Através dele podem ser observadas as formas dos estabelecimentos do campo no entorno do espaço urbano, não é mais o desenho urbano que tem definido a forma da cidade e, sim, o formato desses estabelecimentos.

Na perspectiva teórica, Capel (2002) havia alertado acerca disso:

A importância da parcela (terreno) foi descoberta, como vimos, nos estudos sobre as estruturas rurais pré-existentes e a evolução das formas urbanas, como Jean Tricart fez na França na década de 1950. Quase simultaneamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, iniciou-se o uso de cadastros preurbanos para reconstruir a evolução das cidades e a propriedade e loteamento da terra foram estudados como fatores essenciais para compreender alguns aspectos do desenvolvimento urbano (CAPEL, 2002, p.74, tradução nossa)⁶.

O estudo da evolução do estabelecimento agrário que se tornou lote urbano pode ser feito a partir de mapas ou pelo registro de dados cadastrais antigos. A documentação cadastral é fundamental para o conhecimento da estrutura urbana das cidades. Capel (2002) destaca como exemplo a documentação cadastral histórica gerada pelo Marquês de Ensenada em meados do século XVIII:

Especialmente a planimetria geral de Madrid, realizada entre 1749 e 1774 no âmbito das medidas adotadas pelo ministro Fernando VI para a reforma da Fazenda Real, e que constitui a melhor amostra de cadastro urbano de todo o Antigo Regime em Espanha. O trabalho resultou em planos para os 557 quarteirões da cidade de Madrid, com um total de 7.800 descrições de casas da cidade. Informações detalhadas sobre inúmeras características dos lotes são fornecidas para cada uma dessas casas no livro de assentos suplementar: o proprietário, os proprietários anteriores, o plano, a configuração do imóvel, as dimensões, a qualidade do edifício, os inquilinos, os direitos, privilégios e encargos, e assim por diante até um total de uma pontuação de característica (CAPEL, 2002, p.75, tradução nossa)⁷.

A análise desta documentação revela dados sobre a estrutura urbana de uma cidade pré-industrial europeia, como a cidade de Madri (século XVIII), nesta análise observou-se a forma dos lotes, e verificou-se que há blocos cujo formato reflete as estruturas rurais pré-existentes, e outros que apresentam claramente uma divisão geométrica feita expressamente para venda em lotes urbanos.

⁶ *La importancia del parcelario se fue descubriendo, como hemos visto, en relación con los estudios sobre las estructuras rurales preexistentes y la evolución de las formas urbanas, tal como hizo en Francia Jean Tricart en los años 1950. Casi simultáneamente en EEUU y en Gran Bretaña se iniciaba la utilización de los catastros preurbanos para reconstruir la evolución de las ciudades y se estudiaban la propiedad del suelo y la parcelación como factores esenciales para entender algunos aspectos del desarrollo urbano (CAPEL, 2002, p.74).*

⁷ *En especial la Planimetría general de Madrid, realizada entre 1749 y 1774 en el marco de las medidas adoptadas por el ministro de Fernando VI para la reforma de la Real Hacienda, y que constituye la mejor muestra de catastro urbano de todo el Antiguo Régimen en España. La obra dio lugar a planos de las 557 manzanas de la ciudad de Madrid, con un total de 7.800 descripciones de casas de la ciudad. De cada una de dichas casas se da en el Libro de Asientos complementario una detallada información sobre numerosas características de las parcelas: el propietario, los dueños anteriores, el plano, la configuración del inmueble, las dimensiones, la calidad de la edificación, los inquilinos, los derechos, privilegios y cargas, y así hasta un total de una veintena de características (CAPEL, 2002, p.75).*

A Planimetria geral de Madrid mostra a intensa transformação da estrutura do lote como resultado de aquisições para a constituição de mosteiros, fundações e palácios. A par de alguns quarteirões em que se percebe claramente esta estrutura expansiva de conventos ou nobres, noutros há processos de loteamento; e, também lotes irregulares de clara origem rural, e lotes regulares que apresentam uma divisão geométrica do espaço para uso imobiliário (CAPEL, 2002, p.77, tradução nossa)⁸.

Segundo Capel (2002), muitas vezes é o proprietário do estabelecimento agropecuário que dirige a expansão urbana. Foi o que aconteceu no século XIX nas cidades espanholas, nos subúrbios não afetados pelo planejamento urbano dos *Ensanches*⁹. As estradas rurais tornaram-se ruas, e o traçado dos lotes rurais influenciaram na forma dos loteamentos urbanos. O loteamento é um mecanismo essencial para a transformação do estabelecimento do campo em lotes urbanos, pois ele influencia na especulação imobiliária, aumentando o valor dos imóveis, o formato do loteamento diz muito sobre o uso do solo antes de sua implantação. O crescimento de uma cidade, normalmente, segue os padrões de evolução urbana, adaptando-se às estruturas rurais pré-existentes. Uma vez realizada esta expansão, a acumulação de investimentos realizados em edifícios, infraestruturas e os direitos adquiridos tornam muito difícil a sua modificação.

Destacamos este estudo de Capel (2002) sobre a cidade de Madri e a importância de uma documentação cadastral, pois no Brasil, ainda que elaborado com outras finalidades, o CAR auxilia nessa análise. De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, o CAR é uma ferramenta para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico no combate ao desmatamento.

É um registro eletrônico público de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente - APP, de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, compondo uma base de dados para o sistema. O primeiro passo para a obtenção da regularidade ambiental do imóvel é a inscrição no CAR (BRASIL, SFB, 2021).

Contudo, nesse trabalho faremos um uso diferenciado do CAR. Estamos propondo-o como ferramenta de análise no reconhecimento do estabelecimento do campo que se

⁸ *La Planimetría general de Madrid muestra la intensa transformación de la estructura parcelaria como resultado de adquisiciones para la constitución de monasterios, fundaciones pías y palacios nobiliarios*¹⁸. Junto a algunas manzanas en las que se percibe claramente esa estructura expansiva de conventos o nobles, en otras se notan procesos de subdivisión parcelaria; y también parcelaciones irregulares de clara procedencia rural, y parcelaciones regulares que muestran una división geométrica del espacio para su aprovechamiento inmobiliario (CAPEL, 2002, p.77).

⁹ Significa ampliação de uma cidade fora da região central e de modo planejado.

transformou em loteamento ou conjunto habitacional e as implicações que estas transformações ocasionam à forma urbana, como veremos na Figura 3.

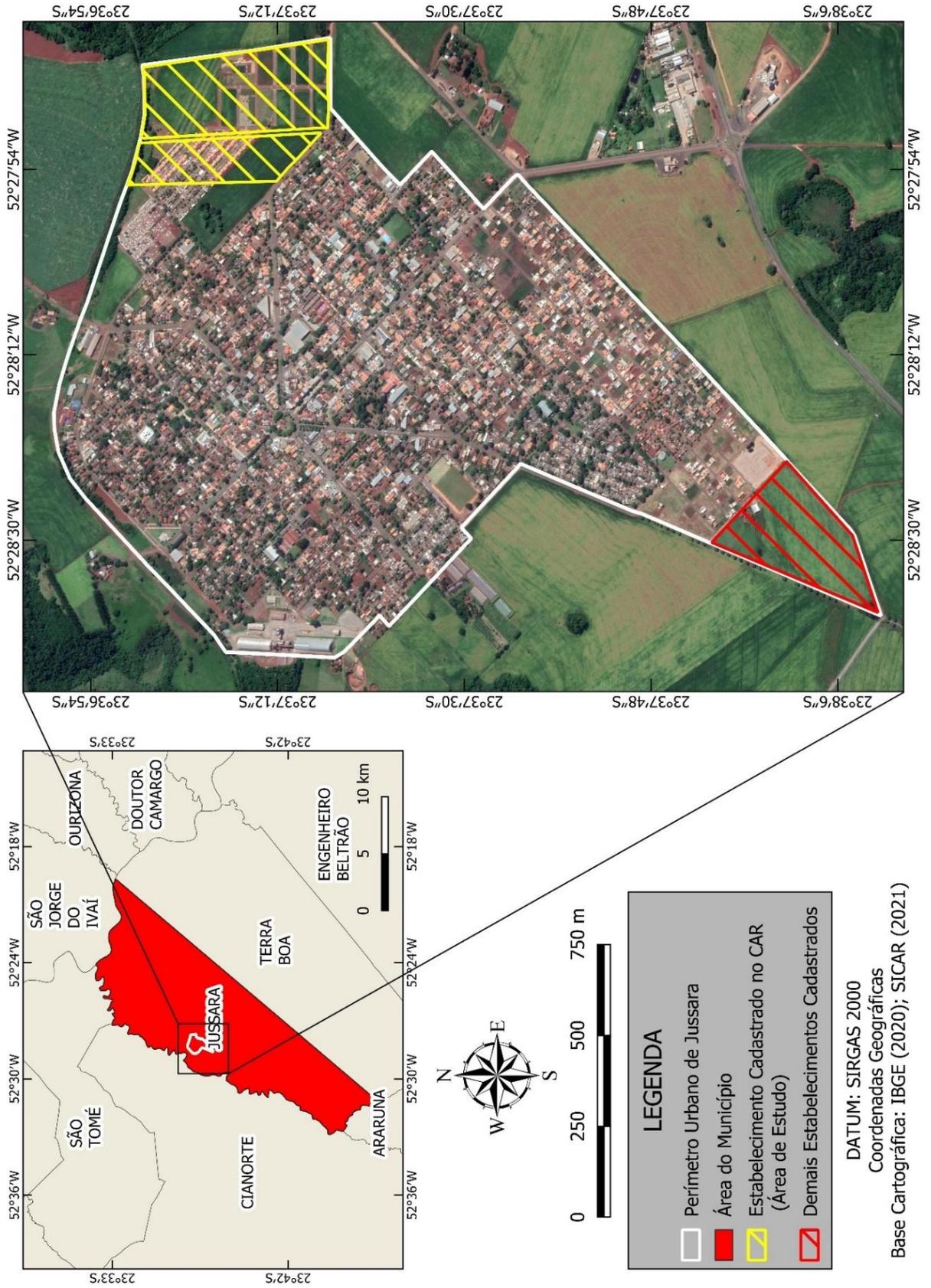
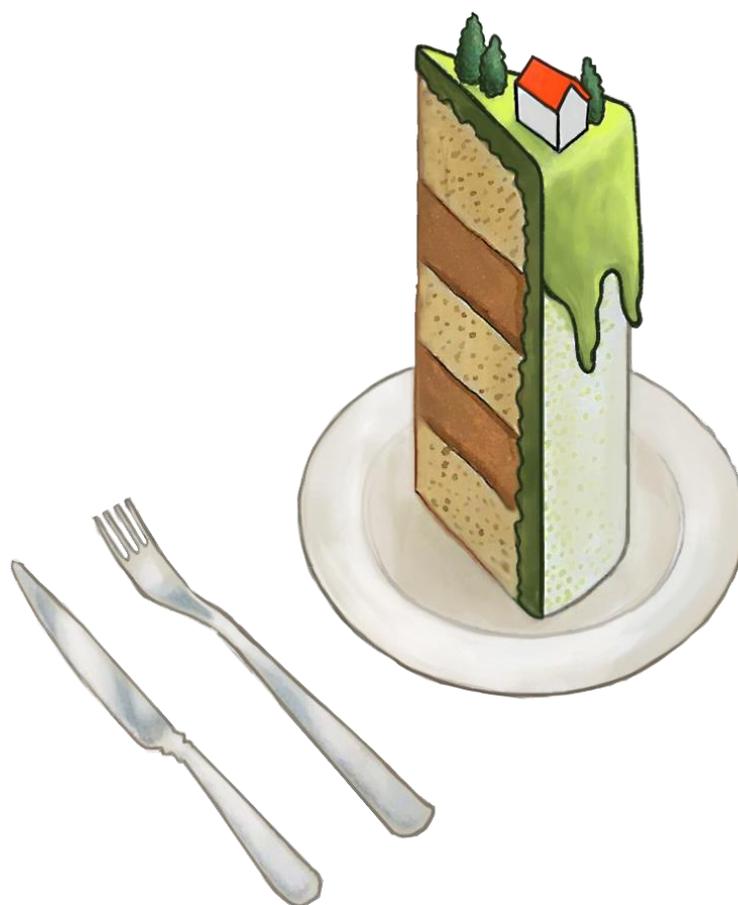


Figura 3: Jussara – Sobreposição do perímetro urbano ao CAR, 2021.
Fonte: IBGE (2020) e SICAR (2021).

Analisando a Figura 3, observamos que o formato dos novos empreendimentos apresenta a forma dos estabelecimentos rurais que estão localizados em torno do perímetro urbano. Esses empreendimentos rompem com o desenho inicial planejado, apresentando áreas que estão mal integradas ao plano da cidade, dificultando o acesso da população residente aos serviços básicos como banco, escolas, comércio, entre outros. Verificamos que o formato de um dos estabelecimentos cadastrados no CAR não condiz com a realidade apresentada na Figura 3, nos fazendo questionar se houve um desmembramento do lote ou se houve um erro no cadastramento do imóvel no sistema.

Após essas reflexões teóricas e conceituais sobre a produção do espaço, morfologia urbana e os estudos que envolvem as pequenas cidades, iremos analisar o processo de formação socioespacial da Região Noroeste do Paraná e como se deu o planejamento das pequenas e médias localidades que estão localizadas na região, com destaque para o município de Jussara, uma cidade de pequeno porte que teve seu desenho inicial meramente planejado, ressaltando seus aspectos históricos, econômicos e sua forma urbana.

3. O CONTEXTO REGIONAL, DESENHOS URBANOS E A CIDADE DE JUSSARA



O processo histórico de ocupação¹⁰ capitalista efetiva da região Norte do Paraná está marcado pelo processo de comercialização de terras por meio de empresas colonizadoras com o apoio do Estado e de muitos pequenos proprietários e trabalhadores rurais. Buscaremos na história elementos fundamentais para compreender a formação socioespacial regional nos dias contemporâneos.

A fase da colonização na região ocorreu a partir da segunda metade do século XX, com o apoio do governo do Estado do Paraná e, por investimentos capitalistas, atraindo agricultores e outras pessoas para a aquisição de lotes de terras, que eram consideradas férteis e baratas. Cordovil (2010) destaca que “os planaltos ocidentais do Norte do Paraná foram palco de um notável processo de ocupação urbana decorrente da expansão do complexo cafeeiro proveniente do estado de São Paulo” (CORDOVIL, 2010, p.48). Embora alguns estudos mostrem uma atividade anterior ao cultivo de café na região, foi com o café que a região ganhou notoriedade econômica e demográfica no Paraná.

A região foi se transformando rapidamente com esse processo e vários núcleos urbanos foram criados, o que era mata nativa ia se tornando uma paisagem heterogênea de plantio de cafezais.

Assim, o movimento iniciado na terra roxa do Paraná entre 1920 e 1925, com a proibição¹¹ que pesava sobre São Paulo, ganhou maior velocidade. [...] O café atravessou o Tibaji quando os ingleses puseram à venda as terras de Londrina, que, a partir de 1935-37, tornou-se o grande produtor do norte do Paraná. (MONBEIG, 1984, p. 260).

O conjunto de localidades resultam do processo de colonização, esse processo contou com várias empresas colonizadoras¹² que investiram na criação de novas cidades, apresentadas na Tabela 1, a mais conhecida é a CMNP¹³, que foi responsável pela fundação de sessenta e três cidades e patrimônios.

¹⁰ Destacamos que essa frente pioneira não constitui o marco inicial de ocupação da região, alguns autores como Tomazi, Dias e Gonçalves (1999), sinalizam que antes da fase da colonização ocorria na região uma ocupação espontânea constituída por tribos indígenas, posseiros e caboclos.

¹¹ Refere-se ao Decreto federal nº 139.688, de 11/02/1931 que proibia a plantação de novos cafezais, mas essa medida não se aplicou as terras da CMNP.

¹² “Registram-se, ainda, iniciativas de engenheiros civis, ou outros profissionais, que se tornaram empreendedores. Algumas localidades foram criadas diretamente pelo Governo do Estado do Paraná (IBGE, 1959)” (ENDLICH, 2006, p.76).

¹³ “Na década de 1940, devido às más safras de algodão, a empresa (Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP) redirecionou seus investimentos à colonização. Posteriormente, foi vendida para investidores brasileiros e passou a chamar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná” (PEREIRA, 2007, p.22).

Quadro 1: Paraná - Algumas das empresas que atuaram na região.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Companhia de Terras Norte do Paraná)
Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held
Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Lima
Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop)
Nogueira, Comercial e Exportadora de Santos-SP
Colonizadora Rio Bom
Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduva
Sociedade Goio-Erê
Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda. (pertencente a Irio Spinardi, fundador de Dracena-SP e outros sócios)
Aniz Abud & Cia. Ltda.
Empresa Colonizadora Marilena, de José Volpato
Terras e Colonização Parapanema Ltda., dirigida por Antenor Borba e José Nite; Imobiliária Progresso Ltda
Companhia Colonizadora Brasil-Paraná Loteamentos S. A.
Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (Cobrinco)
Imobiliária Coressato & França
Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí
A. Junqueira & Cia.

Fonte: Adaptado de Endlich (2006, p.76).

Esse processo foi responsável por conectar os núcleos urbanos que foram projetados pela empresa em “um eixo conectado pelas rodovias e ferrovias ligando as cidades” de Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama (UEHARA, 2012, p.15). A CMNP tinha uma política colonizadora dirigida, como destaca Cordovil (2010), ela compreendia a “importância do caráter planejado de todas as operações no intuito de transformar o território e, portanto, as cidades surgiram como polos de desenvolvimento e polos modernizadores” (CORDOVIL, 2010, p.51). Os núcleos urbanos criados serviriam de polo de desenvolvimento, de serviços e de escoamento de produtos.

Na Figura 4 apresentamos a Região Geográfica Intermediária de Maringá¹⁴ e os 115 municípios que a integram.

¹⁴ Segundo o IBGE (2017) “A necessidade de atualização dos recortes regionais vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas. A principal diferença entre a divisão regional ora apresentada e os quadros anteriores é que na atual proposta técnica a divisão será periodicamente revisada” (IBGE, 2017).

ESTADO DO PARANÁ - REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE MARINGÁ

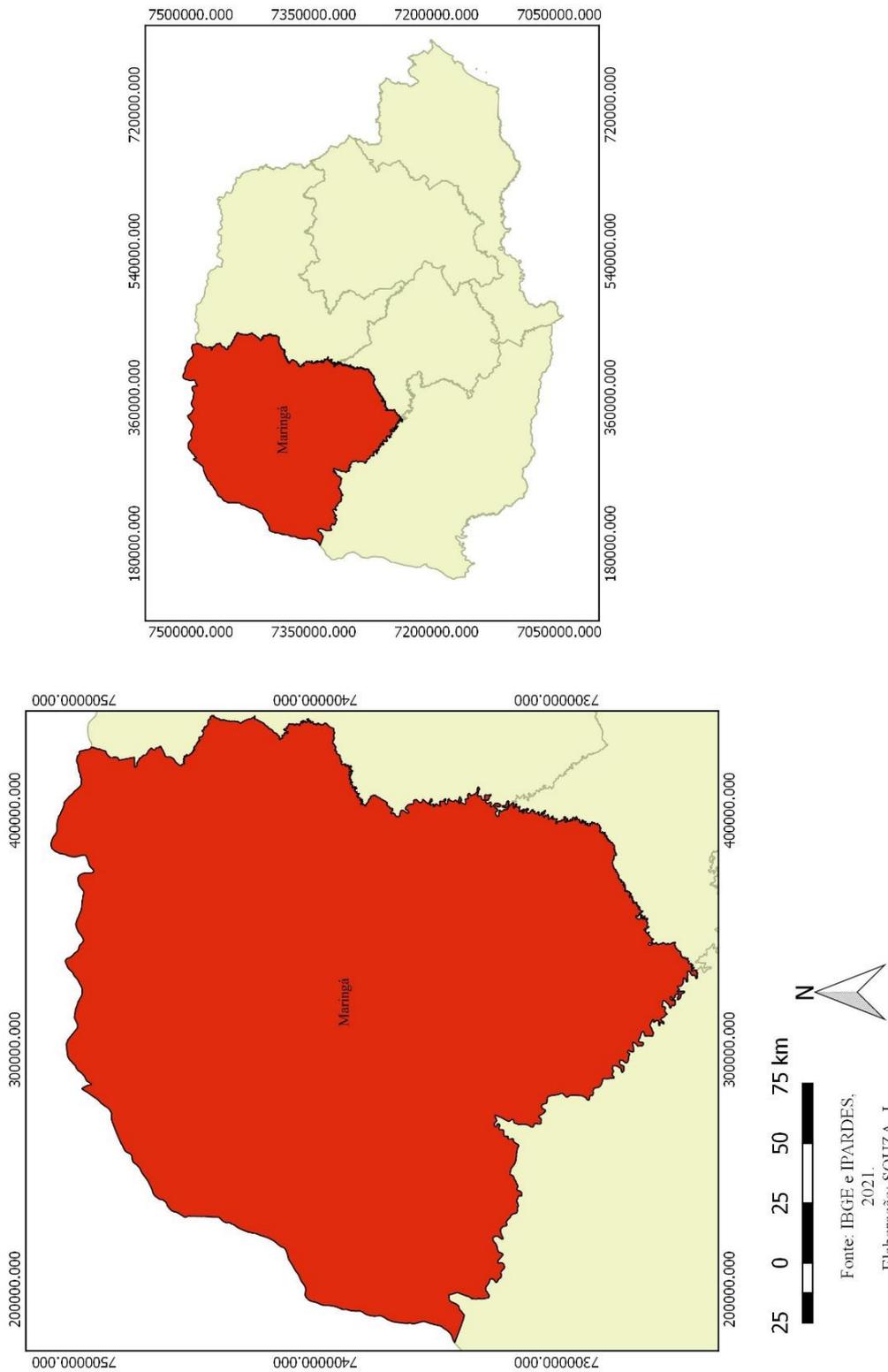


Figura 4: Paraná – Região Intermediária de Maringá, 2021.
 Fonte: IBGE (2020) e IPARDES (2021).

Os municípios que fazem parte da Região Intermediária de Maringá são divididos em sete Regiões Geográficas Imediatas, são elas:

- Região Geográfica Imediata de Campo Mourão: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Ubiratã.
- Região Geográfica Imediata de Cianorte: Cianorte, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Terra Boa, Tuneiras do Oeste.
- Região Geográfica Imediata de Loanda: Loanda, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, São Pedro do Paraná.
- Região Geográfica Imediata de Maringá: Ângulo, Astorga Atalaia, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, São Jorge do Ivaí, Sarandi, Uniflor.
- Região Geográfica Imediata de Paranacity-Colorado: Colorado, Cruzeiro do Sul, Inajá, Itaguajé, Jardim Olinda, Lobato, Nossa Senhora das Graças, Paranacity, Paranapoema, Santa Inês, Santo Inácio.
- Região Geográfica Imediata de Paranaíba: Alto Paraná, Amaporã, Diamante do Norte, Guairaçá, Itaúna do Sul, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranaíba, Planaltina do Paraná, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, Tamboara, Terra Rica.
- Região Geográfica Imediata de Umuarama: Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama, Xambrê.

As pequenas cidades do Norte do Paraná, de modo geral, foram planejadas antes de serem instaladas, como mencionamos anteriormente. Os desenhos dessas novas cidades, criadas entre os anos de 1930 a 1960, ficaram a cargo da própria CMNP. Segundo Rego e Meneguetti (2008), esses desenhos “compunham a estrutura do plano de desenvolvimento regional e tinham um duplo papel: ser o lugar dos serviços urbanos e o centro comercial para os negócios da região” (REGO; MENEGUETTI, 2008, p.38 e 39). Os autores destacam também que “o

posicionamento dessas cidades atendeu a dois critérios gerais: acompanhar a linha férrea, no caso das cidades de maior importância, ou as estradas de rodagem, quando não houvesse ferrovia” (REGO; MENEGUETTI, 2008, p.38 e 39).

Para Rosaneli (2009), há uma similaridade entre os planos urbanos da CMNP e o conceito de cidade jardim defendidos pelo Ebenezer Howard (1850 – 1928), pois a estruturação espacial dessas localidades se assemelha ao modelo howardiano como destaca Barnabé (1989):

A constância observada na distância entre as cidades, o entrelaçamento entre a rede de cidades e o meio rural e as características de limitação à expansão observadas nos projetos das cidades indicam a observância aos princípios propostos por HOWARD. E quanto ao projeto das cidades, [...], é evidente que com maior ou menor rigor, os conceitos de UNWIN encontram-se presentes: o papel da ferrovia e a estação tratado (sic) como centro secundário, a constituição do centro principal com características diferenciadas, onde parcelamento das quadras propiciaria (sic) a constituição posteriormente (BARNABÉ, 1989, p. 120).

A CMNP teve um cuidado na posição dessas localidades, os núcleos de maior importância estariam posicionados de cem em cem quilômetros e entre esses núcleos pequenas localidades com distância de dez a quinze quilômetros. Esse conceito de cidade jardim nos planos urbanos da Companhia é questionado pelo Szmrecsányi (2000), para o autor esse conceito é aplicado de maneira diferente, pois não há metrópole a ser esvaziada e sem um vazio a ser preenchido.

A presença local de traços das Cidades Jardins constitui, quando muito, uma ideia fora do lugar (Schwartz). Ao sair de seu contexto ela se inverte. A proposta de Howard é esvaziar-se a metrópole e dar melhores condições de vida aos trabalhadores; a essência do desenho urbano de Unwin, Park ou Soissons é respeito e integração à natureza combinados ao resguardo da privacidade e promoção de espaços comunitários. Aqui se modificaram os termos da proposta: o desenho serve para propaganda, para demonstração, para chamariz; a natureza deve ser destruída e disciplinada; não há metrópole a ser esvaziada, mas o vazio a ser preenchido; não são os pobres que se mobilizam, eles são mobilizados pelo capital; a ascensão não é coletiva, é individual; o planejamento regional não brota das necessidades criadas pelo adensamento liberal, mas o adensamento é objetivo do plano para a região. O alvo não é o homem, é a renovação do capital pelo lucro. (SZMRECSÁNYI, 2000, p. 194 - 196).

Destacamos que essas localidades exibem particularidades que as diferem das demais cidades do país. Segundo Rego e Meneguetti (2008) “a conformação predominantemente regular desses assentamentos urbanos planejados, fundamentada em sistemas ortogonais, obedece a regras específicas definidas pelo próprio empreendimento comercial” (REGO; MENEGUETTI, 2008, p.39), mas esses assentamentos também assumem características do suporte físico natural ali existente. A CMNP planejou a distribuição dessas localidades e a venda desses lotes foram por meio de glebas que eram destinadas ao plantio de café e para a

formação de cidades. De todas as cidades que foram projetadas pela CMNP, Maringá e Cianorte apresentam uma ruptura nesses projetos.

De acordo com Endlich (2011), essas localidades surgiam antes em pranchetas, ou seja, eram minimamente planejadas, com predominância de um traçado ortogonal, lotes e quarteirões maiores e ruas mais largas. Estavam a cargo do escritório técnico da Companhia o engenheiro Nivaldo Gandra e Waldomiro Babkov, “O engenheiro Nivaldo Gandra chefiou, durante alguns anos, o departamento técnico da Companhia na cidade de Mandaguari, *ex-Lovat*, de onde comandava inclusive os volumosos serviços de topografia, contando com a colaboração do engenheiro Waldomiro Babkov” (CMNP, 1975, p.122), os dois técnicos continuaram “demarcando lotes, projetando estradas, traçando cidades [...]” (CMNP, 1975, p.122), tarefa que foi iniciada por Willie Davis.

Segundo Rego e Meneguetti (2006):

Destas “grandes cidades”, Londrina teve um desenho bastante modesto, era o início de um empreendimento ambicioso e não menos arriscado. Maringá e Cianorte tiveram seus anteprojetos a cargo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira, que projetou as duas cidades segundo os princípios formais das cidades-jardim inglesas e a últimas delas, Umuarama, projetada pelos próprios engenheiros da Companhia, experientes com a construção das cidades anteriores, tem um desenho mais rebuscado (REGO; MENEGUETTI, 2006, p.93).

Entre essas localidades foram construídas cidades de médio porte e patrimônios, e algumas delas tiveram um desenvolvimento superior daquele esperado pela CMNP, se tornando centros urbanos de importância e influência na região. A maioria dos planos urbanos da CMNP estão localizados na parte elevada do relevo, na cabeceira do espigão, com pelo menos um dos lados em declive, o que facilita no escoamento de águas fluviais.

O desenho das cidades de médio porte e dos patrimônios seguia um esquema básico: diante da estação se estabelecia uma praça, dela nascia ortogonalmente o eixo urbano que conduzia ao centro da cidade, onde se abria a praça principal e se erguia a igreja. Este eixo tratava de manter uma mesma cota, nivelando a região central da cidade. Este esquema geral foi seguido sempre que a topografia o permitiu. Nestes casos surgiram conformações regulares e simétricas, com centros bem definidos e organização mais ou menos simétrica dos edifícios institucionais. (REGO; MENEGUETTI. 2006, p.101).

O desenho dessas cidades estava sujeito a situação topográfica do local, essa situação influenciava nos formatos das quadras, no traçado das vias e etc. Desta forma, cada projeto tinha uma certa uma identidade/particularidade, evitando a padronização dos mesmos. Outro

ponto a ser destacado são as ruas, aparentemente, elas buscavam acompanhar os pontos cardeais:

O arruamento nestes assentamentos urbanos estudados parece buscar acompanhar os pontos cardeais, de modo que as ruas riscadas, preferencialmente, no sentido nortesul continham o maior número de lotes. Estes, com formato retangular na maioria das vezes e respeitada a ortogonalidade predominante nos traçados da Companhia, tendiam a dispor o seu lado maior às faces leste e oeste. Naturalmente esta regra era abandonada quando se tratava de uma avenida, para onde se voltava a maioria dos lotes de cada quadra, de modo a construir a hierarquia e a importância já dada a esta via urbana pela largura maior que a das demais (REGO; MENEGUETTI, 2006, p.102).

Para os autores a construção destas formas urbanas respondeu tanto a procedimentos técnicos (topografia, drenagem urbana, etc.), quanto a aspectos estéticos (traçados simétricos, hierarquia das vias, formas e organização das quadras). O padrão verificado nos projetos da CMNP apresenta quadras regulares, geralmente quadradas ou retangulares, a malha urbana se iniciava na praça da estação ligando o eixo urbano a praça central. Os projetos levavam em consideração a topografia existente no local, ou seja, eles se adaptavam a esta topografia, gerando em muitos casos uma fragmentação do desenho urbano.

Segundo Rosaneli (2009), nos planos elaborados pela empresa destacam-se as “malhas compostas por duas avenidas preferenciais. Algumas avenidas principais também funcionam como eixo de simetria dos planos” (ROSANELI, 2009, p.125).

Arapongas (1935), Astorga (1945), Flórida (1948), Lobato (1948), Presidente Castelo Branco (1948) e Cruzeiro do Sul (1952) - casos em que a correspondência se aproxima da perfeição; muitas avenidas se cruzam, dando motivo a praças ao meio dessa interseção, de variados formatos e tamanhos que, assim, demarcam importante segmento para o plano, já que os lotes costumam se voltar para esse cruzamento – Nova Esperança (1946), Flórida (1948), Jussara (1951), Terra Boa (1951), Cruzeiro do Sul (1952), Tuneiras do Oeste (1952), Japurá (1953) e São Tomé (1953) (ROSANELI, 2009, p.125).

Entretanto, podem ser evidenciados outros dois recursos característicos dos planos:

Um primeiro arquiteta-se através das trifurcações que, em variadas configurações, criam marcantes pontos de irradiação, utilizados em Rolândia (1932), Arapongas (1935), Apucarana (1938), Marialva (1940), Astorga (1945), Lobato (1948), Presidente Castelo Branco (1948), Doutor Camargo (1951) e São Manoel do Paraná (1955), outro, um pequeno detalhe, o chanfro conjugado de dois quarteirões vizinhos, manifesta-se como constante elemento de abertura da perspectiva, observável em Jandaia do Sul (1942), Sarandi (1947), Lobato (1948), Uniflor (1950), Doutor Camargo (1951), Jussara (1951), Terra Boa (1951), São João do Caiuá (1951), Cruzeiro do Sul (1952) e Indianópolis (1953). (ROSANELI, 2009, p.125).

As cidades planejadas pela CMNP, em sua maioria, apresentam “a regularidade ortogonal como característica espacial primordial” (ROSANELI, 2009, p.128), essa ortogonalidade contribuiu para que houvesse uma padronização nos formatos dos planos. O autor destaca que ¼ das cidades estudadas não seguiram o modelo inicial planejado, para ele a ação da empresa voltou mais para a fundação desses assentamentos, enquanto as outras empresas colonizadoras “trabalhou no sentido de maximizar as apostas” (ROSANELI, 2009, p.128). A seguir apresentamos a área estudada e como ocorreu seu processo de formação.

3.1. APRESENTANDO NOSSO RECORTE ESPACIAL: A CIDADE DE JUSSARA

Vamos começar este item com a inspiração vista em pesquisa de pequenas cidades do Rio Grande do Norte (GONÇALVES, 2005), na qual o autor traz o leitor para parte do cotidiano local de uma pequena cidade/localidade captado por meio da movimentação nos diferentes horários. Esse será o primeiro contato com Jussara que trazemos para esse trabalho, mas na sequência faremos, também, a apresentação do município e da sua sede urbana.

Quem anda pelas ruas de Jussara de madrugada tem a sensação de estar em uma cidade fantasma, ruas vazias, um silêncio que só é interrompido pelos barulhos de insetos e animais, a cidade¹⁵ “dorme” neste horário. Entre às cinco e seis horas da manhã a cidade começa a acordar, vimos grupos de pessoas vestindo uniformes azul indicando que o turno da CMNP vai começar. O turno na planta industrial sucroalcooleira dela começa às 7h35min.

Neste mesmo horário nos deparamos com ônibus trazendo trabalhadores de outros municípios vizinhos para trabalhar na empresa e o fluxo dos demais trabalhadores indo para os seus respectivos trabalhos. Observamos que a maioria desses trabalhadores fazem o percurso casa/trabalho de bicicleta ou de carro/moto, nos deparamos também com crianças e adolescentes indo para a escola, a maioria delas vão a pé ou de bicicleta, mas as crianças menores vão acompanhadas pelos pais e/ou familiares que no caminho para o trabalho deixam seus filhos na escola.

Os trabalhadores da planta industrial sucroalcooleira em sua maioria vão para a empresa com o transporte de trabalhadores, salvo exceção de algum atraso por parte do trabalhador, que terá que fazer o trajeto com um automóvel próprio. Observamos que os chefes de setores e/ou os encarregados usam veículos da empresa. Pelo menos era assim antes da pandemia do Covid-

¹⁵ Não temos a intenção de personificar a cidade. Ela é resultado dos diversos agentes produtores do espaço nela presentes, bem como os que compõem uma lógica distante e que também trazem implicações locais. A referência a cidade aqui é para sintetizar o conjunto da sociedade local que nela habita.

19, neste período, nos deparamos somente com os trabalhadores, pois as escolas estão fechadas. Permanece o fluxo de pessoas com seus uniformes azul por toda a cidade, entra turno, sai turno, um fluxo de ônibus que leva e traz pessoas da Companhia para a casa e de casa para a Companhia. A economia do município, que sofreu fortes implicações com o declínio da economia cafeeira e com as geadas da década de 1970, ocasionando um grande êxodo, devido à redução do cultivo cafeeiro, atualmente depende da agricultura e da CMNP.

No horário de almoço as pessoas que trabalham no comércio da cidade, em sua maioria, almoçam em suas casas, a cidade volta a ter um movimento significativo nesse horário, assim como no final da tarde entre as 17:30 e 18:00h. Como não tem estabelecimentos como bares e restaurantes para os trabalhadores após o horário de serviço se encontrarem para o famoso *happy hour*, o ponto de encontro é a única distribuidora de bebidas que está localizada no centro da cidade. Nos finais de semana o ponto de encontro também é nesta distribuidora, em uma hamburgueria e algumas lanchonetes pequenas (pizzarias, sorveterias e lanches em geral) que estão localizadas na avenida Dr. Gastão Vidigal.

É comum ver pessoas andando a pé ou de bicicleta pela cidade, mas os bairros mais afastados do tecido urbano apresentam certa dinâmica que os diferencia dos demais. Nos horários de pico, os bairros periféricos apresentam um fluxo maior de automóveis, nos demais horários os bairros notam-se pouca movimentação de pessoas. Os moradores reclamam das distâncias a serem percorridas devido a fragmentação urbana apresentada, principalmente se esse percurso for feito caminhando, o que em muitos casos dificulta fazer o trajeto bairro-centro, por exemplo. Como não houve um projeto de arborização nessas áreas, o ato de caminhar se torna ainda mais difícil devido a fatores climáticos, como o calor e o sol forte.

Estamos falando de uma pequena cidade, com aparência de calma e tranquila, onde as pessoas se conhecem, cuidam umas das outras. Os bairros são, em sua maioria, tranquilos, as pessoas sabem da rotina de seus vizinhos, e podem confiar neles para cuidar de suas casas se preciso. A cidade não oferece muitas atividades para as crianças e os jovens, é normal ver crianças brincando na rua ou nas praças e quadras de vôlei, basquete e/ou futebol que estão localizadas em alguns bairros da cidade. Ao abordarmos esse ritmo não negamos as contradições existentes, porque também nesse espaço o capital se reproduz. Porém, apesar de a realidade estar mudando (FERNANDES, 2017), ainda é possível perceber nas cidades menores um ritmo urbano arrefecido, ao menos quanto a mobilidade interna que prescinde um pouco da pressa.

Esse ritmo cotidiano brevemente relatado é da sede urbana de Jussara. O município está localizado na Região Intermediária de Maringá do Estado do Paraná (Figura 5), conta com uma

população estimada (IBGE, 2021) de 7.069 pessoas e o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), contava com 6.610 pessoas. Faz divisa com os municípios de Cianorte, São Tomé e Terra Boa, São Jorge do Ivaí e Araruna. O município conta com duas vias de acesso (entradas/saídas), ambas pela PR-323.

Podemos fazer um paralelo entre Jussara e as pequenas cidades do Agreste Potiguar estudadas por Gonçalves (2005), a vida cotidiana são semelhantes, ao amanhecer é comum ver moradores varrendo as calçadas, as padarias de bairros recebem um fluxo maior de pessoas nesse horário. Nas ruas é comum ver crianças indo para as escolas a pé e ônibus que trazem os estudantes que moram nas vilas rurais e sítios, o município conta com um Centro Municipal de Educação Infantil – Cemei, uma Escola Municipal e um Colégio Estadual, vemos trabalhadores em geral indo para os seus respectivos trabalhos. É comum ver maquinários agrícolas transitando pela cidade, já que a maioria dos agricultores guardam seus maquinários em galpões na área urbana.

As pequenas cidades do Agreste Potiguar estudadas por Gonçalves (2005) e Jussara no Paraná, embora distantes e com suas peculiaridades, apresentam, contudo, algumas semelhanças, mas também apresentam aspectos diferentes, como as feiras por exemplo, destaca que as feiras “exercem um papel significativo na vida econômica” dessas cidades.

Através delas que podemos observar como os produtos fornecidos pelas grandes empresas e a própria produção econômica regional, chegam até a população consumidora, o que evidencia a inserção de tais cidades no ciclo de consumo do capital. Além disso, tais eventos semanais geram empregos e renda para a população. (GONÇALVES, 2005, p.148).

O que as diferencia além das feiras e as festas populares que tem um papel importante para essas cidades, é que em Jussara não há feiras e a única festa popular é a festa da igreja Matriz (católica) que ocorre uma vez por ano, mas não é uma comemoração a uma data específica ou a um santo/a específico/a. Os principais problemas socioambientais destacado pelo autor que estão presentes nessas localidades são: o acúmulo de lixo na área urbana, o esgoto a céu aberto, entre outros.

Comparando esses problemas com a cidade foco da nossa pesquisa, destacamos que o município conta com a coleta seletiva de lixo e de acordo com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae, possui uma rede de distribuição de água tratada que atende toda a população urbana e mais duas vilas rurais, a rede de esgoto atende 100% da população residente no perímetro urbano, a população do campo que não é atendida pelo sistema, conta com uma rede coletora de lixo e utiliza fossas sépticas.

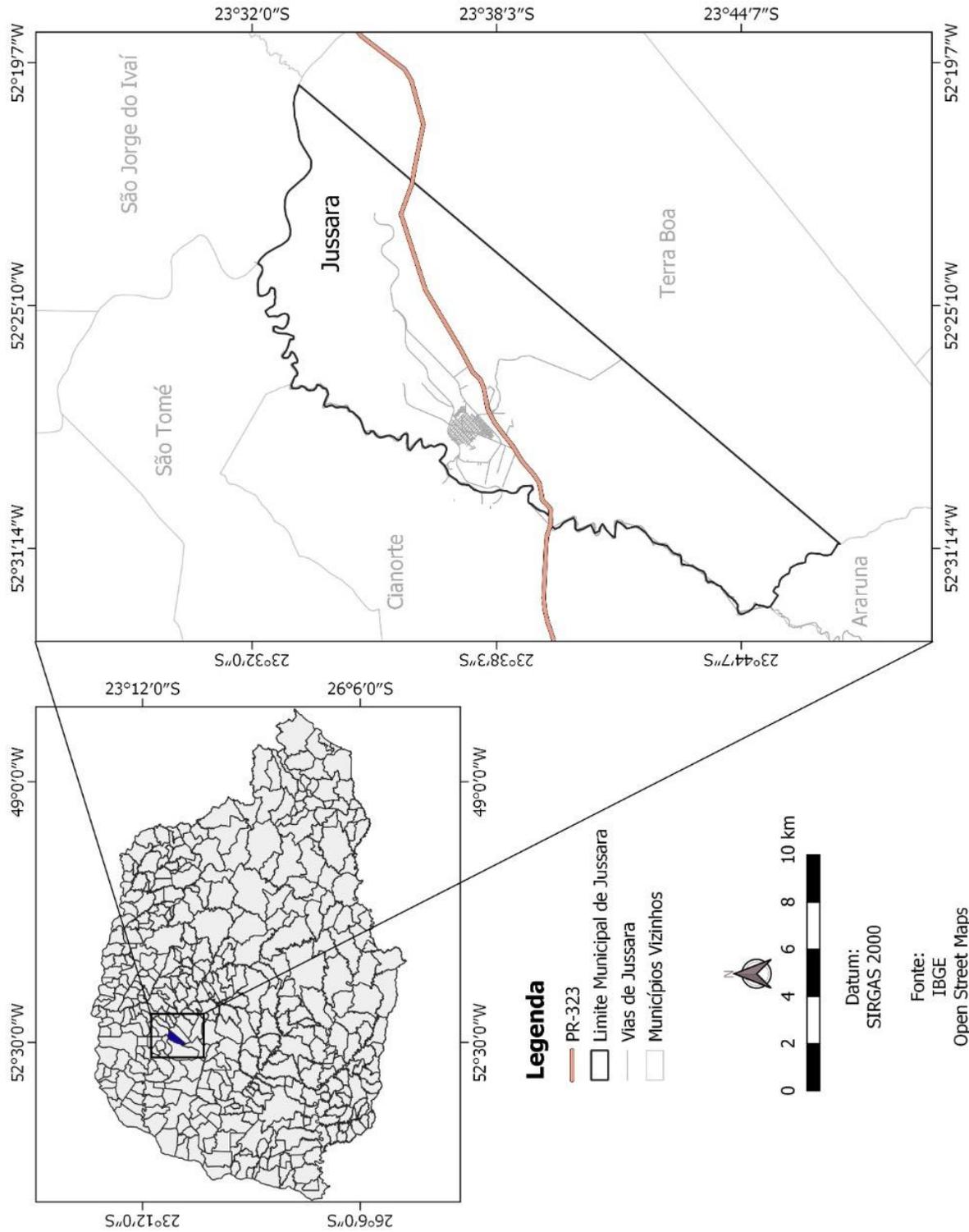
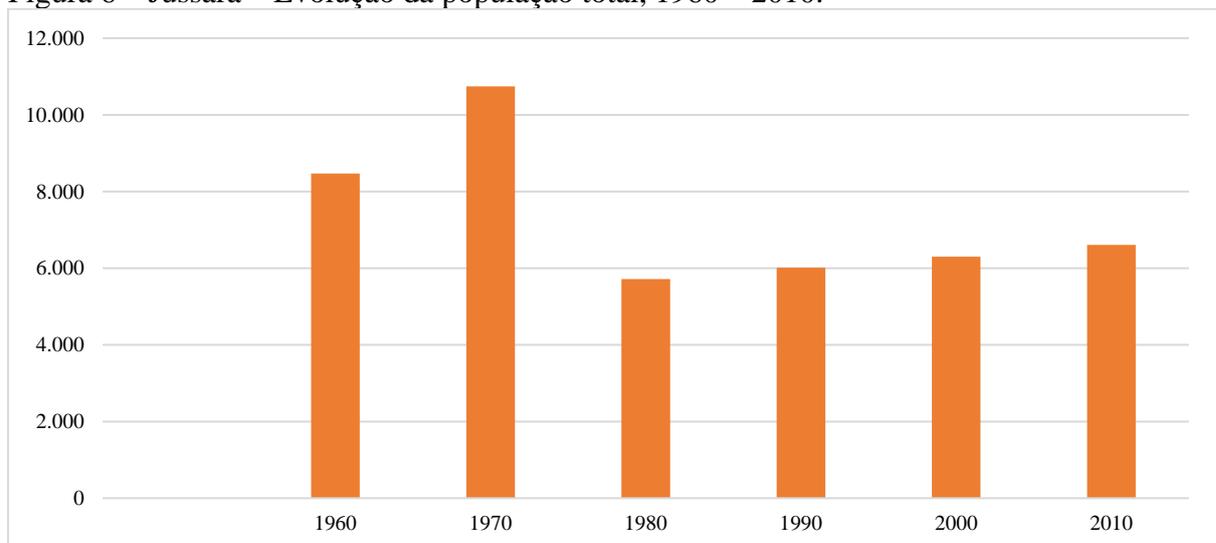


Figura 5: Jussara – Localização do município, 2021.
Fonte: IBGE, 2021.

A evolução demográfica do município (Figura 6), mostra que houve um crescimento populacional considerável entre as décadas de 1960 e 1970, mas após este período podemos observar que houve uma queda significativa entre as décadas de 1970 e 1980. Esta queda no crescimento populacional ocorreu no período em que o Paraná passou, conforme explicamos antes, por uma série de fatores, mas cujas causas foram o fator definitivo para as transformações.

O município, por estar localizado numa área em que houve a erradicação de cafeeiros, sofreu com essa mudança na agricultura e declínio da economia. A partir da década de 1990, verifica-se que há um crescimento populacional, mas ele ocorre de forma lenta. Portanto, diferente do que normalmente se utiliza como justificativa para a produção de espaços urbanos precários em grandes e médias cidades – o ritmo do processo de urbanização – não é o que ocorre em Jussara. Apesar disso, trabalhar com a morfologia urbana mostra que a descontinuidade e a precarização de algumas áreas ocorrem mesmo nestas pequenas cidades/localidades.

Figura 6 – Jussara – Evolução da população total, 1960 – 2010.



Fonte: IBGE - Censos demográficos.

Observamos que até 2010, o município ainda não havia recuperado a população total do início da década de 1960 e, menos ainda, aquela alcançada na década de 1970. Como não houve Censo 2020, assinalamos para dados da estimativa populacional 2020, que trazem 7.041 habitantes, indicando um crescimento, já que a população de 2010 era de 6.610 habitantes. Portanto, o ciclo de declínio parece ter terminado, mas ainda assim o volume não voltou a ser o mesmo das primeiras décadas.

Segundo o IBGE, o patrimônio de Jussara foi fundado em 1951, através de vendas de lotes pela Companhia de Terras Norte do Paraná, quando as áreas de terras estavam prontas

para serem comercializadas. Os primeiros compradores foram Mario Sérgio de Carvalho e Marcio Tavares de Menezes e os irmãos Ykunoshin e Kenji Kimura, as terras adquiridas faziam parte da Gleba Cananéia. Os pioneiros foram Pedro Luiz de Oliveira Filho, que ajudou na construção do hotel da Companhia e o Américo Carlos Cariani, que veio para fazer parte da administração do hotel, localizado na praça central Vereador Valdemar Alves Nogueira.

Os primeiros lotes urbanos foram adquiridos pelo argentino Pedro Pardo que mais tarde construiu o hotel São Pedro, hoje Cartório Civil. Depois do hotel da Companhia vieram os comerciantes Sr. Manoel José Soares, Sr. José Bordin e os Irmãos Mitsuhasshi. O primeiro Prefeito foi o senhor Manoel José Soares, sendo Presidente da Câmara Municipal o senhor Acrísio de Castro Jucá. Em abril de 1955 o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Administrativo e, em dezembro do mesmo ano, alcançou sua autonomia se desmembrando de Engenheiro Beltrão.

Até a década de 1970 o café foi a base da agricultura do município, destacando também as culturas de milho, algodão, arroz e feijão. Posteriormente, houve um incentivo à cultura da soja, e, o café foi erradicado aos poucos, principalmente pela ocorrência das geadas que houve nesse período e, também, pelo alto custo de produção. Como mencionamos anteriormente, várias companhias colonizadoras atuaram na região, mas a CMNP ganha um destaque maior não só por ter sido a empresa que deu origem a localidade, mas porque foi através dela que foi criada a indústria local mais expressiva que emprega trabalhadores de várias cidades da região como Cianorte, São Tomé, Japurá e Indianópolis.

Em 1981, a CMNP inaugurou a Destilaria Melhoramentos S.A, ligada ao Programa Nacional do Álcool¹⁶, iniciando os trabalhos somente em 1983. Foi a partir deste momento que a produção de cana-de-açúcar começou a expandir na região, e a Destilaria junto com a Companhia foi e é até os dias atuais, responsável pela geração de muitos empregos para o município e, também, para os municípios vizinhos. Atualmente a economia do município depende da agricultura e da CMNP na produção de álcool. A implantação desta empresa foi primordial para a economia do município que vinha sofrendo com os impactos ocasionados pela crise cafeeira.

Segundo dados do levantamento do Censo Agropecuário de 2016-2017, a ocupação do campo no município de Jussara pode ser expressa através da Tabela 1.

¹⁶ De acordo com a FAPESP, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), foi um programa criado por decreto governamental no Brasil em novembro de 1975 e, que contribuiu para impulsionar a produção de bioenergia no país nas últimas quatro décadas, representa uma das maiores realizações genuinamente brasileiras baseadas em ciência e tecnologia.

Tabela 1: Jussara – Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas, 2017.

Uso solo do campo	Área (ha)	(%)
Lavoura temporária	13.903	78,27
Lavoura permanente	284	1,60
Pastagens	457	2,57
Matas e florestas	3.076	17,32
Sistemas agroflorestais	39	0,22
Outros	4	0,02
Total	17.763	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

A maior parte dos produtores do campo do município são proprietários de suas terras, conforme observamos na Tabela 2, de 227 estabelecimentos agropecuários no total, 199 são proprietários.

Tabela 2: Jussara – Estabelecimentos agrários e área segundo a condição do produtor, 2017.

Condição do produtor em relação às terras	Estabelecimentos agrários	
	Unidade	(%)
Proprietário	199	87,67
Arrendatário	20	8,81
Parceiro	8	3,52
Total	227	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

Há no município duas vilas rurais, a Vila Rural Galha Azul e Vila Rural São Cristóvão, e três comunidades rurais, a Comunidade Rural São José, Comunidade Rural Buriti, Comunidade Rural Sede Agrícola. As vilas rurais são próximas e por essa proximidade elas dividem algumas infraestruturas e uniram-se em apenas uma associação. Já na área urbana, a área comercial e de serviços está concentrada, principalmente, na região central da cidade, no encontro das seis avenidas.

O comércio é composto por quatro mercados que estão localizados na avenida central (Av. Dr. Gastão Vidigal), três farmácias e algumas lojas de roupas e lojas de utensílios em geral (que vai desde papelaria a produtos domésticos), observa-se que as fachadas da maioria dessas lojas foram reformadas, as antigas portas de aço foram substituídas por portas de vidro temperado como apresentado na Figura 7. Já nos bairros encontramos pequenos mercados e algumas padarias, que atendem a população local.

Em dias de pagamento o comércio apresenta um fluxo maior de pessoas, alguns pagamentos são realizados na farmácia (que atende como correspondente bancário), na lotérica e no Banco Sicredi, é normal ver filas para entrar nesses estabelecimentos durante esses dias. O número de pessoas não aumenta somente nesses estabelecimentos, observamos que nos mercados e nas lojas também se intensificam, algumas lojas realizam promoções de suas mercadorias na semana de pagamento para aproveitar o nível maior de consumo no comércio.



Figura 7: Jussara – Fachada de lojas localizadas no centro da cidade.

Fonte: SOUZA, J.

Observa-se também, o aumento de correspondentes bancários na cidade, os municípios que não contam com agências bancárias ficam desassistidos dessa prestação de serviço. A estratégia que visa suprir essa necessidade é a implantação de mecanismos para ofertar esses serviços, como os correspondentes bancários, os postos de atendimento avançado ou postos de atendimento bancário.

Segundo Contel (2006), “a evolução da cobertura bancária no País pautou o oferecimento de serviços financeiros principalmente através da rede de agências dos bancos.”

Para o autor o correspondente bancário relaciona-se a um fixo geográfico¹⁷ (CONTEL, 2006, p.235), pois eles são flexíveis em suas instalações e mão-de-obra. Não precisa ser bancário para trabalhar em um correspondente bancário, e outra facilidade é que eles podem estar localizados em pequenos estabelecimentos comerciais, como farmácias por exemplo.

Por meio do serviço correspondente bancário, os bancos encontram uma alternativa barata de se fazerem presentes nos mais diversos espaços, com baixos custos de instalação e manutenção, possibilitando a inclusão de pessoas que por muito tempo estiveram à margem desse serviço, outrora “desbancarizadas”, agora mais próximas desse atendimento e com acesso a ele com menos burocracia. Em muitas situações, o serviço correspondente bancário é instalado no contexto de outras atividades econômicas, como padaria, loja de roupa, supermercado ou mercadinho. Assim, esse serviço apresenta-se aos bancos como uma estratégia barata de sua expansão, aproximando-os de população antes desbancarizada. Tal estratégia é pouco ou nada dispendiosa para os bancos, tendo em vista a economia com pagamento de funcionários e com a instalação e manutenção do serviço, ofertado de modo simples e banal em termos geográfico e social (SALVADOR; SILVA, 2019, p.1).

Conforme Dias (2017), o correspondente bancário é um “objeto híbrido que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto, viabilizando uma expansão territorial e social sem precedentes no território brasileiro” (DIAS, 2017, p.97), tornando os serviços bancários mais acessível para a população de pequenas cidades. Em Jussara encontra-se somente uma agência bancária, o Banco Sicredi-Sistema de Crédito Cooperativo, para efetuar pagamentos, depósitos e saques de outras agências têm a Casa Lotérica (correspondente da Caixa), a Farmácia Paraná (correspondente do Bradesco e do Brasil) e o Posto de atendimento eletrônico do Bradesco.

O setor industrial (empresas do setor têxtil, de mecânicas e fabrica de telhas) do município, em sua maioria, está localizado às margens da rodovia PR-323, que dá acesso à cidade. A planta industrial do segmento sucroalcooleiro da CMNP está em área a parte.

Os parágrafos anteriores mostram que Jussara é uma pequena localidade urbana com o terciário tanto público como privado pouco desenvolvido. A centralidade de uma localidade depende desse conteúdo econômico urbano, sobretudo quanto ao terciário. Por ser uma localidade que teve seu desenho inicial planejado, de acordo com o Plano Diretor do município (2009), os bairros que foram acrescentados no decorrer dos anos, procuraram manter a conectividade entre centro e periferia, mantendo o desenho original, essa informação acaba por divergir do que vem se apresentando na interação dos bairros recentemente implantados.

¹⁷ Para Contel (2006, p.72) “Os “fixos geográficos” comporiam, junto com os “fluxos geográficos”, um par dialético passível de ser utilizado para o entendimento do funcionamento do espaço geográfico.

A seguir, nos dedicaremos ao foco principal da dissertação que é o estudo da forma urbana da cidade. Como outras da região, a cidade teve seu núcleo inicialmente planejado pela CMNP. Ainda, que cada cidade era desenhada acompanhando a topografia do local, elas apresentam uma característica em comum. Onde tinha a linha férrea, elas estavam centralizadas na estação de trem e seguia a avenida principal até uma praça principal, onde, em sua maioria, estava localizada a Igreja Matriz católica.

3.2. FORMA URBANA DE JUSSARA

O desenho do que foi o patrimônio de Jussara (Figura 8) foi elaborado com muito cuidado. O terreno onde está localizada a cidade não apresenta variações topográficas, é considerado relativamente plano, com organização simétrica, centro definido, conformação regular e planta quadrada. A planta urbana se inicia junto a ferrovia e as quadras (noventa no total) estão posicionadas diante dela, o formato das quadras são retangulares, o arruamento ortogonal, com duas avenidas diagonais, que nascem na praça central e seguem à periferia, quebrando a regra do arruamento ortogonal (REGO; MENEGUETTI, 2006).

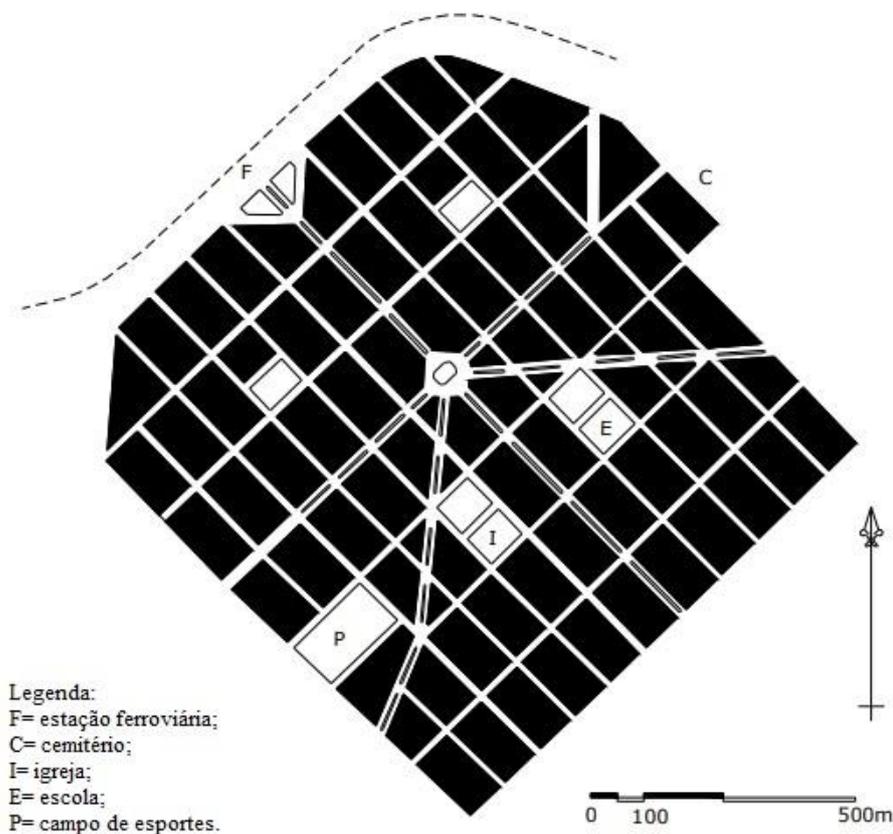


Figura 8: Jussara – Plano urbano inicial.
 Fonte: Rego; Meneguetti, 2006.

O encontro das quatro avenidas é a praça central, duas avenidas são diagonais (início na estação de trem) e duas ortogonais (cruzando as avenidas diagonais). O desenho urbano da localidade é o de tabuleiro de xadrez. Contudo, tendo em vista um dos pontos negativos desse traçado urbano que é o de alongar as distâncias da periferia ao centro, estratégias como vemos em Jussara de usar elementos do traçado radial no plano viário (as avenidas diagonais anteriormente referidas) tendem a atenuar essa distância.

De acordo com Rego e Meneguetti (2006):

As quatro avenidas têm canteiro central e largura de 25 m. Além das praças central e da estação, há outras quatro, distribuídas estrategicamente nos quatro quadrantes da forma urbana definidos pelas avenidas ortogonais. Elas são parte de uma quadra dividida. Diante de duas destas praças, na porção remanescente da quadra original, se instalam a igreja e a escola, uma em cada lado da cidade, considerando o eixo definido pela avenida que nasce diante da estação, de modo a enfatizar a simetria da composição. O cemitério e o campo de esporte se colocam, cada um, a um lado da cidade (REGO; MENEGUETTI, 2006, p.100).

A malha urbana de Jussara é formada por quatro avenidas, que são Dr. Gastão Vidigal, Dr. Gastão de Mesquita Filho, Napoleão Moreira da Silva e Princesa Isabel, que ligam os bairros mais distantes com o centro. É um plano urbano, compacto e coeso. Como já mencionado anteriormente, o desenho das cidades de médio porte e patrimônios seguia um esquema básico. Neste esquema destacamos as praças, elas assumiram “formatos regulares, resultantes das formas geométricas mais simplificadas: retângulos, losangos, quadrados – soluções da mesma prancheta que elaborou os tabuleiros de xadrez que configuraram, quase sempre, as vias urbanas ortogonais” (REGO; MENEGUETTI, 2006, p.102).

A configuração das praças quase sempre seguia a posição das quadras, ou era parte destas quadras ou assumiam formas parecidas com elas. Outra característica do planejamento das cidades pela CMNP eram que, na maioria dos casos, a praça central ficava em frente da igreja Matriz (católica), geralmente ocupavam os espaços mais altos da cidade, mas no caso de Jussara isso não ocorre. Podemos observar na Figura 8, que a praça principal não é o lugar onde se instala a igreja, que se acomoda em outro terreno (representado na Figura 8 com a letra I).

Por meio da Figura 9 apresentamos o plano urbano mais recente do município, pois, embora pequena e crescendo a um ritmo lento, houve significativa modificação no plano urbano anteriormente descrito e apresentado. Através do plano e desenho urbano mais recente podemos observar como os novos bairros apresentam um formato, tanto no tamanho da quadra quanto no tamanho do lote, diferentes dos planejados no desenho inicial.

Segundo o Plano Diretor (2009), o lote padrão na área urbana mede 15x40 metros, resultado em 600 metros², mas lotes com 180 metros² também podem ser encontrados, esses lotes são resultados de desdobramentos mais recentes, o que tem acontecido também em outras localidades da região. Os conjuntos habitacionais apresentam outra característica, pois eles têm que atender as medidas de lotes específicas dos programas de moradia do Governo. Nos novos loteamentos houve uma redução do tamanho dos lotes, que variam entre 180 metros² a 334 metros². Na Figura 9, anteriormente apresentada, essas diferenças podem ser visualizadas com clareza, marcando uma ruptura morfológica com o núcleo inicialmente planejado.

O Plano Diretor (2009), destaca que as edificações da cidade não ultrapassam o segundo pavimento, predominando moradias térreas que são, em sua maioria, construções de alvenaria, obedecendo os três metros de recuo frontal. Ao todo a cidade conta com quinze bairros, apresentados na Figura 10, são eles: Jardim Ana Laura I; Jardim Ana Laura II; Jardim Angelina Fiorini; Conjunto Habitacional Bela Vista; Centro; Jardim Cristal; Conjunto Padre Francisco Robl I; Conjunto Padre Francisco Robl II; Conjunto Padre Francisco Robl III; Conjunto Heitor da Silva; Jardim Vitória; Residencial Karl Roes; Residencial Padre Dehon; Jardim Pedro Jorge e Conjunto São Pedro.

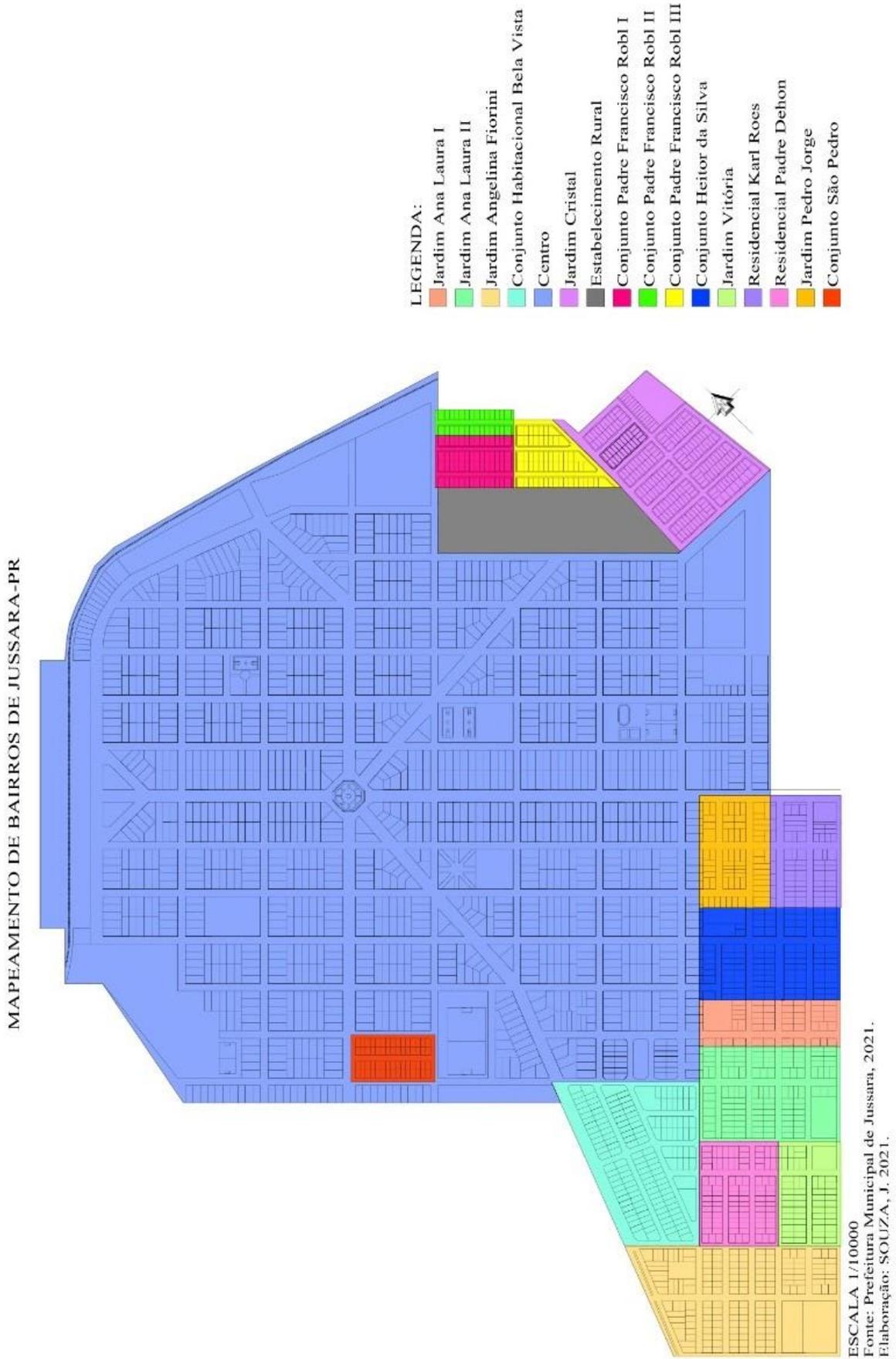


Figura 10: Jussara – Zoneamento intraurbano, 2021.
Fonte: SOUZA, J. 2021.

Após olhar para a planta urbana como um todo e constatar a produção de áreas que podem ser morfologicamente distinguidas e problematizadas. A seguir abordaremos alguns bairros escolhidos para a análise desta pesquisa para conhecer ao menos parte da produção dessas áreas com um pouco mais de detalhe. Esses bairros foram escolhidos por apresentarem, pela análise prévia, descontinuidade com o tecido urbano e formato do estabelecimento do campo.

3.3. MORFOLOGIA DOS NOVOS BAIRROS

Utilizamos como parte dos procedimentos metodológicos para a análise dos bairros selecionados para esta pesquisa adaptações da Biografia de um Loteamento proposta por Campos Filho *et al* (1986). Nesta metodologia há um amplo roteiro que inclui aspectos históricos da área que deu origem ao loteamento, desde o seu surgimento, quem era o antigo proprietário, se era ou não um produtor rural. Quem adquiriu a propriedade e a loteou, se foi contratado um arquiteto para desenhar a planta, entre outros aspectos e se esse planejamento levou em consideração como seria a vivência das pessoas que ali iriam residir. Observamos que dos quatro bairros selecionados, três são conjuntos habitacionais e um é loteamento, antes de serem adquiridos pela Prefeitura e pela empresa loteadora, esses lotes pertenciam a produtores rurais residentes do município. Lembramos neste ponto o aporte teórico de Capel (2002), onde ele destaca a importância dos estudos das formas rurais existentes para entender a evolução das formas urbanas. Para o autor o uso de ferramentas como cadastros pré urbanos, no caso do Brasil o CAR, auxilia no processo de compreensão dos aspectos que influenciam no desenvolvimento urbano. Deste modo, partimos para a análise dessas áreas.

3.3.1. Jardim Cristal

O Jardim Cristal foi criado após a loteadora Incorplan Incorporações e Loteamentos adquirir o lote de terras de um agricultor que residia em Jussara. A família desse agricultor é descendente de espanhóis que migraram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Quando chegaram ao país se estabeleceram em Presidente Prudente-SP, onde compraram uma fazenda e todos da família trabalhavam nela no cultivo de algodão e amendoim.

Um dos filhos ficou sabendo de uma oportunidade de adquirir um lote rural em uma área de mata virgem no Paraná. Migrou com sua família para Jussara no ano de 1959, chegando à cidade comprou um terreno na área urbana. Um ano depois vendeu este terreno e comprou uma chácara de um alqueire localizada perto da linha do trem (sentido à Cianorte-Pr). Em 1966

ele trocou esta chácara pelo lote de dois alqueires (onde hoje é o Jardim Cristal). Esse lote era de um amigo da família que desmatou a área para o cultivo de grãos.

Em dois anos o valor total do lote foi quitado e ele comprou mais dois alqueires do lote vizinho (Conjunto habitacional Padre Francisco III). Em 1980 o agricultor faleceu e seu filho herdou o sítio, mas o usufruto ficou com a mãe até meados de 2014, quando ambos os sítios foram vendidos, um para prefeitura e um para empresa loteadora. O valor arrecadado pela venda foi investido em outros empreendimentos.

A Incorplan Incorporações e Loteamentos e a Okada Empreendimentos são empresas parceiras pertencentes a um grupo de empresários da região, sua sede está localizada na cidade de Umuarama-Pr. É uma empresa nacional de capital privado que atua na indústria da construção civil, incorporações imobiliárias e implantação de loteamentos urbanos. Quem intermediou o processo de compra e venda foi um vereador do município (mandatos 2008 – 2012, 2012 – 2016 e 2016 - 2020).

O projeto ficou a cargo da arquiteta Any Paula Dias da Silva, que atua na empresa desde 2011. Os lotes foram distribuídos em onze quadras retangulares somando um total de 225 lotes residenciais que variam de 180,13 metros² a 323,39 metros². A subdivisão dos lotes nas áreas já consolidadas e para novas áreas está previsto na Lei nº 1.471/2014 (Anexo A), que alterou a Tabela de Uso e Ocupação da Zona Residencial – ZR da Lei nº 1.289/2011 (Anexo B), permitindo “a regularização das subdivisões existentes, quando a área mínima for de 180 metros² e testada mínima de 8 metros, ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50 metros, com área mínima de 180 metros², excluída a área do corredor de acesso”.

De acordo com o Art. 2º da Lei Municipal nº 1.288/2011 (Anexo C), que dispõe sobre o parcelamento e o remembramento de solo para fins urbanos, o loteamento está definido como “a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação e ampliação das vias existentes” (JUSSARA, 2011). A empresa usou como meio de divulgação para a venda dos lotes, imagens de satélite, *folders* e *banners*, algumas dessas propagandas simbolizam uma família feliz, indicando que o loteamento seria um local ideal para as famílias que ali residiriam, conforme veremos nas Figura 11 e Figura 12 a seguir. Podemos observar na Figura 13 os lotes vendidos e a serem vendidos, em azul temos os lotes que estão em negociação, pois o processo de compra ainda não foi finalizado e em vermelho e amarelo são os lotes vendidos tanto pela Incorplan, quanto por uma outra empresa parceira chamada Losango Loteadora.

Jardim Cristal

JUSSARA - PR

Lotes de **180 a 334m²**
com parcelas a partir de **R\$ 411,54** 

PEQUENA ENTRADA RESTANTE EM **120** VEZES 

NÃO PERCA TEMPO!
VENHA FAZER UM ÓTIMO INVESTIMENTO 

Infra-Estrutura Completa 

ARBORIZAÇÃO **ÓTIMO NEGÓCIO**

ASFALTO **ÁGUA / ENERGIA**

www.incorplanloteamentos.com.br

 **OKADA**
LOTEADORA

 **INCORPLAN**
INCORPORAÇÕES E LOTEAMENTOS

 **Bella**
Imobiliária
A certeza de um bom negócio!

Informações e Reservas: 44 9968-2412 - 9933-9000

Figura 12: Jussara – Material de divulgação da venda de lotes do Jardim Cristal, 2019.
Fonte: Incorplan, 2021.

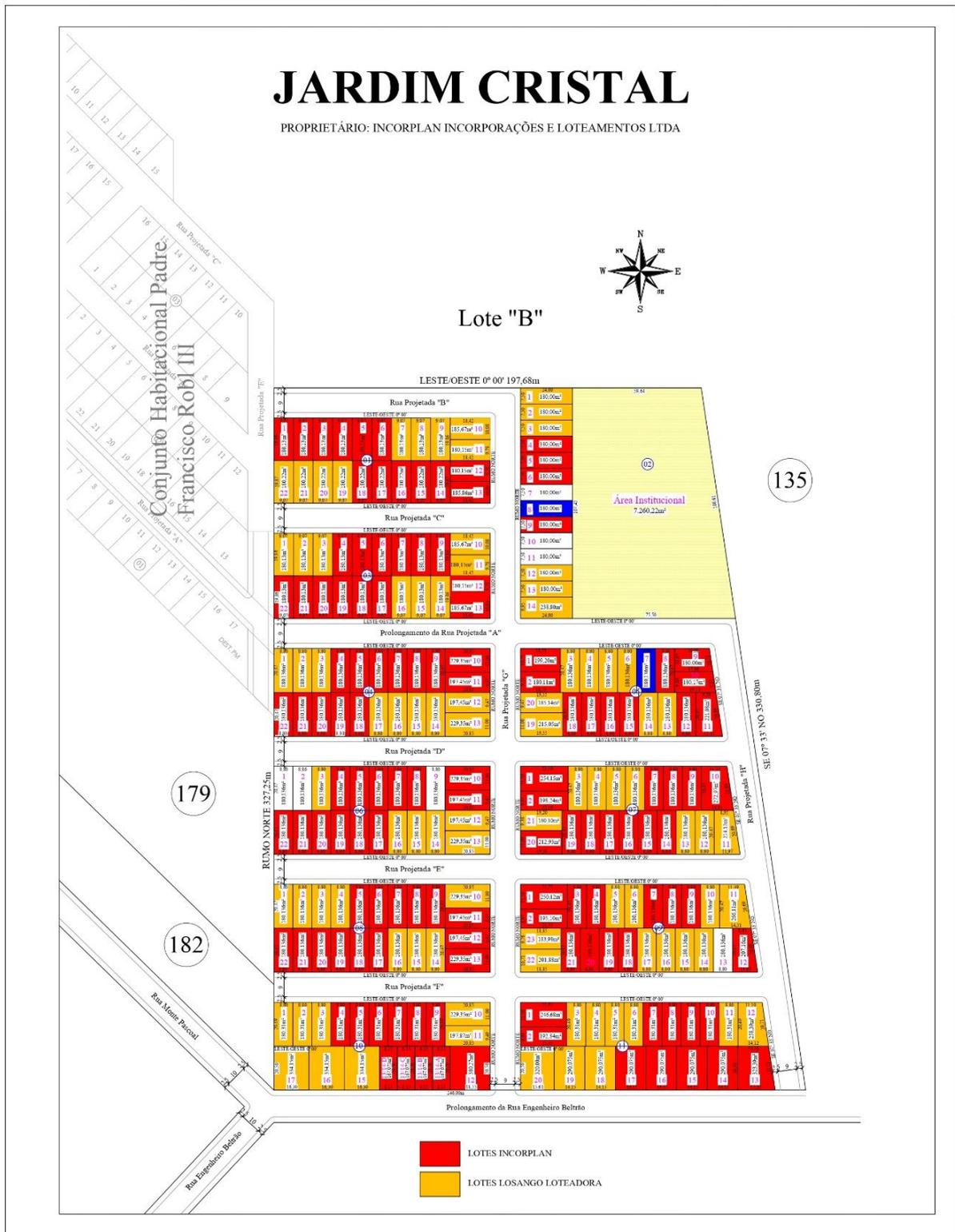


Figura 13: Jussara – Material de divulgação - Lotes vendidos e a serem vendidos no Jardim Cristal, 2020.¹⁸
 Fonte: Incorplan, 2021.

¹⁸ Na Figura 13 consta a existência de um lote B, em contato com a Prefeitura de Jussara, este lote é um estabelecimento do campo que não pertence ao município, portanto, devemos desconsiderar esta informação da figura.

Praticamente 95% dos lotes foram vendidos, como podemos observar na Figura 13 os lotes que estão em branco são os lotes a serem vendidos e os que estão em amarelo e vermelho são os lotes que já foram vendidos. A divulgação do loteamento pela empresa foi através do seu *site* oficial, publicações através de redes sociais e um *outdoor*, como podemos observar na Figura 14, que está localizado na rua Monte Pascoal próximo à rua Engenheiro Beltrão que dá acesso ao empreendimento.



Figura 14: Jussara – Material de divulgação – *Outdoor* de vendas de lotes do Jardim Cristal, 2021.

Fonte: SOUZA, J.

O loteamento está localizado em uma região mais afastada (Figura 10), nota-se no projeto do loteamento (Figura 11), que ele apresenta duas ruas alongadas, a rua Projetada A e Projetada B e um prolongamento da Rua Engenheiro Beltrão, as demais ruas, em sua maioria, apresentam descontinuidade com as ruas dos bairros vizinhos. Observamos em visita a campo que a empresa loteadora não levou em consideração o deslocamento da população que ali irá residir, o morador para ter acesso ao centro da cidade precisa dar uma volta, passando pelos Conjuntos Habitacionais Padre Francisco Robl III e I ou pelo prolongamento da rua Engenheiro

Beltrão (Figura 15), este trecho está ligado a estrada rural que dá acesso às Vilas Rurais do município.

São áreas que geram uma cidade, embora pequena, cada vez mais fragmentada e de difícil caminhabilidade. Os moradores desses bairros encontram algumas barreiras ao andar a pé, entre elas estão as barreiras urbanas, que são a falta de calçadas ou quando tem calçadas elas são estreitas ou não adequadas para a caminhada, falta de árvores, ruas que não se conectam e as longas distâncias a serem percorridas. Temos também a barreira invisível, como a sensação de insegurança, que se manifesta por diversos fatores, neste caso, ela se manifesta pelo esvaziamento das ruas, por ser um loteamento novo, não há muitas construções e como podemos observar na Figura 15, a rua que dá acesso ao Jardim Cristal é a mesma que vai para a Vila Rural, dos dois lados há estabelecimentos do campo, o que acaba gerando essa sensação de insegurança, principalmente à noite por não ter movimento de pessoas.



Figura 15: Jussara – Rua que dá acesso ao loteamento Jardim Cristal, 2021

Fonte: SOUZA, J. 2021.

Todo empreendimento imobiliário deverá ceder, através de doações, uma área para uso institucional, conforme previsto a Lei Federal nº 6.766/79, essa área pode ser transformada em uma área verde, praças, parques, entre outros. No caso da área destinada a uso institucional do Jardim Cristal, a prefeitura construiu um complexo esportivo (Figura 16), para uso de toda a comunidade.



Figura 16: Jussara – Complexo esportivo do Jardim Cristal, 2021.
Fonte: SOUZA, J.

Conforme o contato com o vereador que intermediou o processo de compra e venda do estabelecimento do campo para a empresa loteadora, o valor dos lotes no Jardim Cristal está saindo em média de duzentos e sessenta reais o metro² totalizando em um valor de quarenta e seis mil e oitocentos reais o lote de 180 metros² e os lotes de até 323 metros² foram vendidos no valor entre sessenta a oitenta mil reais, mas esse preço varia conforme a localização do lote e o seu tamanho. Destacamos que não há venda de lotes comerciais no loteamento.

3.3.2. Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I, II III

Os lotes que hoje são os conjuntos habitacionais I e II pertenciam a uma família de imigrantes japoneses que vieram para o Brasil em 1933 em busca de terras férteis e com preço acessível, chegando ao país foram morar na cidade de Cambará-Pr, permaneceram lá até o ano de 1953 quando mudaram para Jussara e abriram uma oficina de veículos na av. Princesa Isabel, onde atuaram por vinte anos.

A família adquiriu o sítio de aproximadamente 3,5 alqueires diretamente com a CMNP e, praticamente, todos os familiares trabalharam nas terras no cultivo de grãos, principalmente soja e trigo por cerca de trinta anos até vender o estabelecimento do campo para a prefeitura. Quem intermediou o processo de compra e venda do lote foi o próprio prefeito da época (Ailton Vieira de Matos, 2000-2008) com a intenção de construir moradias oriundas de projetos habitacionais.

O Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I foi inaugurado no dia 9 de novembro de 2013, foi um projeto em parceria com a Prefeitura Municipal, Construtora Japurá, Caixa Econômica Federal e Governo Federal através do PMCMV. A prefeitura cedeu o lote de terras para a conversão em um conjunto habitacional. A construção do conjunto habitacional ficou a cargo da Construtora Japurá. A empresa está localizada na cidade de Japurá-Pr, é uma empresa pertencente a um grupo regional e tem como principais clientes a Caixa Econômica Federal – CEF, CMNP, Companhia de Habitação do Paraná – Cohapar, e a Prefeitura de diversos municípios do Estado do Paraná. O responsável técnico pelo projeto foi Jair Brune da Brune Engenharia e os lotes foram distribuídos em três quadras retangulares somando um total de cinquenta e seis lotes residenciais que variam de 200 metros² a 250 metros², como apresentados na planta do conjunto (Figura 17).

O Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl II e III foi entregue aos contemplados no dia 7 de janeiro de 2020, é um projeto do PMCMV e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, com apoio da Prefeitura Municipal, CEF, Governo Federal, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae e Companhia Paranaense de Energia – Copel. O lote de terras foi uma doação da prefeitura para a conversão em um conjunto habitacional, ele fica ao lado do Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I. A empresa responsável pelos serviços de execução da obra e o projeto (Figura 18) ficou a cargo da Exact Empreendimentos e Consultoria, empresa regional e iniciou suas atividades como Correspondente Autorizado da Caixa Econômica, com sede localizada na cidade de Astorga-Pr. Os lotes foram distribuídos

em cinco quadras retangulares somando um total de oitenta e seis lotes residenciais que variam de 200 metros² a 436 metros².

De acordo com a Lei Municipal nº 1.288/2011 (Anexo C), que dispõe sobre o parcelamento e o remembramento de solo para fins urbanos, o loteamento está definido como subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação e ampliação das vias existentes.

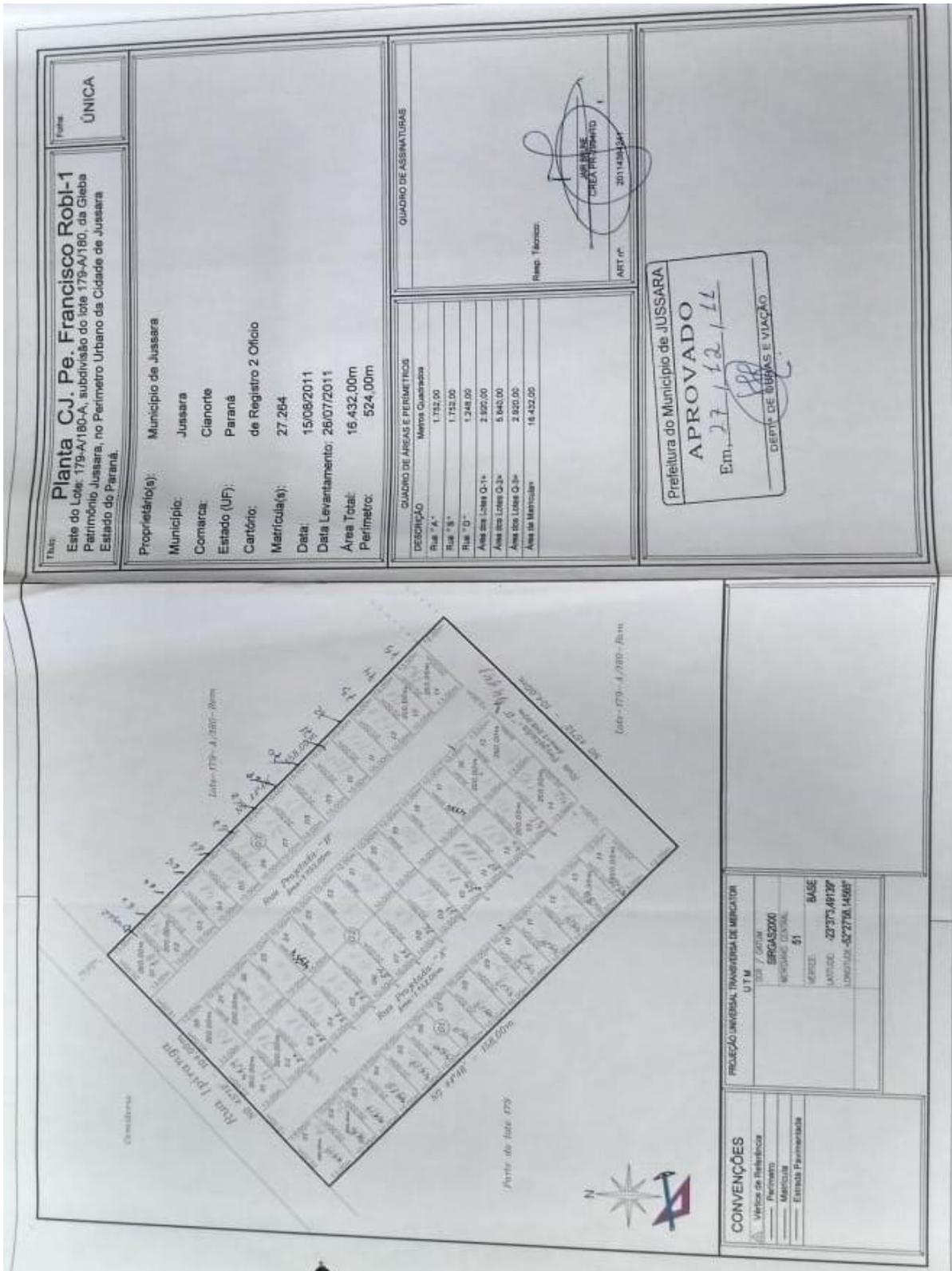


Figura 17: Jussara – Planta do Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I.
Fonte: Prefeitura de Jussara-Pr, 2021.

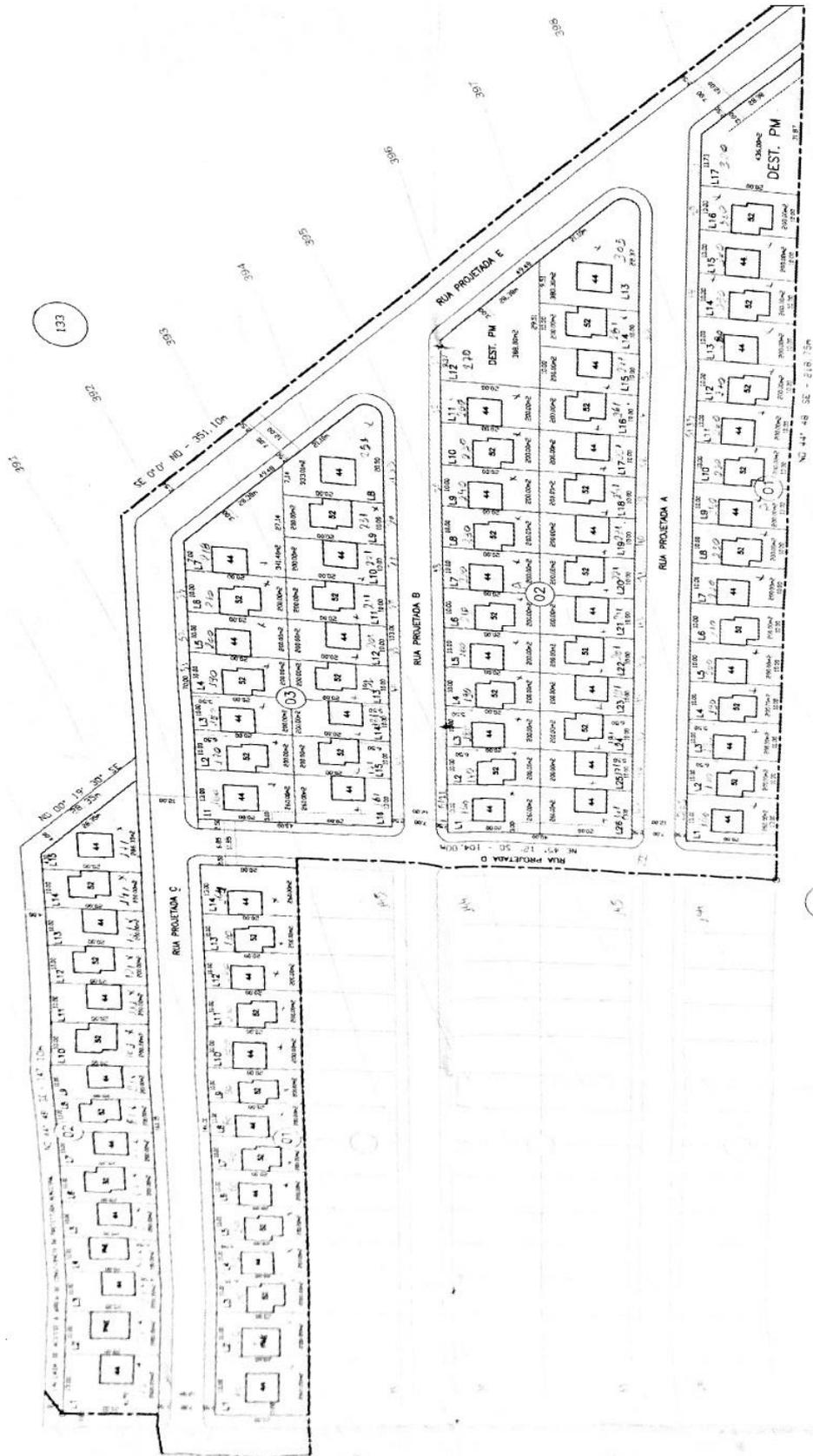


Figura 18: Jussara – Projeto do Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl II e III, 2013.
Fonte: Prefeitura de Jussara-Pr, 2013.

Podemos observar, também no trabalho de campo, que ambos os conjuntos habitacionais estão com praticamente 100% de ocupação. A maioria das casas foram reformadas e/ou aumentadas, mudando a arquitetura repetitiva inicial de que todas as casas seriam iguais, apresentadas na sequência de Figuras a seguir (Figuras 19, 20, 21 e 22). Quem fez divulgação para a inscrição para ambos os projetos do PMCMV e a seleção dos contemplados foi a Prefeitura do município.



Figura 19: Jussara – Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I, 2013.

Fonte: Prefeitura de Jussara-Pr, 2013.



Figura 20: Jussara – Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl I, 2013.
Fonte: Prefeitura de Jussara-Pr, 2013.



Figura 21: Jussara – Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl II, 2021.
Fonte: SOUZA, J.



Figura 22: Jussara – Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl III, 2021.

Fonte: SOUZA, J.

Podemos observar através das figuras apresentadas que a maioria das construções foram modificadas, por ser um projeto que é entregue em seu estado mínimo, com áreas reduzidas e sem acabamentos. Algumas apresentam casos de autoconstrução, modificações realizadas pelos moradores, pois as famílias não tem condições de contratar um profissional para prestar assistência técnica em construção civil. Essas modificações vêm como uma opção essas que desejam reformar suas residências, mas que não tem condições de contratar um profissional da área, como arquitetos e engenheiros.

A falta de informação na hora de construir ou reformar a residência pode acarretar em problemas futuros, como construções irregulares ou de má qualidade. Os moradores vão fazendo as reformas aos poucos, principalmente por questões financeiras e, portanto, não há um planejamento para essas obras. Segundo dados coletados no contrato de compra e venda de terreno e construção de uma unidade habitacional Padre Francisco Robl I de um dos contemplados, o valor da operação foi de quarenta e oito mil e novecentos e oitenta reais com um desconto de nove mil reais de FGTS, resultando no valor do financiamento de quarenta mil reais. Esse valor foi dividido em trezentas prestações, com parcelas iniciais de duzentos e oitenta

e três reais. Já os dados coletados no contrato de compra e venda de terreno e construção do conjunto habitacional Padre Francisco Robl II e III, o valor do financiamento ficou em torno de oitenta e cinco mil reais, dividido em trezentos e sessenta parcelas de trezentos e quarenta e dois reais, a entrada do financiamento foi com o FGTS, no valor de treze mil reais.

Observa-se que no Conjunto Habitacional Padre Francisco Robl III há uma área de Reserva Legal que foi transformada em Parque Municipal através da Lei Municipal nº 1.599/2017 (Anexo D). Salientamos que não houve um projeto de arborização em nenhum dos três conjuntos habitacionais e do Jardim Cristal. Oliveira *et al.* (2017), destaca que:

A arborização presente no ambiente urbano pode proporcionar diferentes funções ecológicas, tais como: redução da poluição do ar, elevação da umidade relativa, amenizar ruídos, servir como referencial urbano, valorização estética e, ainda, satisfazer os requisitos sociais e econômicos (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.106).

A arborização desempenha um papel fundamental nos centros urbanos, como destaca Yonegura e Endlich (2021), ela proporciona a “moderação de extremos climáticos; absorção da água da chuva; sombra; favorece a manutenção do asfalto; harmoniza e humaniza a paisagem, gerando conforto visual; funciona como barreiras frente ao vento e contra a poluição sonora; dentre outros” (YONEGURA; ENDLICH, 2021, p.2). O planejamento da arborização se faz necessário no ambiente urbano, muitas cidades brasileiras apresentam problemas com a má distribuição de espécies arbóreas, calçadas danificadas pelas raízes de árvores de porte inadequado para o espaço e altura de árvores incompatível com a altura da rede elétrica (muitas árvores passam a altura da fiação elétrica). O planejamento arbóreo além de trazer benefícios ambientais, também propicia benefícios sociais e econômicos para as cidades.

Além do desenho urbano inicial das cidades, a arborização é também um atributo das cidades da região setentrional no Paraná. As cidades/localidades nesta região em geral acompanham o que foi implantado em Maringá. A própria CMNP após perceber o intenso desmatamento que seu empreendimento vinha provocando na região, iniciou um projeto de arborização em Maringá (YONEGURA; ENDLICH, 2021).

Consideramos que as questões mostradas anteriormente são essenciais para a análise da morfologia urbana e a estruturação da cidade. Neste sentido, no próximo capítulo iremos apresentar o perímetro urbano e a área do cinturão verde que está em seu entorno, mostraremos que o crescimento urbano está pressionando esta área. Isso acontece, porque a cidade ainda que pequena teve o crescimento territorial demonstrado e o cinturão verde passou a ser uma área atraente para os agentes imobiliários. O cinturão verde de Jussara não tem a configuração que

deveria ter, ou seja, é mais do que uma reserva para essa finalidade do que concretamente um cinturão. Contudo, é significativo manter a área para que essa possibilidade exista. De modo algum deve ser transformada em área urbana. É uma área de reserva ou proteção ambiental urbana. Essas questões foram observadas em campo e elas se contrapõem ao planejamento proposto inicialmente, destacamos que esse processo pode gerar uma especulação imobiliária na área mencionada. Identificaremos as áreas morfologicamente diferenciadas, assim como os problemas urbanos ocasionados pela ruptura do tecido urbano.

4. PLANEJAMENTO URBANO, PLANO DIRETOR E A QUESTÃO DA MORFOLOGIA



Para compreender as modificações ocorridas na forma urbana frente ao contraste observado com o núcleo inicial planejado, consideramos necessário consultar o Plano Diretor, que é um projeto que visa orientar o uso e ocupação do solo urbano, é elaborado pelo Poder Executivo Municipal e conta com uma equipe interdisciplinar (com profissionais da área da arquitetura, engenharia civil, geografia, entre outras áreas). Isso, porque essa deterioração da forma urbana tem ocorrido justamente quando houve uma cobrança por plano diretores, mas que não necessariamente refletiram em planejamento urbano/municipal. Esse é também o caso de Jussara. Portanto, neste capítulo falaremos sobre o perímetro urbano e a área do cinturão verde que está nas proximidades da área urbana, verificando se o plano diretor permitiu que as formas que estão dentro desta área existissem ou se o que está proposto no documento está sendo desrespeitado. Identificaremos também as áreas morfologicamente diferenciadas do tecido urbano com base nos estudos de Capel (1983 e 2002) e Endlich (2011).

4.1. O PERÍMETRO URBANO E A ÁREA DO CINTURÃO VERDE

O intenso processo de urbanização se deu, na maioria dos casos, pela expansão horizontal das cidades, transformando áreas não urbanas em urbanas, trazendo consequências para os centros urbanos como o aumento da demanda por empregos e de serviços públicos. Esse processo também ocorreu nas pequenas cidades. Nas cidades da região, como abordamos antes, inicialmente planejadas, o estranhamento quanto as formas fragmentadas são ainda maiores.

Como mencionamos, esse processo apresentou diversas situações, como a urbanização das áreas de fronteira econômica, crescimento das médias localidades, periferização dos centros urbanos, entre outros. Com isso houve uma necessidade de criar políticas que regulamentam a expansão urbana, como o Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano (PL nº 775/1983), que antecede ao Estatuto da Cidade, essa proposta durou pouco e logo foi substituída por uma “definição de conteúdo mínimo do plano diretor que vigora hoje no Estatuto da Cidade” (SANTORO, 2014, p.174).

O Estatuto da Cidade é uma lei (Lei Federal nº 10.257/01) “que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Entretanto, destacamos que essa lei não exige a revisão ou a criação do perímetro urbano, pois ela não aborda o tema sobre expansão, conforme Santoro (2014) destaca:

Não associa o conteúdo do plano diretor às regras para o parcelamento do solo, quando um município o faz é arbitrariamente; não contém instrumentos para regular áreas rurais, mostrando inclusive um certo desconhecimento sobre o que pode ser o planejamento destas áreas (SANTORO; COBRA; BONDUKI, 2010). Sem obrigatoriedade e com muita discricionariedade, os municípios podem estabelecer seus limites urbanos em outras leis, que não o seu plano diretor, não associadas ao seu planejamento (SANTORO, 2014, p.174).¹⁹

O perímetro urbano é uma linha que delimita a área urbana e a área de expansão do município. Segundo o IBGE quem delimita essa área é o poder legislativo municipal, por meio de um sistema político-administrativo. A demarcação do perímetro urbano é importante para o município, é através dele que se torna possível o direcionamento de ações como arrecadação de tributos para a execução de serviços urbanos e o desenvolvimento de políticas de urbanização, entre outros.

São vários os embates entre os agentes produtores do espaço urbano e isso tem se tornado visível quando se acompanha o processo de planejamento desencadeado em cada município por ocasião da elaboração e, mais recentemente, das revisões de planos diretores. Área incorporada ao perímetro urbano pode se tornar produto do mercado imobiliário quando eles assim o desejarem. Em Jussara observamos na Figura 23 a extensão do referido perímetro. Essa é uma localidade em que a malha urbana está localizada na parte do relevo, praticamente, plano e as declividades mais acentuadas estão localizadas a noroeste.

São vários os elementos a serem considerados para compreender a tendência espacial de expansão de uma localidade. Fatores ambientais como os assinalados são fundamentais, pois um relevo com declividade acentuada representa obstáculo para a expansão urbana. Apesar disso, fatores decorrentes das relações sociais, econômicas e políticas são muitas vezes os mais complexos e, ao mesmo tempo, os mais relevantes para ler a forma urbana.

¹⁹ Após a aprovação do Plano Diretor, houve aprovações de leis complementares, coerentes ao documento.

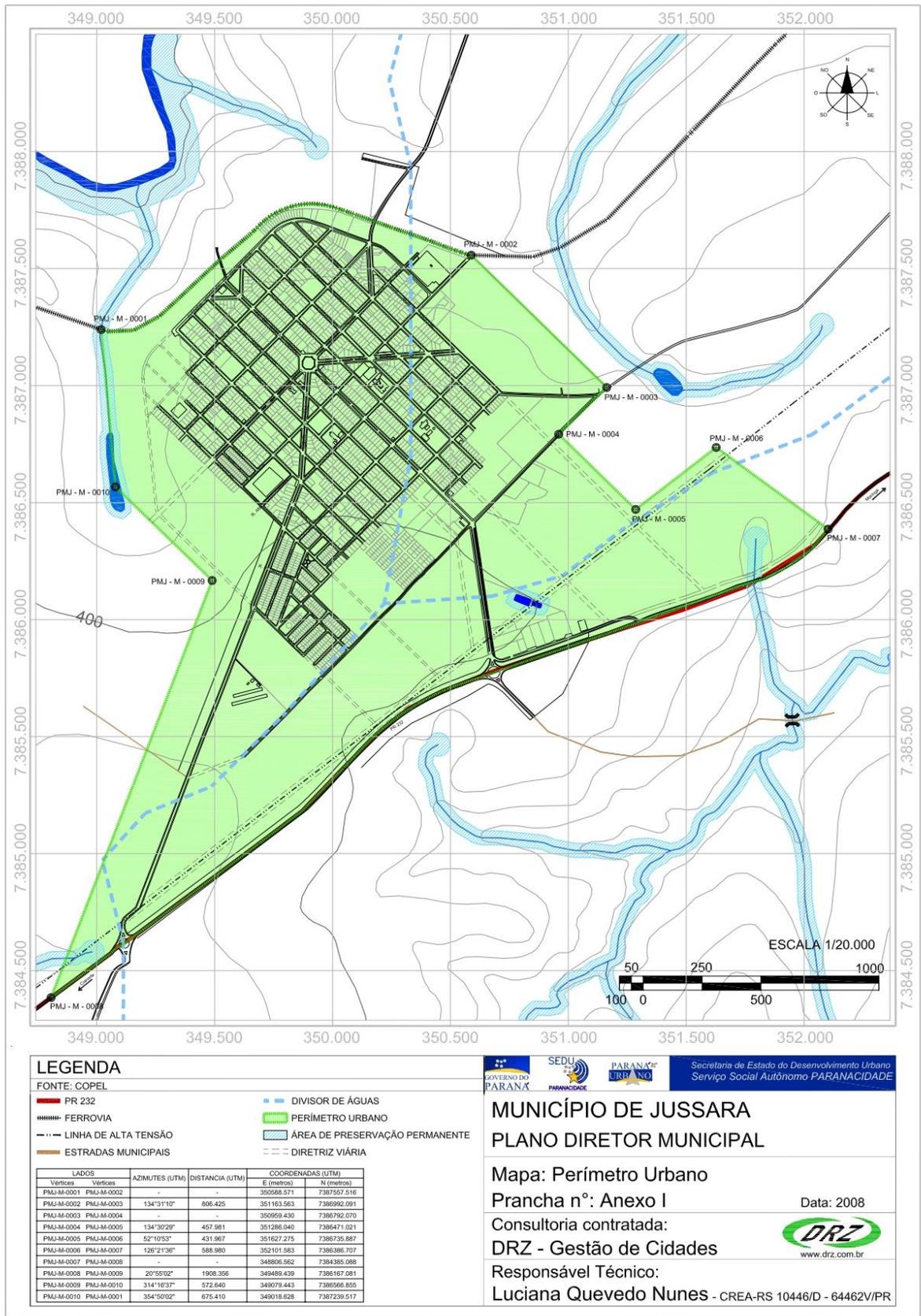


Figura 23: Jussara - Perímetro urbano, 2008.
 Fonte: Plano Diretor de Jussara-PR, 2009.

Podemos observar na Figura 23 que o perímetro urbano proposto no Plano é uma área extensa e sua forma favorecerá o processo que identificamos, com as áreas que apresentam descontinuidades/fragmentações, trabalhadas nesta pesquisa seja acentuado. Esse processo é resultado de uma expansão urbana como estratégia imobiliária, a construção de loteamentos periféricos configura o crescimento urbano, os estabelecimentos do campo são inseridos a forma urbana sem considerar o desenho inicial.

Outro ponto a ser destacado é a região ao redor do perímetro urbano proposto pelo Plano Diretor, essa região é atendida pela Macrozona do Cinturão Verde, conforme mostrado na Figura 24, que é uma faixa de 500 metros de largura e tem como objetivo amenizar as atividades do campo e urbanas.

De acordo com a Lei nº 1.268/2011 (Anexo E) que institui o Plano Diretor Municipal de Jussara, especificamente do Art. 47, fica proibido:

- I. Garantir e salvaguardar a saúde e bem estar da comunidade urbana;
- II. Disciplinar o manejo das atividades rurais ali exploradas;
- III. Proibir a construção e instalação de aviários e suinocultura que comprometa a qualidade de vida e o sossego da população urbana;
- IV. Inibir atividades produtivas que utilizem queimada ou defensivos agrícolas que possam comprometer a população urbana;

O que podemos observar é que essa lei não está sendo cumprida, pois em algumas áreas o crescimento urbano está pressionando o cinturão, assim como os estabelecimentos agrários que estão no interior da área.

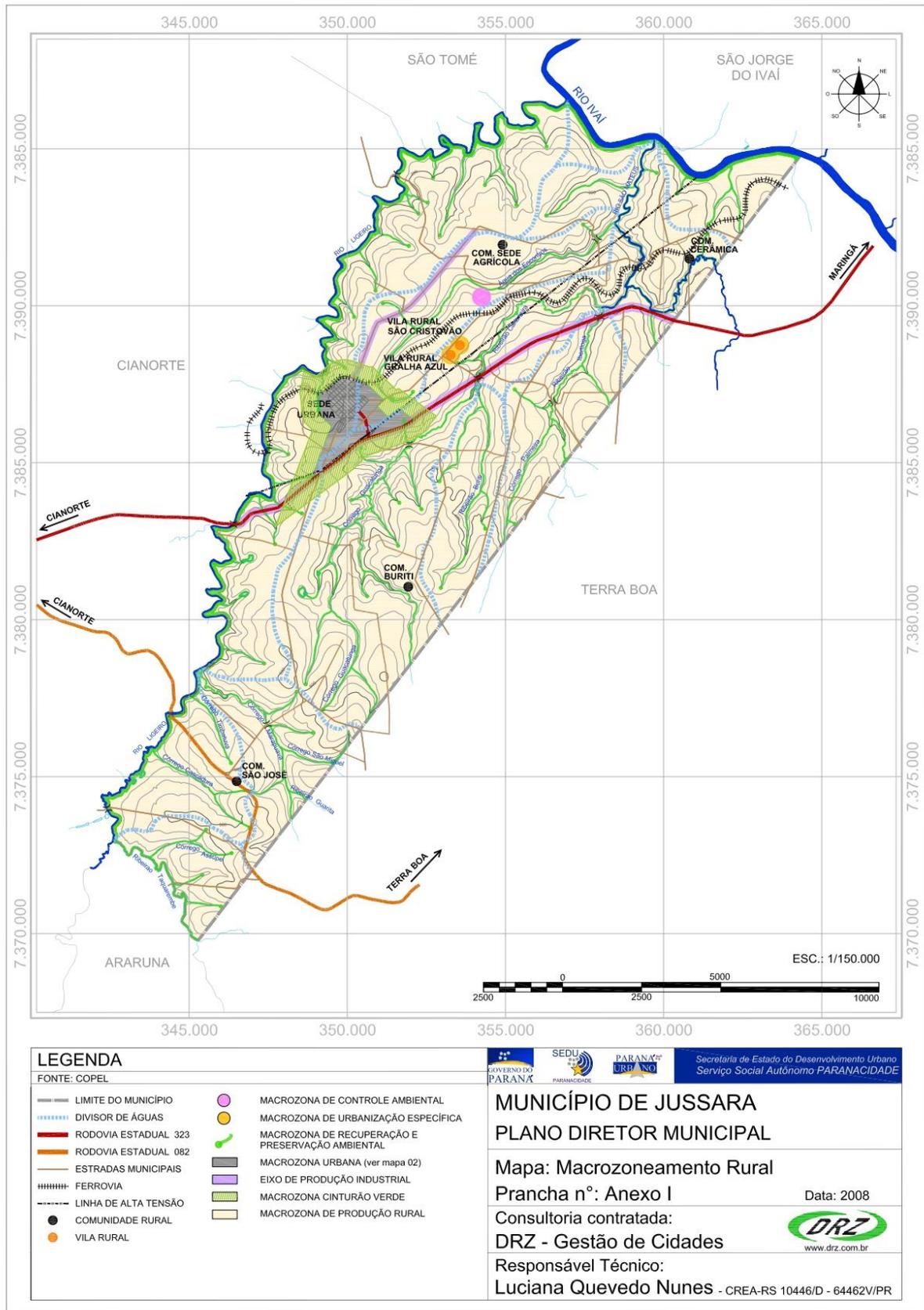


Figura 24: Jussara – Macrozoneamento rural, 2008.
 Fonte: Plano Diretor de Jussara-PR, 2009.

É importante ressaltar que o que foi proposto no Plano Diretor (2009) do município não está respeitado, pois atividades como cultivo de cana-de-açúcar, aviários, suinocultura, cultivo de soja, milho, e outros empreendimentos, acontecem tanto no entorno da área quanto no interior da mesma. Ainda que proibido o uso de aplicação de inseticidas/agrotóxicos ou qualquer outro produto que coloque em risco a saúde da população, eles são usados com frequência pelos agricultores da região. Salientamos que não há nenhum incentivo por parte do governo municipal para o desenvolvimento de agricultura orgânica nesta área, que seria o adequado pela proximidade aos espaços de moradia. Inclusive, o cinturão verde poderia cumprir essa função.

Não há uma lei municipal específica que trata sobre a aplicação de inseticidas e agrotóxicos, mas no Art. 88, §2º da Lei nº 1.285/2011 (Anexo F) que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Jussara, refere-se à proibição de queimadas e a aplicação de inseticidas ou qualquer outro produto que venha a pôr em risco a saúde da população na área denominada de Cinturão Verde.

Após essas observações acerca do perímetro urbano de Jussara, iremos identificar as áreas que são morfologicamente diferenciadas do plano urbano, algumas dessas áreas com o decorrer dos anos foram incorporadas ao plano devido ao crescimento da cidade, mas os novos bairros estão localizados em uma região mais afastada, e o foco do nosso estudo recai sobre eles.

4.2. IDENTIFICANDO ÁREAS MORFOLOGICAMENTE DIFERENCIADAS

Estudar a forma urbana, seu crescimento e as políticas de planejamento, se tornam necessários para compreender o espaço urbano. Para Villaça (2000) a análise intraurbana é o estudo de todos os atributos presentes no espaço urbano. Para o autor explicar as formas urbanas (os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, densidades, etc.) é “indispensável considerar as relações de determinado ponto, ou conjunto de pontos, com todos os demais pontos do espaço urbano” (VILLAÇA, 2000, p.24). Várias pesquisas desenvolvidas envolvem esta temática, ressaltamos que a análise será orientada por referenciais teóricos assinalados anteriormente, acrescentamos aos mesmos algumas considerações e contribuições.

Os estudos realizados por Capel (1983 e 2002), evidenciam as áreas morfologicamente diferenciadas das cidades espanholas o qual estão ligadas ao processo de evolução que essas localidades sofreram. Assim, o estudo da morfologia urbana se faz necessário para compreender

a especificidade de determinados tecidos urbanos, assim como sua origem e evolução. Para o autor os elementos culturais e o desenvolvimento econômico também refletem na morfologia, ou seja, em muitas cidades é nítido os setores diferenciados por classe social.

O tecido urbano é composto por uma série de elementos, que consideramos como etapas de expansão urbana, esses elementos estão presentes nas grandes cidades, enquanto nas médias e pequenas localidades algumas dessas etapas podem não aparecer. Retomamos a ideia de que a territorialidade da cidade expressada pelo seu plano urbano representa um documento acerca da dinâmica dela. Capel (1983) identificou nas cidades europeias, mais propriamente espanholas, áreas que são morfologicamente diferenciadas vinculadas a seus períodos históricos.

Quadro 2: Espanha – Áreas morfologicamente diferenciadas do tecido urbano.

Los cascos antiguos (centro antigos): são áreas que quando presente na trama urbana, ela mesma revela que se trata da cidade pré-industrial. Frequentemente rodeada de muralhas no passado, corresponde atualmente a uma pequena parte em relação às dimensões atingidas pelas cidades atuais (em especial aquelas que podem ser consideradas como médias ou grandes).

Los ensanches: é a expansão urbana promovida pelo Estado. É possível reconhecer as características únicas dos projetos, são áreas projetadas e destinadas a burguesia e a classe média.

Las parcelaciones privadas (loteamentos privados), são um conjunto de iniciativas privadas que se encontram nos *extrarradios* (subúrbios), a população trabalhadora e migrante que não conseguia viver nos *ensanches* foi se instalando nas periferias urbanas ou em núcleos rurais próximos a cidade. Portanto, o que está denominado como *extrarradio* contempla o resultado espacial deste processo. Em geral, o crescimento foi mais rápido que o *ensanche*, com solos mais baratos e distanciados da muralha e do núcleo principal.

Barraquismo y autoconstrucción (favelas ou áreas de autoconstrução): áreas que possuem como característica marcante a autoconstrução, ainda que com materiais mais sólidos, e possuem uma morfologia deteriorada com carências dos serviços mais elementares. São espaços que acolhem a população mais pobre, tornando-se enormes em grandes áreas metropolitanas.

Los barrios de ciudad jardín (bairros inspirados em cidades jardins): um pouco distanciadas da concepção original da cidade jardim e das suas intenções políticas, foram concretizando-se paulatinamente nas cidades áreas isoladas inspiradas em tais ideias, como alternativas em relação a cidades congestionadas e desagradáveis. Elas se propunham a reunir as vantagens de uma vida no campo, estando na cidade.

Los polígonos de viviendas (polígonos de moradias): resultado de operações urbanísticas para resolver o problema de escassez de moradias, especialmente da classe trabalhadora. Com preços mais baixos, baixo padrão de construção, localização periférica e com problemas de integração ao restante da cidade, resultam de iniciativas públicas ou privadas, porém geralmente com financiamento estatal.

Fonte: Endlich (2011) com base em Capel (1983).

Algumas dessas localidades, devido ao processo de expansão urbana, apresentam áreas com alto preço dos terrenos nos *ensanches*, por conta disto, houve um crescimento nos subúrbios que não foi previsto nos planejamentos urbanos, surgindo os chamados “*los suburbios sin equipamientos*” (CAPEL, 2002, p.454), que são bairros que não oferecem equipamentos e infraestruturas adequadas, agravando os problemas urbanos já existentes nessas localidades.

Com base nesses estudos desenvolvidos por Capel (1983 e 2002), Endlich (2011 e 2019) identificou nas pequenas localidades criadas no Norte do Paraná cinco tipos de áreas. É preciso ressaltar que o intuito não é aplicar o que foi desenvolvido para realidade tão diferente para o Paraná, mas realizar um exercício parecido em buscar na história da localidade a produção do seu espaço. Assim, trata-se de decifrar a diferenciação morfológica e a realidade socioespacial. Essa sistematização está sintetizada no Quadro 3:

Quadro 3: Paraná – Proposta de identificação de áreas morfológicas.

Núcleo inicial planejado – Resultante do desenho inicial das “cidades de prancheta”, com predominância de um traçado ortogonal, lotes e quarteirões maiores e ruas mais largas.

Conjuntos decorrentes de políticas habitacionais – cronologicamente período que se segue aos processos iniciais de formação socioespacial, em especial nas décadas de 1970 e 1980, com a intensificação da urbanização e a necessidade de acolher novos cidadãos.

Novos loteamentos – Grande parte das cidades, mesmo as pequenas na região Noroeste do Paraná, tiveram implantados diversos loteamentos. Este tipo de iniciativa em parte também foi estimulado pelos investimentos anteriormente assinalados da política habitacional brasileira, mas vinculados ao atendimento de faixas de renda superiores.

Áreas de autoconstrução - terceiro tipo de área que decorre de política habitacional insuficiente, especialmente na década de 1990 até o final dos anos 2000.

Áreas de implantação habitacional da faixa 1 do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida – O PMCMV teve início no ano 2009 e refere-se ao subsídio para aquisição de casas para famílias de renda mais baixa e financiamento para as que possuem renda de até cerca de 7 mil reais.

Fonte: Endlich (2019).

Lembramos que essa proposta foi construída com base em cidades pequenas. Em cidades de maior porte na região, além dessas áreas identificadas, podem ocorrer outras expressões espaciais. Aqui foram registradas as que, de modo geral, encontra-se em todas as cidades, expressando inclusive o contexto político. A partir desses estudos, realizamos o mesmo exercício e procuramos analisar o plano urbano de Jussara, neste sentido, identificamos quais são as áreas que são morfológicamente diferenciadas. A cidade estudada, assim como as demais cidades do Norte do Paraná, como mencionamos anteriormente, tiveram seu desenho inicial meramente planejado, mas com o crescimento dessas localidades nas últimas décadas, os novos bairros que foram adicionados não seguem esse planejamento, como podemos observar na Figura 25.

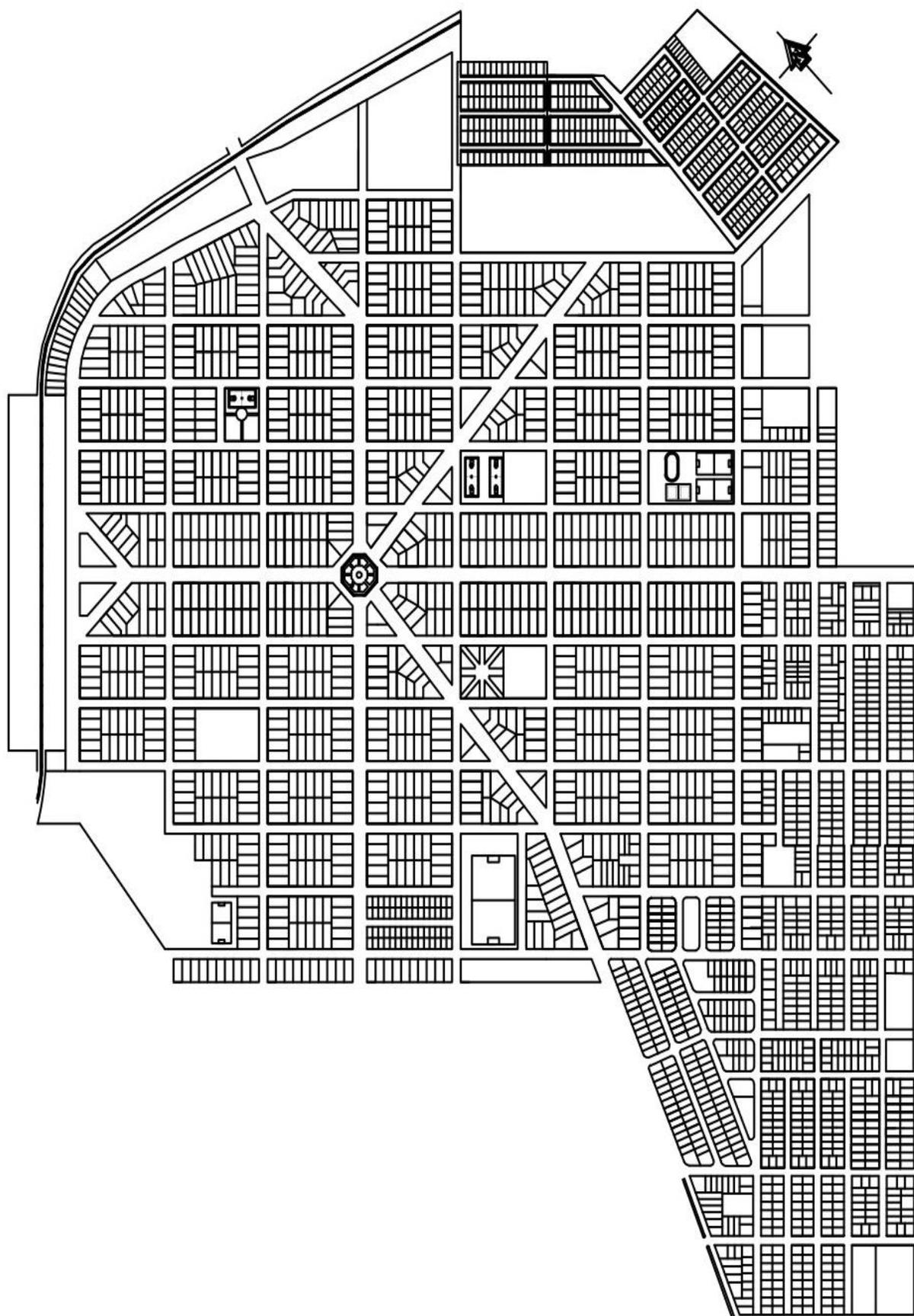


Figura 25: Jussara – Planta urbana, 2021.
Fonte: SOUZA, J.

Observando a planta urbana apresentada na Figura 25, identificamos que Jussara apresenta os cinco tipos de áreas classificadas pela Endlich (2011 e 2019):

- Núcleo inicial planejado: (por estarem entre as localidades que foram criadas pela CMNP e por seu desenho inicial meramente planejado), a área central é mais organizada, apresentando lotes e quadras amplos, as vias principais que cortam a cidade também são amplas e de fácil acesso à rodovia PR323, o que facilita o escoamento de produtos em geral e o transporte de pessoas. Nota-se que conforme a economia do município foi mudando (devido à crise cafeeira), a população do campo foi migrando para a cidade e com isso os novos bairros foram surgindo, mas não obedecem ao planejamento inicial, os lotes e quadras foram diminuindo de tamanho, assim como a largura de algumas ruas.

- Conjuntos decorrentes de políticas habitacionais: o aumento do grau de urbanização nas cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XX, quando a população urbana ultrapassa a rural, acaba agravando a situação habitacional, com o intuito de diminuir o déficit habitacional, criaram-se neste período os conjuntos habitacionais, uma alternativa desses novos cidadãos adquirirem a sua casa própria. Em Jussara temos a criação de três conjuntos habitacionais construídos pela Cohapar, são eles o Conjunto habitacional Bela Vista, com cerca de 176 unidades; o Conjunto habitacional São Pedro com 60 unidades e Conjunto habitacional Padre Dehon com 59 unidades, somando-se 295 unidades habitacionais. Esses empreendimentos, antes distantes do núcleo inicial, com o passar dos anos foram integrados a forma urbana.

- Novos loteamentos: ao todo a cidade conta com oito loteamentos residenciais, são eles o Jardim Ana Laura I, Jardim Ana Laura II, Jardim Angelina Fiorini, Jardim Vitória, Residencial Karl Roes, Residencial Padre Dehon, Jardim Pedro Jorge, mas destacamos aqui o Jardim Cristal, que é o que apresenta uma ruptura com o tecido urbano, seu acesso se dá pela estrada rural que liga a cidade às Vilas rurais.

- Áreas de implantação habitacional da faixa 1 do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida – O PMCMV: ao todo o município conta com três conjuntos habitacionais, são eles, o Conjunto Padre Francisco Robl I, Conjunto Padre Francisco Robl II e o Conjunto Padre Francisco Robl III. O PMCMV foi um programa de habitação federal com o objetivo de combater o *déficit* habitacional, foi criado em 2009 pelo Governo Lula com o intuito de subsidiar a aquisição de casas para famílias de renda mais baixa²⁰. A primeira faixa atendia a famílias com renda de até R\$ 1.800,00 para compra de imóveis de até 96 mil reais e para a

²⁰ São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00).

última faixa do programa renda máxima chegou até 9 mil reais, destinada a aquisição de imóveis de até 300 mil reais. Em pouco mais de dez anos o PMCMV concedeu cerca de 5,5 milhões de residências em todo o Brasil.

- Áreas de autoconstrução: são construções precárias, com tamanho de lotes reduzidos, voltadas às famílias de baixa renda. No município há duas áreas que apresentam morfologia diferenciada do restante do território, de acordo com a pesquisa realizada pela Cohapar ²¹ (2019), essas áreas foram consideradas como cortiços. Há aproximadamente dezessete famílias que moram nessas construções (Figura 26), nove famílias na Rua Caravelas (Figuras 27 e 28) e oito famílias na Rua Rebouças (Figuras 29, 30). Essas construções fizeram parte de uma política pública municipal para atender novos moradores que vieram de outras regiões, construiu-se esses “corredores” de casas com três cômodos cada, essas construções são consideradas pela pesquisa como inabitável.

De acordo com Lemos (1998) um cortiço é entendido como “um conjunto de habitáculos singelos com superposição total de todas as funções de habitação, simples resguardo, meros asilos precários” (LEMOS, 1998), ou seja, são um conjunto de duas ou mais habitações coletivas que abrigam várias famílias. Embora não seja exatamente o que se encontra na área mencionada, consideramos chamar como cortiço devido ao material que trata da realidade da cidade.

²¹ Os resultados desta pesquisa estão disponíveis no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná - PEHIS-PR, 2019, e tem como finalidade identificar as necessidades habitacionais do Paraná e criar estratégias de solução, traduzidas em ações concretas com prazos, programas, recursos e responsabilidades.

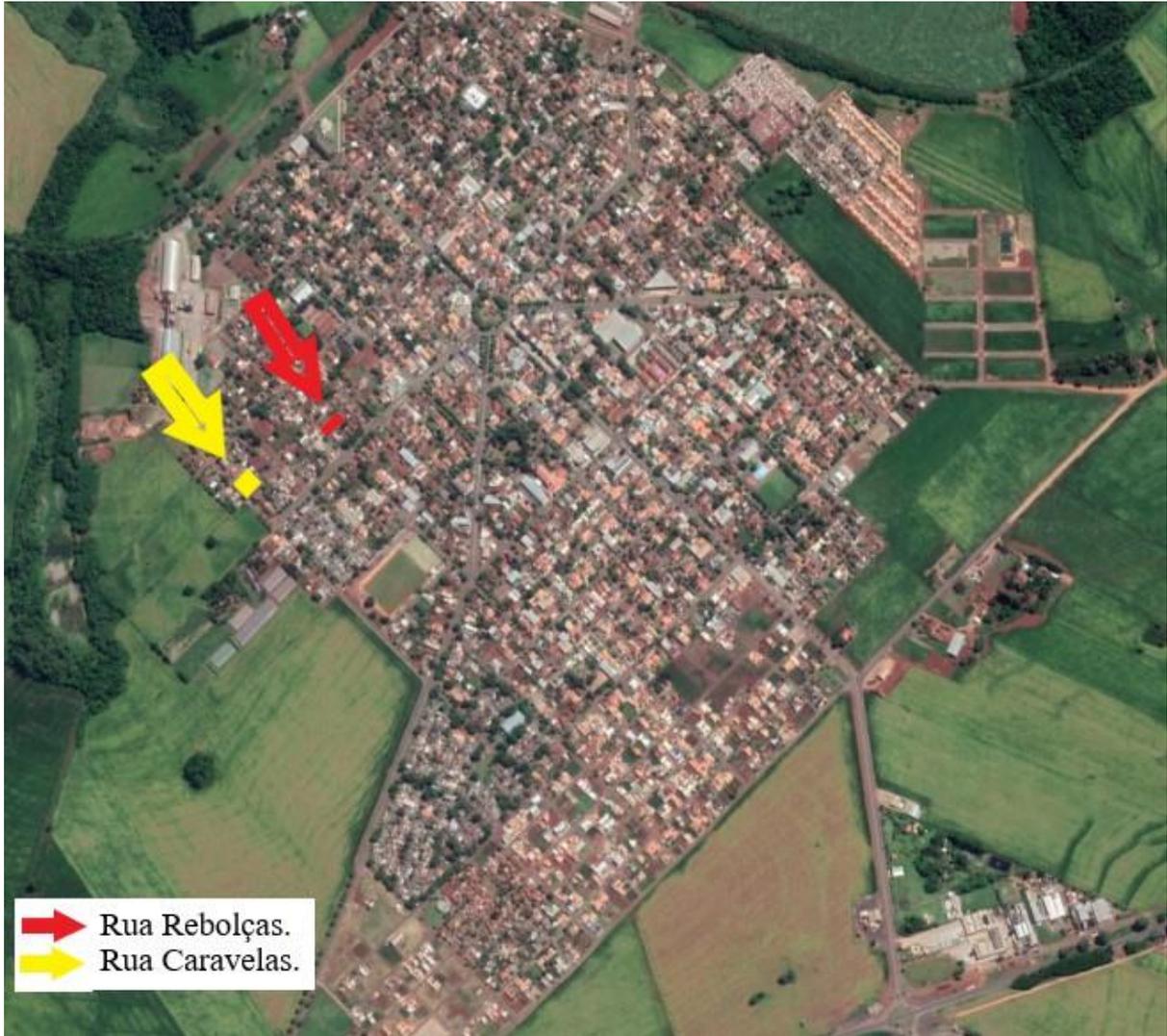


Figura 26: Jussara – Localização das construções na Rua Rebolças e Rua Caravelas, 2022.
Fonte: *Google Earth*, 2022.



Figura 27: Jussara – Construções na Rua Caravelas.
Fonte: Cohapar, 2019.



Figura 28: Jussara – Construções na Rua Caravelas.
Fonte: Cohapar, 2019.



Figura 29: Jussara – Construções na Rua Rebouças.
Fonte: Cohapar, 2019.



Figura 30: Jussara – Construções na Rua Rebouças.
Fonte: Cohapar, 2019.

Ambas as construções pertencem ao município e são consideradas precárias para habitação, há um pedido (Anexo G) na Câmara de Vereadores para a construção de novas moradias para as famílias que residem nessas construções. A indicação foi aprovada e segue em tramitação pelo plenário municipal. As figuras apresentadas nas páginas anteriores não deixam dúvidas acerca da desigualdade socioespacial em pequenas localidades.

As áreas morfologicamente diferenciadas identificadas estão sistematizadas na Figura 31, a representação tem como objetivo diferenciar a partir da planta urbana (Figura 25) as áreas produzidas em diferentes momentos e direcionadas a seguimentos sociais também diferenciados. Contudo, como se trata de uma pequena localidade que apresenta um ritmo demográfico baixo, parte do território está integrado a área inicialmente planejada.

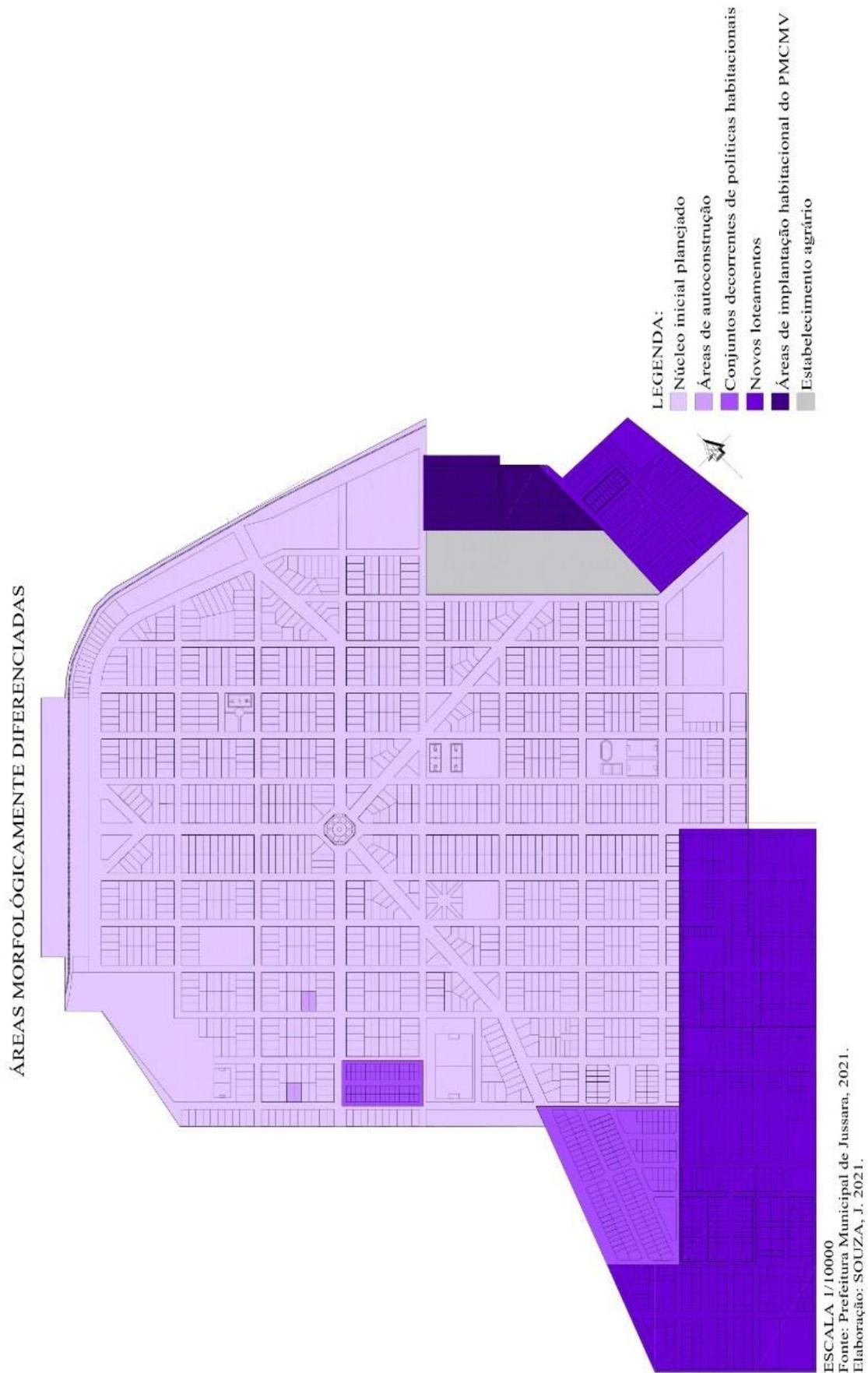


Figura 31: Jussara – Áreas morfologicamente diferenciadas, 2021.
 Fonte: SOUZA, J.

As áreas identificadas representam as contradições sociais que estão presentes nas pequenas localidades da região por mais que, aparentemente, menos intenso. Observamos que elas apresentam certas características como a falta de arborização, lotes e quadras com tamanho reduzido, e isso acontece tanto nos conjuntos habitacionais quanto nos loteamentos. A área com maior taxa de arborização está localizada no conjunto habitacional Bela Vista.

Outro ponto a destacar é a paisagem dos conjuntos que replica as casas deixando a paisagem repetitiva, como evidenciado anteriormente, e que é algo decorrente das políticas habitacionais. Com isso, muitas dessas casas sofreram reformas com o passar dos anos, mudando bastante a paisagem do bairro. Já os Conjuntos Padre Francisco Robl I, II e III que fazem parte das áreas de implantação do PMCMV trazem novamente essa questão para a paisagem urbana, tendo em vista as características desses projetos de habitação, com lotes de tamanho reduzidos e construções entregues de forma básica. A falta de recursos financeiros por parte da população reflete nessas construções, poucas casas foram reformadas até o momento.

Outro aspecto observado é a carência de áreas verdes como praças, parques e até mesmo nas ruas como canteiros e árvores nas calçadas. As áreas verdes desempenham uma função importante de amenização climática, além de interferir na estruturação e estética da paisagem urbana, na qualidade do ar e no ciclo hídrico. O seu não planejamento pode ter relação com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, bairros com menor índice de arborização apresentam um IDHM menor e os bairros com maior índice de arborização apresentam IDHM maior. Em Jussara não temos um estudo ou informações específicas sobre este tema, temos somente o IDHM geral do município que é de 0,718 (IBGE de 2010).

No município não há problemas como a falta de saneamento básico (que compreende em um conjunto de serviços como abastecimento de água, limpeza urbana, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, entre outros serviços), toda a área urbana, assim como as chácaras que estão no entorno do perímetro urbano e as vilas rurais são atendidas pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae.

Observamos que há uma mercearia que atende a população residente nesses bairros, mas se precisarem de outros serviços como farmácias ou padarias, por exemplo, terão que ir para a região central onde as lojas do comércio estão concentradas. Em visita a campo, os moradores disseram sentir falta da oferta de alguns desses serviços. Outro ponto a destacar são as construções das casas: alguns residentes disseram que as construções foram mal planejadas, pois a porta da sala que está localizada na frente da casa (Figura 21) não tem uma proteção/cobertura e quando chove entra água dentro do cômodo, a alternativa de algumas famílias foi colocar vasos de plantas e/ou fazer uma cobertura/telhado neste local.

Após essas considerações, a seguir abordaremos sobre como esses novos bairros apresentam uma ruptura do desenho urbano.

4.3. OS NOVOS BAIRROS E SUAS RUPTURAS COM O TECIDO URBANO

O crescimento horizontal das cidades tem gerado áreas que não estão conectadas ao tecido urbano, como mencionado anteriormente. Para Pierre George (1983) a cidade se desenvolve a partir do seu núcleo central “desenvolvendo-se ao redor do núcleo inicial, a cidade articula-se de maneira diversa, em elementos de dimensões variáveis, com maior ou menor continuidade, bairros ou grupos de bairros” (GEORGE, 1983, p.74). A partir dessa expansão territorial as localidades começam a apresentar regiões de maior continuidade ou de descontinuidade.

O que antes apresentava um crescimento urbano compacto, salvo algumas exceções, hoje apresenta um crescimento descontínuo e disperso. Com a Revolução Industrial as cidades começaram a ter novas prioridades como desenvolvimento tecnológico e de mobilidade urbana e as localidades tiveram que se adaptar com as novas exigências da produção capitalista. Lamas (1993) ressalta que a ruptura morfológica processada nas cidades do século XIX é de “dimensão, escala e forma geral da cidade” (LAMAS, 1993, p.203). Nesses espaços descontínuos não temos somente a população de alta renda, mas também a população menos favorecida que por ações dos agentes que se apropriam do espaço da cidade, são afastados para as regiões periféricas.

Nas palavras de Guerra (1992) “a «continuidade» é tida como «uma qualidade do que é contínuo»; o «contínuo» é visto como algo «em que não há interrupção»; a «descontinuidade» é «uma qualidade do que é descontínuo» e o «descontínuo» é tido como algo «interrompido»” (GUERRA, 1992, p.146), sendo assim, o espaço urbano marcado pela dispersão e descontinuidade, caracteriza-se como espaço de diferenças e territorialidades distintas, marcado também pelo processo de segregação socioespacial por parte dos agentes sociais que nele interagem.

Fizemos esses apontamentos sobre o tema, pois constatamos que em Jussara não há uma descontinuidade total com o tecido urbano, mas consideramos que há uma ruptura morfológica parcial, ou seja, os bairros analisados apresentam uma fragmentação do tecido urbano, essa fragmentação pode ser observada através dos elementos que compõem a trama urbana. Podemos observar na Figura 32 que as ruas dos novos bairros não se conectam com as demais ruas da cidade e entre elas destacamos uma das vias, a avenida Napoleão Moreira da Silva, que

tem formato radial (anteriormente mencionada na análise do traçado urbano). Acaba por ser interrompida nessa área, ou seja, com o crescimento da cidade para além desses estabelecimentos a saída inicialmente encontrada para articular bem as vias e áreas do pequeno núcleo urbano acabam por ser comprometida por essa interrupção.

Analisando o Jardim Cristal e os conjuntos habitacionais Padre Francisco Robl I, II e III, ficam evidenciadas as implicações das ações dos grupos de agentes sociais que atuam sobre o espaço urbano destacado por Corrêa (1995), que são, neste caso, os agentes proprietários de terras, os promotores imobiliários, os agentes que atuaram no processo de financiamento e na construção dessas moradias e o Estado que atua na organização espacial da cidade.

A primeira ação de parcelamento do solo em Jussara foram os conjuntos habitacionais provenientes de projetos de habitação da Cohapar (a partir da década de 1980), temos o Conjunto Habitacional Bela Vista, Conjunto habitacional São Pedro e Conjunto habitacional Padre Dehon, que apresentavam outra característica de lotes (diferentes do tamanho dos lotes da região central, que é de 15m x 40 m, resultando em 600 metros², mas podem ser encontrados lotes com 180 metros², resultados de desdobros), atendendo medidas específicas do programa, que, em sua maioria, são de 11m x 24m totalizando em 264 metros². Com o passar de alguns anos foram criados os loteamentos, empresas loteadoras e construtoras que adquiriram estabelecimentos do campo e os transformaram em jardins e bairros. A partir de 2013 surgiram os conjuntos habitacionais referentes ao PMCMV, essas informações podem ser observadas na Figura 31 onde reconhecemos as áreas morfologicamente diferenciadas do tecido urbano. Observa-se que a tendência é a redução do tamanho de lotes na implantação desses novos empreendimentos.

Por se tratar de lotes do campo que se transformaram em bairros, esses empreendimentos são implantados em regiões mais afastadas, o que dificulta o acesso e a oferta de bens e serviços. A falta de planejamento na implantação dessas áreas afeta a condição de vida dos residentes do local, bem como a dinâmica da localidade de modo integral. A maioria dos moradores dos bairros selecionados para esta pesquisa reclamaram do deslocamento, pois entre os bairros da região central e esses novos empreendimentos há um estabelecimento do campo, a alternativa encontrada por eles para facilitar o acesso ao centro da cidade e aos demais bairros, foi abrir um caminho/rua em torno deste estabelecimento, representado na sequência por uma série de Figuras que resultaram de uma aproximação com ampliação de *zoom* para que as discontinuidades pudessem ser conferidas na sequência a seguir (Figuras 33, 34, 35 e 36).



Figura 32: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021.

Fonte: *Google Earth*.



Figura 33: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021.

Fonte: SOUZA, J.



Figura 34: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021.
Fonte: SOUZA, J.



Figura 35: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021.
Fonte: SOUZA, J.



Figura 36: Jussara – Estrada que corta o estabelecimento agrário, 2021.
Fonte: SOUZA, J.

Em ambos os bairros só há uma entrada e uma saída, pela rua de acesso ao Jardim Cristal ou pela rua de acesso ao conjunto Padre Francisco Robl I, II e III, que é a rua da entrada do cemitério municipal. Este caminho aberto pelos cidadãos já foi fechado pelo proprietário do lote várias vezes, mas a população abre novamente com a justificativa de que é o percurso mais fácil e rápido para a região central da cidade, cabe destacar que a maioria dos moradores dispõe de pelo menos um automóvel (carro ou moto).

Embora Jussara seja uma pequena localidade, ela não está livre dos problemas urbanos existentes em médias e grandes localidades. As transformações urbanas que ocorreram ao longo dos anos, estão evidenciadas na sua forma e estrutura atual. Os novos empreendimentos implantados em uma região mais afastada são destinados exclusivamente para uso residencial, onde vê-se uma ausência nas ofertas de alguns serviços como farmácias, mercados, padarias, entre outros.

Outro ponto a destacar são as construções das casas, principalmente dos conjuntos habitacionais Padre Francisco Robl I, II e III. Esses modelos de casas dizem atender às necessidades básicas de seus moradores, que leva em consideração os valores para a construção dessas moradias, o projeto tem que ser acessível economicamente. A qualidade arquitetônica

das unidades habitacionais é inferior aos demais projetos, seu desenho é o mesmo há décadas, apresentam algumas variações ou mudanças. Os projetos tem como base as unidades padrão pré definidas, não há um planejamento para a área a ser habitada e não leva em consideração a vivência das famílias nesses espaços, o que acaba não atendendo as expectativas mínimas dos moradores.

As fachadas residenciais, também, são um elemento importante na leitura morfológica como Lamas (1993) destaca “é através do desenho das fachadas, que em muitos casos se repetem com ordem e disciplina, o traçado adquire grande unidade e intensidade estéticas” (LAMAS, 1993, p.174), a forma das cidades, também, é definida pelas fachadas, elas se tornam um elemento hierarquizador, ou seja, os espaços urbanos são definidos pelas fachadas dos imóveis. Verifica-se que nos conjuntos habitacionais a paisagem se torna repetitiva, pois todas as construções são iguais, mesmo que algumas tenham sofrido alguma reforma estética. Já no Jardim Cristal isso não ocorre, por não ser derivado de políticas habitacionais, o loteamento por ser um bairro novo apresenta poucas construções.

Retomando Moudon (2015) e contribuição assinalada na revisão teórica, observamos que Jussara pode ter uma leitura de sua morfologia, também, baseada em elementos físicos fundamentais e que são compreendidos em diferentes níveis de resolução. O arruamento no geral parece acompanhar os pontos cardeais, de modo que as ruas no sentido norte sul apresentam maiores números de lotes. As ruas da área central e dos primeiros conjuntos habitacionais da Cohapar apresentam quatro pistas de rolamento, duas vias de rolamento e duas de acostamento, totalizando 12 metros de largura. Já as ruas dos novos loteamentos e dos conjuntos habitacionais do PMCMV segue a mesma configuração, mas com a diminuição da largura total, totalizando 11 metros.

O lote padrão na área central, na maioria dos casos tem formato retangular respeitando a ortogonalidade do traçado urbano, quando localizados em avenidas, apresentam largura maiores que os demais lotes. Nos conjuntos habitacionais da Cohapar os lotes tem cerca de 264 metros², nos conjuntos habitacionais do PMCMV variam de 200 metros² a 250 metros² (os lotes de esquinas apresentam maiores medidas de terrenos), e nos novos loteamentos os lotes variam entre 180,13 metros² a 323,39 metros². Esses dados estão sistematizados na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Jussara – Tamanho do lote em m², 2021.

Localização	m ²
Área central	600 m ²
Conjuntos Habitacionais Cohapar	264 m ²
Conjuntos habitacionais PMCMV	200 m ² a 250 m ²
Loteamentos	180,13 a 323,39 m ²

Elaboração: SOUZA, J. 2022.

A forma urbana só pode ser compreendida em sua dimensão histórica, no caso das cidades planejadas pela CMNP, as pequenas localidades embora desenhadas, não tiveram um nome de peso na sua concepção, como foi o caso de Maringá, Cianorte, Londrina e Umuarama. O desenho da planta urbana de Jussara foi desenvolvido pelos próprios engenheiros da CMNP, que já estavam experientes com a construção das cidades anteriores.

Desse modo, concluímos que mesmo em uma pequena localidade, ela apresenta processos de rupturas urbanas, neste caso, pode não ser uma ruptura total como vista em outras cidades, mas uma interrupção parcial, apresentando problemas com o deslocamento e de oferta de serviços básicos. O planejamento urbano se faz necessário para evitar tais processos e problemas ocasionados por eles. Contudo, a presença de problemas em localidades urbanas tão pequenas, revelam que mais do que o ritmo do crescimento urbano e a falta de planejamento acompanhar a morfologia urbana revela que a sua deterioração está pautada pelas contradições sociais que marcam a nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nas últimas décadas o processo de urbanização no Brasil se intensificou, com isso o país apresentou diversas situações, como a urbanização das áreas de fronteira econômica, crescimento das médias localidades, periferização dos centros urbanos, entre outros. Conseqüentemente, essas transformações refletem na reestruturação das cidades. Neste sentido, destacamos as características como a dispersão e descontinuidade do tecido urbano e a sua relevância no estudo da forma e morfologia urbana.

O processo de dispersão é caracterizado pelo espaçamento do tecido urbano, a cidade cresce de forma horizontalizada e espraiada, com bairros desconexos do núcleo urbano, o que acaba gerando diversos problemas e situações, geralmente as áreas periféricas das cidades são destinadas a população de baixa renda. Destacamos que esses processos também são mais acentuados nas pequenas localidades.

Através dos estudos sobre a morfologia em pequenas cidades, podemos observar que os agentes produtores do espaço estão presentes e atuando nelas. As transformações urbanas que ocorreram ao longo dos anos, estão evidenciadas na sua forma e estrutura atual. Em geral se espera que uma pequena cidade não tenha problemas como as demais, mas realizar esse estudo mostra que nessas localidades, também, encontramos dinâmicas complexas. Pode ser mais sutil, menos intenso, mas os problemas urbanos encontram-se expressos no território e na paisagem da localidade

A cidade foco da nossa pesquisa faz parte de um conjunto de localidades que foram inicialmente planejadas antes de serem instaladas, os novos empreendimentos implantados em uma região mais afastada são destinados para uso residencial, onde vê-se uma ausência nas ofertas de alguns serviços como farmácias, mercados, padarias, entre outros. A conversão de estabelecimentos agrários em áreas urbanas acabam modificando a morfologia das cidades. Muitas vezes os empreendimentos imobiliários localizam-se distantes dos centros urbanos mesmo em pequenas localidades.

Destacamos que a deterioração no desenho urbano, constatada nesta pesquisa não é devido ao crescimento acelerado, pois a evolução demográfica do município ocorreu de forma lenta. Portanto, diferente do que normalmente se utiliza como justificativa para a produção de espaços urbanos precários em grandes e médias cidades (o ritmo do processo de urbanização), não é o que ocorre em Jussara. A forma como se produz o espaço a partir de interesses dos agentes produtores, não consideram a necessidade de contiguidade e melhor acolhimento dos moradores, incluindo os de renda mais baixa.

O formato dos novos loteamentos ocorrem sem considerar uma continuidade do desenho inicial. Ao contrário, a forma dos estabelecimentos agrários tem definido a forma urbana, por mais que isso represente uma mal integração a ela como um todo. Esses empreendimentos não levam em consideração o deslocamento da população que irá residir neste local e nem o processo de segregação socioespacial que pode ali ocorrer. É neste sentido que os novos bairros de Jussara estão inseridos. Eles foram instalados em uma localidade em que entre o tecido urbano e eles tem um estabelecimento agrário, gerando uma ruptura parcial. Com vias que não se conectam com as demais da cidade, apresentando longas distâncias a serem percorridas pelos moradores para irem a região central e outros bairros, dificultando o acesso da população residente aos serviços básicos como banco, escolas, comércio, entre outros.

Mesmo em uma pequena localidade, essas áreas dispersas gerarão uma cidade cada vez mais fragmentada, prejudicando a caminhabilidade e a sociabilidade dos moradores. A população residente encontra várias barreiras nos deslocamentos, principalmente se o percurso for feito a pé, não há calçadas adequadas para caminhadas, falta de árvores, e ruas que não se conectam. Além da barreira invisível, como a sensação de insegurança, manifestada pelo esvaziamento das ruas, principalmente se este percurso for realizado pela rua que dá acesso ao Jardim Cristal. Por ser loteamento novo e distante do núcleo urbano, não há construções próximas e a noite não há movimentação de pessoas. Em visita a campo os moradores explanaram essas questões, ressaltando que uma das alternativas para tentar diminuir as distâncias bairro-centro foi abrir um caminho entre o estabelecimento agrário e o bairro, esse caminho já foi fechado pelo proprietário do estabelecimento, mas a população faz a reabertura sempre que isso acontece.

Além disso, as construções das casas do PMCMV dos conjuntos habitacionais Padre Francisco Robl I, II e III seguem o mesmo padrão que é característico desses empreendimentos. As construções são entregues em seu estado mínimo e são mal planejadas, apresentam cômodos pequenos e sem acabamentos como calçadas e coberturas na área externa. A alternativa dos moradores são as reformas, as famílias não dispõem de recursos financeiros suficientes para contratar profissionais qualificados para auxiliar com as reformas. Neste sentido, as modificações vêm como uma opção à essas famílias que desejam reformar suas residências, mas que não tem condições de contratar um profissional da área, como Arquitetos, Engenheiros e mestre de obras, o que acarreta em construções de má qualidade e que podem apresentar problemas estruturais futuros.

Destacamos, também, a paisagem repetitiva desses conjuntos habitacionais, por ser característica desses programas a construção de casas do mesmo modelo. Mesmo que algumas

residências já tenham sido reformadas, a maioria segue do mesmo jeito que foi entregue aos moradores. O planejamento desses empreendimentos não visa a vivência familiar, como os moradores vão se sentir na casa nova? Os cômodos são adequados para famílias com vários membros? Haverá um local adequado para guardar veículos (carro e/ou moto)? Se os moradores optarem por reformas, a planta da casa permite essas ampliações? Esses questionamentos são fundamentais porque quando visitamos essas residências, observamos que essas construções não são planejadas para serem ampliadas, apresentam cômodos pequenos e mal integrados entre si. Isso não acontece somente nos bairros selecionados para esta pesquisa, como mencionamos, isso é uma característica desses programas.

A população brasileira encontra-se inserida economicamente, muitas vezes, no circuito inferior da economia. As atividades de geração de renda vinculadas a esse circuito muitas vezes acontecem no próprio domicílio. Portanto, pensar políticas habitacionais para essa realidade implica em pensar a presença dessas atividades. Cabe ressaltar que no ano de 2021 a prefeitura abriu novas inscrições para novas habitações do PMCMV, mas até o momento desta pesquisa não há informações sobre aonde será esses novos bairros. Também não há informações sobre novos projetos de loteamentos.

Salientamos que o desenho do perímetro urbano vigente, que representa uma área extensa, favorecerá o processo de fragmentação territorial que identificamos nesta pesquisa. Os novos bairros tendem a serem localizados nas regiões mais afastadas do tecido urbano devido a estratégia imobiliária, onde o estabelecimento do campo é agregado a forma urbana sem o planejamento para que siga o desenho inicial. No caso da Jussara não há loteamentos considerados ilegais ou sem a infraestrutura necessária, mas isso não quer dizer que os bairros mais afastados do tecido urbano não apresentam problemas.

As possibilidades de expansão territorial da cidade devem ficar dentro do perímetro urbano vigente, pois além dele seria visto como irregular, já que a área além do perímetro é a área do Cinturão Verde. O crescimento urbano está pressionando esta área, mesmo que ela não tenha a configuração que deveria ter, de modo algum ela deve ser transformada em área urbana, pois é uma área de reserva ou proteção ambiental urbana. O que constatamos em campo foi que há vários estabelecimentos agropecuários dentro desta área, contrapondo o que foi proposto no Plano Diretor, pois há atividades como cultivo de cana-de-açúcar, aviários, suinocultura, cultivo de soja, milho, e outros empreendimentos, ainda que proibido o uso de aplicação de inseticidas/agrotóxicos ou qualquer outro produto que coloque em risco a saúde da população, eles são usados com frequência pelos agricultores da região.

O Plano diretor vigente está em processo de revisão. No dia 05/08/2021 houve uma audiência pública *online* para discutir sobre esse processo, a equipe técnica municipal já está a ser organizada, assim como o Conselho de Desenvolvimento Municipal, mas não há maiores informações sobre o andamento do processo de revisão. O município tem a responsabilidade constitucional de legislar sobre os assuntos locais, regulamentando as formas de uso da terra do município, ocupação e parcelamento da mesma. É de responsabilidade do município buscar soluções para um melhor planejamento do território, aplicando as diretrizes do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor da melhor maneira possível, combatendo as desigualdades sociais tanto em áreas urbanas como nas áreas rurais. Destacamos que no Plano Diretor o perímetro urbano proposto (Anexo H) e a macrozona de expansão urbana proposta (Anexo I) abrange as novas áreas de expansão da área urbana.

Ressaltamos que cabe ao Poder Público municipal repensar estratégias de planejamentos e atuações como gestor territorial, sobretudo do parcelamento do solo. É preciso cuidar não só para que o Plano diretor seja adequadamente elaborado, mas que também se torne um documento efetivo que guie a expansão urbana socialmente justa e ambientalmente equilibrada. Para tanto, é preciso ter presente questões como as assinaladas nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARNABÉ, M. F. **A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná.** São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos – USP, 1989.

BARROCO, M L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. 224p.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e a perda de direitos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018. 304 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Estatuto da cidade (2002). **Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001,** 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL. Lei Federal Nº **6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.** Publicado no DOU de 20.12.1979.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro. **Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).**

BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro (SFB). **Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF.** Brasília, 2019.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** 1. ed. São Paulo: Nobel, 1989. 143 p.

CAMPOS FILHO, C. M; VILLAÇA, F. J. M; COSTA, L. C. *et al.* **Roteiro básico para análise da problemática intra-urbana nas cidades do Brasil.** São Paulo: FAU/USP, 1986.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografía,** Barcelona, v. 8, n. 1-2, p. 19-56, 1974.

CAPEL, H. **Capitalismo y morfología urbana en España.** 4 ed. Barcelona: Amelia Romero, 1983. 142 p.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades. Vol. I: Sociedad, cultura y paisaje urbano.** 1. ed. Espanha, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002. 552 p.

CARLOS, A. F. *et al.* **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 234 p.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p.

CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 1. ed. s.l.1975. 256 p.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná**. 2019. Disponível em:

<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/listaFormMunicipio.php>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

COHAPAR. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social Do Paraná – PEHIS-PR**. Curitiba, 2019. 341 p.

CONTEL, F. B. **Território e Finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. 2006. 343 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2006.

CONZEN, M. P. The Use of Town Plans in the Study of Urban History. *In*: DYOS, H. J. (ed.). **The Study of Urban History**. New York: St. Martin's Press, 1968, p. 113 – 130.

CORDOVIL, F. C. S. **A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947 a 1982**. 2010. 640 p. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, USP. São Carlos, 2010.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989. 95 p.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. v. 6, n. 6, p. 43-53. 1999.

CORRÊA, R. L. GOMES, P. C. C; **Geografia: Conceitos e Temas**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 354 p.

DIAS, L. C. D. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 384-396, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.137839. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/137839>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

DINIZ, M. P; OLDONI, S. M. Aproximações teóricas: Morfologia urbana como instrumento de análise da evolução das cidades. *In*: **5º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais**, 2017, Cascavel, 2017. p. 1-16.

ENDLICH, A. M. Na trilha conceitual e de definição das pequenas cidades. *In*: BOVO, M. C; COSTA F. R. (Orgs.). **Estudos urbanos: conceitos, definições e debates**. Campo Mourão: Fecilcam, 2017. p. 33-51.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. v. 1. 357 p.

ENDLICH, A. M. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam? **Revista Geográfica de América Central (online)**. Costa Rica, v. 2, p. 1-14, 2011.

ENDLICH, A. M; CONTARDI, I. F. Desigualdade social e morfologia urbana das cidades de Astorga e Alto Paraná. **Revista de Geografia-PPGEO -UFJF**. Juiz de Fora, v.8, n.1. p.13-32, 2018.

ENDLICH, A. Morfologia Urbana, Mercado imobiliário e cidades em processo de deformação. *In: XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2019, Quito, Ecuador. Anais do XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Quito: PUCE, 2019. p. 1-11.

FERNANDES, P. H. C. **Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva**. 2017. 525 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1988.

GEUSS, R. **Teoria crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988. 166 p.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. v. 35, n. 1, p. 57-63.1995.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas :perfil urbano do Agreste Potiguar**. 2005. 173 p. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010. 314 p.

GUERRA, P. Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade? *In Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I série, vol. II, 1992, p. 145-175.

HOLANDA, F; *et al*. Forma urbana: que maneiras de compreensão e representação? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Anpur, n.3, p.9-18, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 1960**. Rio de Janeiro, 1960. 173p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 1970**. Rio de Janeiro, 1970. 878p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 1980**. Rio de Janeiro, 1980. 506p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 1990**. Rio de Janeiro, 1991. 587p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2000**. Rio de Janeiro, 2000. 550p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Rio de Janeiro, 2010. 270p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959, v. 31 532 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades (Regic)**. Rio de Janeiro, 2018. 196p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, 2017**. Rio de Janeiro, 2017. 117p.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana**. Brasília, 2002. 404p.

JUSSARA, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal Nº 1.268/2011**. Institui o Plano Diretor Municipal de Jussara, Estado do Paraná.

JUSSARA, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal Nº 1.285/2011**. Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Jussara.

JUSSARA, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal Nº 1.288/2011**. Dispõe sobre o parcelamento e o remembramento de solo para fins urbanos e dá outras providências.

JUSSARA, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal Nº 1.289/2011**. Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências.

JUSSARA, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal Nº 1.471/2014**. Altera o item 3, constante nas Notas do ANEXO II – Tabela de Uso e Ocupação – ZR constante na Lei Municipal nº 1.289/2011 de 19.12.211.

JUSSARA, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal Nº 1.599/2017**. Altera área destinada a Reserva Florestal Legal da Quadra nº 04 do Conjunto Residencial Padre Francisco Robl III.

JUSSARA, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor municipal**, 2009. 603p.

KONDER, L. **Marx: vida e obra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 154 p.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. 591 p.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, 301 p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009, 143 p.

LUSTOSA, C. A. Milton Santos e o Método de Pesquisa em Geografia. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica – Território**. Brasília: v.2, n.1, p. 58:70. 2011. ISSN: 2177-4366. DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v2i1.15420>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15420>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1997. 228 p.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 1. ed. Petrópolis, Vozes, 2001. 208 p.

MARAFON, G. J. O espaço urbano: Abordagem da escola de Chicago e da escola Marxista. **Ciência Natura**, Santa maria RS, v. 18, p. 149-181, 1996.

MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista**. 2013. 305 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984. 392 p.

MORO, D. A. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná**. 1991. 353 p. Tese (Doutorado em geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1991.

MOUDON, A. V.; OLIVEIRA, V. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 41–49, 2015. DOI: [10.47235/rmu.v3i1.16](https://doi.org/10.47235/rmu.v3i1.16). Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/16>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

MOUDON, A. V. Urban Morphology as an Emerging Interdisciplinary Field. **Urban Morphology**, v. 1, 1997, p 3–10.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. 2. ed. Curitiba: SEED, 2001. 121 p.

OLIVEIRA, L. M.; *et al.* Diagnóstico da arborização nas calçadas de Gurupi, TO. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**. Piracicaba, v. 12, n. 1, p. 105-121, 2017.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Coronavírus disease (COVID-19)**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers->

hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19#:~:text=symptoms. Acesso em: 25 de março de 2021.

PEREIRA, M. M. **A igreja católica em Maringá e a gestão de D. Jaime Luiz Coelho (1947- 1980)**. 2007, 93 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2007.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. 1. ed. São Paulo: Difel, 1983. 236 p.

REGO, R. L. MENEGUETTI, K. S. A respeito da morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. *In: Acta Scientiarum Technology*. Maringá, v.33, n.2, p. 123-127.2011.

REGO, R. L. MENEGUETTI, K. S. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, p. 37-53. 2008.

REGO, R. L; MENEGUETTI, K. S. A forma urbana das cidades e os patrimônios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Acta Scientiarum Tecnologia**, v. 28, n. 1, p. 93-103. 2008. DOI: 10.4025 / actascitechnol.v28i1.1292. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/1292>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

REIS, N. G; BENTES, J. C. G. Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano: estudos, diálogos e desafios. *In: Dez anos de diálogos sobre dispersão urbana* [S.l: s.n.], 2017.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSANELI, A. **Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná**. 2009. 268 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTORO, P; PINHEIRO, E. O planejamento do município e o território rural. *In: SANTORO, P.; PINHEIRO, E. (Org.). O município e as áreas rurais*. Cadernos Pólis 8, São Paulo: Instituto Pólis, p. 05 –13, 2004.

SANTORO, P. F. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, p. 169-187, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996a, 308 p.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. 1. ed. Petrópoles: Vozes, 1982.

SALVADOR, D. S. C. O; SILVA, E. J. M. A expansão do serviço correspondente bancário nas pequenas cidades da região imediata de currais novos, Rio Grande do Norte, Brasil. *In: XIII ENANPEGE – a Geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. Anais do XIII do Enampege.* São Paulo p. 112. 2019.

SOJA, E. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar,1993. 324 p.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 80 p.

SZMRECSANYI, M. I. O Modelo das cidades-jardins no norte do novo Paraná. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S. l.], n. 8, p. 178-197, 2000. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i8p178-197. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137335>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

TOMAZI, N. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. *In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional.* Maringá: EDUEM, 1999. 442 p.

TORALLES, C; KRÜGER, E. A medida de acessibilidade como identificadora de diferenciação socioespacial: o caso de cidades do extremo sul do Brasil. *In: II CONFBSIG - Conferencia Iberoamericana en Sistemas de Información Geográfica. Anais do II CONFBSIG.* México.2011. p. 1-22.

UEHARA, A. Y. **Do modelo de cidade-jardim à metropolização: evidências do urbanismo à brasileira na região norte do estado do Paraná.** 2012. 101 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Universidade do Vale da Paraíba. São José dos Campos. 2012.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 392 p.

YONEGURA, V. B; ENDLICH, A. M. O verde da cidade verde: do marketing urbano à construção de um patrimônio coletivo como perspectiva para Maringá. **Paisagem e ambiente,** São Paulo, v. 31, p. 1-16, 2021.

ANEXOS

RELAÇÕES DOS ANEXOS

Anexo A – Lei municipal 1.471/2014

Anexo B – Lei municipal 1.289/2011

Anexo C – Lei municipal 1.288/2011

Anexo D – Lei municipal 1.599/2017

Anexo E – Lei municipal 1.268/2011

Anexo F – Lei municipal 1.285/2011

Anexo G – Indicação nº 249/2021

Anexo H – Perímetro Urbano do município de Jussara – Pr

Anexo I – Macrozoneamento Urbano do município de Jussara – Pr

quando a área mínima de terrenos for 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de 6,00 m (seis metros), ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros), com área mínima de 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados), excluída a área do corredor de acesso”.

4 -

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Jussara,
Aos 03 de dezembro de 2014.



MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

ANEXO B



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA

Av. Princesa Isabel nº 320 - Fone: (44) 3628-1212 - CEP 87.230-000
CNPJ/MF: 75789552/0001-20 - Jussara - Estado do Paraná

LEI nº 1.289/2011

SÚMULA: Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei tem por objetivo harmonizar a implantação de atividades e usos diferenciados entre si, mas complementares em todo território urbano e rural e sua necessária compatibilização com a qualidade das estruturas ambientais urbanas e naturais, bem como do equilíbrio das relações sociais de vizinhança, sendo o território rural descrito na Lei do Plano Diretor Municipal através do macrozoneamento municipal.

Art. 2º A organização do espaço urbano municipal é definida por esta lei através de zonas, cada qual com parâmetros urbanísticos específicos, em especial para o uso do solo e para a ocupação construtiva nos imóveis.

Parágrafo único. São partes integrantes desta lei os seguintes anexos:
I - Anexo I – Mapa de Zoneamento;

II - Anexos II, III, IV, V, VI e VII – Tabelas de Zoneamento Urbano – fixa usos permitidos, permissíveis e proibidos, como também índices urbanísticos, parâmetros para ocupação do solo nas zonas;

III - Anexo VIII – Glossário – define termos urbanísticos utilizados nesta Lei.

CAPÍTULO II DO USO DO SOLO URBANO

SEÇÃO I DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS USOS

Art. 3º Para efeitos desta Lei ficam definidos os seguintes usos:

I - USO HABITACIONAL – resultado da utilização da edificação para fim habitacional permanente ou transitório subclassificando-se em:

a) H1 – habitação unifamiliar – edificação isolada destinada a servir de moradia a uma só família;

b) H2 – habitação multifamiliar – edificação que comporta mais de 2 (duas) unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público;

c) H3 – habitações unifamiliares em série – mais de uma unidade autônoma de residências unifamiliares agrupadas horizontalmente, paralelas ou transversais ao alinhamento predial;

d) H4 – habitação de interesse social – aquela destinada à implantação de Programas Habitacionais por Entidades Promotoras, empresas sobre controle

ANEXO II

Tabela de Uso e Ocupação – ZR

ZONA RESIDENCIAL			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H3 H4	H5	-
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1	E2	E3
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1	-	CS2 CS3 CS4
INDUSTRIAL	I1	-	I2 I3 I4
OCUPAÇÃO			
Altura Máxima (m)			15
Área Mínima do Lote (m ²)			300
Área Mínima do Lote (m ²) (Alterado pela Lei nº 1.312/12 de 21.03.2012)			250
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			15
Coeficiente de Aproveitamento	Mínimo		0,1
	Básico		1
	Máximo		1,5
Recuo Mínimo	Frente		3,0
	Lateral		1,5
	Fundo		1,5
Taxa de Ocupação (%)	Base		70
	Torre		-
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra		10
	Esquina		13

Notas:

- 1 - H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa.
- 2 - Para regularização na área já consolidada fica permitida a subdivisão nas construções geminadas já existentes com frente mínima de 6,00 metros e área mínima de terrenos de 125 metros quadrados.
- 3 - Fica permitida a regularização das subdivisões existentes, quando a área mínima for de 180 metros quadrados e testada mínima de 8 metros, ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50 m, com área mínima de 180 m², excluída a área do corredor de acesso. **(alterado pela Lei nº 1.471/2014 de 03.12.2014)**
Fica permitido: 1) A subdivisão dos lotes, quando a área mínima for de 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados) e testada mínima de 8,00 (oito) metros, ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros), com área mínima de 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados), excluída a área do corredor de acesso. 2) Para os loteamentos existentes e consolidados até 31.12.2014, permite-se a subdivisão quando a área mínima de terrenos for 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de 6,00 m (seis metros), ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros), com área mínima de 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados), excluída a área do corredor de acesso.
- 4 - Regularização das construções existentes: vide artigo 29, § 3º do Código de Obras.

ANEXO C



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA

Av. Princesa Isabel nº 320 - Fone: (44) 3628-1212 - CEP 87.230-000
CNPJ/MF: 75789552/0001-20 - Jussara - Estado do Paraná

LEI nº 1.288/2011

SÚMULA: Dispõe sobre o parcelamento e o remembramento de solo para fins urbanos e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta lei tem por finalidade disciplinar o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos, sendo elaborada na observância da Lei Federal nº 6.766/79, modificada pela Lei nº 9.785/99, Lei Federal nº 10.932, Código Florestal e suas alterações, Resolução CONAMA nº 369/06, Plano Diretor Municipal e demais normas federais e estaduais relativas à matéria e visando assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Art. 2º Considera-se parcelamento do solo, para fins urbanos, toda subdivisão de gleba ou lote em dois ou mais lotes destinados à edificação, chácaras ou sítios de recreio, sendo realizado através de loteamento, desmembramento ou desdobro.

Art. 3º O disposto na presente lei obriga não só os loteamentos, desmembramentos, desdobros e remembramentos realizados para a venda, o melhor aproveitamento dos imóveis, como também os inventários, por decisão amigável ou judicial, para a extinção de comunhão de bens ou a qualquer outro título.

Art. 4º Para fins desta lei, são adotadas as seguintes definições:

- I - ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- II - ÁREA OU ZONA URBANA – É a área de terra contida dentro do perímetro urbano, definido em lei específica complementar ao Plano Diretor Municipal;
- III - ZONA DE EXPANSÃO URBANA — É a área de terra contida dentro do perímetro urbano e não parcelada para fins urbanos;
- IV - ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA – É a área de terra, delimitada na Lei de Uso e Ocupação do Solo ou por lei específica, destinada para fins urbanos específicos: chácaras de lazer ou recreio, vila rural, lotes industriais ou outros; localizada fora do perímetro urbano;
- V - ÁREAS PÚBLICAS – São as áreas de terras a serem doadas ao Município para fins de uso público em atividades culturais, cívicas, esportivas, de saúde, educação, administração, recreação, praças e jardins;
- VI - ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – É a área de terra a ser doada ao Município a fim de proteger o meio ambiente natural, compreendendo, entre outras, a critério do Poder Executivo Municipal, os fundos de vales e as reservas florestais;
- VII - ÁREA DE LAZER – É a área de terra a ser doada ao Município destinada às praças, parques, jardins e outros espaços destinados à recreação da população;
- VIII - ARRUAMENTO – Considera-se como tal a abertura de qualquer via ou logradouro destinado à utilização pública para circulação de pedestres ou veículos;

ANEXO D

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

Av. Princesa Isabel nº 320 - Fone: (44) 3628-1212 - CEP 87.230-000
CNPJ/MF: 75789552/0001-20 - Jussara - Estado do Paraná

LEI nº 1.599/2017

SÚMULA: Altera área destinada a Reserva Florestal Legal da Quadra nº 04 do Conjunto Residencial Padre Francisco Robl III.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Transforma em **PARQUE MUNICIPAL** a área destinada a RESERVA FLORESTAL LEGAL, correspondente a QUADRA Nº 04 do CONJUNTO RESIDENCIAL PADRE FRANCISCO ROBL III transformando em PARQUE MUNICIPAL.

Art. 2º. Revogada as disposições em contrário esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Jussara,
Aos 13 de setembro de 2017.



MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

ANEXO E



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA

Av. Napoleão Moreira da Silva nº 28 - tel.: (44) 3628-1212 - CEP 87.230-000
CNPJ/MF: 75789552/0001-20 - Jussara - Estado do Paraná

LEI nº 1.268/2011

SÚMULA: Institui o Plano Diretor Municipal de Jussara, Estado do Paraná.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

TÍTULO I
DA FINALIDADE, ABRANGÊNCIA E OBJETIVOS GERAIS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 1º. Esta Lei, com fundamento na Constituição Federal, em especial no que estabelecem os artigos 30 e 182; na Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade – na Constituição do Estado do Paraná e na Lei Orgânica do Município, institui o Plano Diretor Municipal de Jussara, Estado do Paraná, e estabelece as normas, os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação.

Art. 2º. O Plano Diretor Municipal aplica-se a toda extensão territorial do Município de Jussara, Estado do Paraná,

Art. 3º. O Plano Diretor Municipal é parte integrante do processo de planejamento municipal e o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e os planos, programas e projetos setoriais incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.

Art. 4º. Integram o Plano Diretor Municipal, instituído por esta Lei, as seguintes leis:

- I - Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;
- II - Lei do Parcelamento do Solo Urbano;
- III - Lei do Perímetro Urbano;
- IV - Lei do Sistema Viário;
- V - Código de Obras;
- VI - Código de Posturas.

Art. 5º. Outras leis poderão vir a integrar o Plano Diretor Municipal, desde que cumulativamente:

- I - mencionem expressamente em seu texto a condição de integrantes do conjunto de leis componentes do PDM;
- II - tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal;
- III - definam as ligações existentes e a compatibilidade entre seus dispositivos e o das outras leis já componentes do PDM, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DO
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 6º. A política de desenvolvimento municipal deve se pautar pelos seguintes princípios:

- I - a função social da cidade e da propriedade;
- II - justiça social e redução das desigualdades sociais;
- III - preservação e recuperação do ambiente natural;
- IV - sustentabilidade;
- V - gestão democrática e participativa.

§ 3º. As áreas delimitadas como Macrozona de Ocupação Prioritária são as demarcadas no mapa de Macrozoneamento Urbano e deverão ser delimitadas em lei municipal específica, para aplicação do instrumento de Direito de Preempção e são suas diretrizes:

- I - ocupar ou parcelar lotes ou glebas vazios;
- II - ampliar oferta de lotes urbanos em áreas dotadas de infraestrutura para fins residências e implantação de atividades produtivas;
- III - aplicar o instrumento de parcelamento compulsório para fins residenciais, atendendo o coeficiente de aproveitamento mínimo definido;
- IV - definir prazo para cumprimento do instrumento, posterior a esse prazo passa a valer o IPTU progressivo;
- V - aplicar IPTU progressivo em áreas já parceladas não ocupadas ou subutilizadas que não estão à venda.

Art. 41. A Macrozona Produtiva caracteriza-se pela presença de atividades comerciais e de serviços de pequeno e médio porte, tendo como diretrizes:

- I - controlar a ocupação através de coeficientes de aproveitamento e taxa de permeabilidade;
- II - controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;
- III - incentivar o uso semipúblico das propriedades e a interação entre espaços público e privado;
- IV - melhorar o calçamento e adequar o mobiliário urbano de forma a facilitar a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais;
- V - valorizar paisagisticamente.

Art. 42. A Macrozona de Preservação da Paisagem compreende áreas de interesse histórico/cultural, visando o desenvolvimento turístico, inibindo ocupações. Identificada no mapa do macrozoneamento municipal, compreende a área da antiga estação ferroviária, tendo como diretrizes:

- I - Conservar patrimônio ambiental aliado ao incremento do turismo;
- II - Integrar ações assegurando a vocação histórica/cultural;
- III - Preservar a paisagem e qualificar o meio urbano;
- IV - Controlar a ocupação urbana, possibilitando atividades voltadas à cultura, turismo e lazer;
- V - Promover o turismo sustentável.

Art. 43. A Macrozona de Expansão Industrial consiste na área no perímetro ao longo da PR 323 para instalações industriais e de comércio e serviços de médio e grande porte, tendo como diretrizes:

- I - controlar a ocupação através de coeficientes de aproveitamento e taxa de permeabilidade;
- II - controlar as atividades industriais, restringindo aquelas de grande impacto.

Art. 44. A Macrozona de Controle Ambiental compreende a área do atual cemitério municipal e a área desde a antiga estação ferroviária até a nascente do córrego Arixinguana, e tem como diretrizes:

- I - desenvolver e implantar o plano de gestão ambiental;
- II - promover manutenção permanente e revitalização paisagística do local,
- III - desenvolvimento de parque ecológico na área do córrego Arixinguana.

Art. 45. Macrozona de Expansão Urbana caracteriza-se pelas áreas contidas no perímetro urbano e que pela sua localização e topografia são passíveis de urbanização futura, tendo como diretrizes:

- I - garantir a continuidade das vias nos próximos loteamentos, principalmente às vias arteriais e coletoras;
- II - garantir a reserva de área pública para a instalação de equipamentos públicos e áreas verdes;
- III - garantir a justa distribuição dos equipamentos públicos;
- IV - observar a infraestrutura exigida na lei de parcelamento do solo.

Art. 46. O Eixo de Produção Industrial caracteriza-se pelas áreas ao longo da PR 323 e da rodovia na saída para a Companhia Melhoramentos, tendo como diretrizes:

- I - Instalação de atividades industriais e comerciais e prestadores de serviços de grande porte;
- II - garantir a reserva de área pública para a instalação de equipamentos públicos e áreas verdes;
- III - analisar as licenças para as instalações de forma a não prejudicar a saúde e o sossego da população urbana;
- IV - observar a infraestrutura exigida na lei de parcelamento do solo.

Art. 47. A Macrozona do Cinturão Verde compreende faixa de 500 (quinhentos) metros a partir do perímetro urbano, para amenizar conflitos entre atividades rurais e urbanas, tendo como diretrizes:

- I - garantir e salvaguardar a saúde e bem estar da comunidade urbana;
- II - disciplinar o manejo das atividades rurais ali exploradas;

III - proibir a construção e instalação de aviários e suinocultura que comprometa a qualidade de vida e o sossego da população urbana;

IV - inibir atividades produtivas que utilizem queimada ou defensivos agrícolas que possam comprometer a população urbana.

SEÇÃO III

DO ORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

Art. 48. Para fins deste Plano Diretor Municipal, o sistema viário é o conjunto de vias e logradouros públicos e o conjunto de rodovias que integram o Sistema Viário Urbano e Sistema Viário Municipal, tendo como diretrizes para seu ordenamento:

I - induzir o desenvolvimento pleno da área urbana do Município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face à forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;

II - adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação;

III - hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a promover segurança e conforto;

IV - eliminar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;

V - adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas portadoras de deficiências;

VI - garantir acessibilidade universal nos passeios públicos.

TÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Art. 49. O Município de Jussara, Estado do Paraná, adotará, para o desenvolvimento e a gestão do planejamento territorial, os instrumentos de política urbana, abaixo transcritos, que se fizerem necessários, especialmente os previstos na Lei Federal nº 10.257/2001 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, em consonância com as diretrizes da política nacional, estadual e regional de desenvolvimento:

I - Instrumentos de Planejamento:

- a) Plano Plurianual (PPA);
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- c) Lei de Orçamento Anual (LOA);
- d) Lei do Plano Diretor Municipal;
- e) Planos, programas e projetos elaborados em nível local.

II - Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos:

- a) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- b) desapropriação;
- c) servidão e limitações administrativas;
- d) tombamento e inventários de imóveis, conjuntos e sítios urbanos ou rurais;
- e) concessão de direito real de uso;
- f) concessão de uso especial para fim de moradia;
- g) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- h) usucapião especial de imóvel urbano, coletivo ou individual;
- i) direito de preempção;
- j) operações urbanas consorciadas;
- k) outorga onerosa do direito de construir;
- l) transferência do direito de construir;
- m) direito de superfície;
- n) outorga onerosa de alteração de uso;
- o) regularização fundiária;
- p) assistência técnica e jurídica para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- q) relatórios de impacto ambiental e de impacto de vizinhança;
- r) termo de ajustamento e conduta;
- s) fundo de desenvolvimento territorial;
- t) sistema municipal de informações.

III - Instrumentos Tributários e Financeiros:

- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- b) contribuição de melhoria;

ANEXO F



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA

Av. Princesa Isabel nº 320 - Fone: (44) 3628-1212 - CEP 87.230-000
CNPJ/MF: 75789552/0001-20 - Jussara - Estado do Paraná

LEI nº 1.285/2011

SÚMULA: Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Jussara.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Código contém as medidas de polícia administrativa, a cargo do Município de Jussara em matéria de higiene pública, do bem estar público, costumes, segurança, ordem pública, proteção e conservação do meio ambiente, numeração de edificações, funcionamento e localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatuindo as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes.

§ 1º. O disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas em edificações e estabelecimentos, no que couber.

§ 2º. Ao Prefeito e, em geral, aos servidores públicos municipais competem zelar pela observância dos preceitos deste código.

§ 3º. Toda Pessoa Física ou Jurídica, sujeita às prescrições deste Código, fica obrigada a facilitar, por todos os meios, a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

Art. 2º. As disposições sobre a utilização das áreas contidas neste Código e complementares às Leis Municipais de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras, visam:

- I - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste município;
- II - garantir o respeito às relações sociais e culturais;
- III - estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;
- IV - promover a segurança e harmonia dentre os munícipes.

TÍTULO II DAS POSTURAS MUNICIPAIS CAPÍTULO I

DA HIGIENE PÚBLICA

Art. 3º. A fiscalização sanitária abrange especialmente a limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, dos estábulos, cocheiras e pocilgas, bem como de todos aqueles que prestem serviços a terceiros.

Art. 4º. Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, o funcionário competente apresentará um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo único. A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades competentes, federais ou estaduais, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

SEÇÃO I DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 5º. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

SEÇÃO VIII

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 80. É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos.

Art. 81. Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da municipalidade.

Art. 82. O animal recolhido em virtude do disposto nesta seção será retirado dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, mediante pagamento da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo único. Não sendo retirado o animal nesse prazo deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação, ou dar outra destinação em caso de licitação negativa.

Art. 83. Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e distritos serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º. Se não for retirado pelo seu dono, dentro de 10 (dez) dias mediante o pagamento de taxas e multas, a Prefeitura dará ao mesmo a destinação que melhor lhe convier.

§ 2º. Os proprietários dos cães registrados serão notificados, devendo retirá-los em idêntico prazo, sem o que a Prefeitura dará ao mesmo a destinação que lhe convier.

Art. 84. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 85. É proibida a criação de qualquer animal que prejudique ou coloque em risco a vizinhança, observadas as legislações pertinentes.

CAPÍTULO III

DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 86. Para o exercício do seu poder de polícia quanto ao meio ambiente, a Prefeitura Municipal respeitará a competência da legislação e autoridade da União e do Estado.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas, que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar da população e, ainda, possa comprometer a flora e a fauna ou a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais e recreativos.

Art. 87. No interesse do controle da poluição do ar e da água a Prefeitura exigirá parecer do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) sempre que lhe for solicitada autorização de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 88. É proibido:

I - deixar no solo qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive dejetos e lixos sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular;

II - o lançamento de resíduos em rios, lagos, córregos, poços e chafarizes;

III - desviar o leito das correntes de água, bem como obstruir de qualquer forma o seu curso;

IV - é proibido fazer barragens sem prévia licença da Prefeitura;

V - o plantio e conservação de plantas que possam constituir foco de insetos nocivos à saúde;

VI - o plantio e conservação de plantas na área urbana só poderão ser feito com espécies baixas, que garantam a segurança e o sossego da população, podendo o Executivo, por decreto, determinar as espécies não permitidas.

VII - atear fogo em roçada, palhadas ou matos.

§ 1º. O plantio e conservação de plantas na área urbana só poderão ser feitos com espécies baixas que garantam a segurança e o sossego da população, podendo o Executivo, por decreto, determinar as espécies não permitidas.

§ 2º. Na área em volta do perímetro urbano, denominada cinturão verde, ficam proibidas queimadas e a aplicação de inseticidas ou qualquer outro produto que venha a por em risco a

população, devendo ser incentivada a cultura orgânica nestas áreas, bem como a instalação de atividade que cause incômodo à população.

Art. 89. As florestas existentes no território municipal e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente a Lei Federal nº 4.771, de 15/09/65, denominada Código Florestal, estabelecem.

Parágrafo único. Consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

I - ao longo dos rios, ou de outros quaisquer cursos d'água, em faixa marginal, prescritas no Código Florestal;

II - ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais;

III - no topo de morros, montes montanhas e serras;

IV - nos campos naturais ou artificiais as florestas nativas e as vegetações campestres.

Art. 90. Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

I - a atenuar a erosão das terras;

II - a formar faixas de proteção aos cursos d'água;

III - a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

IV - assegurar condições de bem estar público.

Art. 91. O Município, dentro de suas possibilidades, deverá criar:

I - unidades de conservação, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais e científicos, dentre outras, observado o disposto na Lei Federal nº 9.985/2000;

II - florestas, Bosques e Hortos Municipais, com fins técnicos, sociais e pedagógicos.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques, Florestas, Bosques e Hortos Municipais.

Art. 92. A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições do Código Florestal Brasileiro, independentemente de outras licenças ou autorizações cabíveis.

Art. 93. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 94. É expressamente proibida, dentro dos limites da cidade e distritos, a instalação de atividades que, pela emanção de fumaça, poeira, odores e ruídos incômodos, ou que por quaisquer outros motivos possam comprometer a salubridade das habitações vizinhas, à saúde pública e o bem estar social.

§ 1º. A Prefeitura fará projeto de manejo, recuperação e arborização das vias e logradouros públicos.

§ 2º. O particular interessado poderá substituir, às suas expensas, a árvore em seu passeio, desde que devidamente autorizado pela Prefeitura quanto ao local e espécie.

TÍTULO III
DOS ATOS NORMATIVOS
CAPÍTULO I
DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA
SEÇÃO I
DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 95. Nenhum estabelecimento comercial de prestação de serviço e industrial poderá funcionar no município sem a prévia autorização da Prefeitura, concedida na forma de Alvará a requerimento dos interessados e mediante o pagamento dos tributos devidos.

ANEXO G



CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA

PALÁCIO PREFEITO MANOEL JOSÉ SOARES

ENCAMINHE-SE	
Em, 10 de 08 de 2021	
José Roberto Leite Cavalcante Presidente	

SESSÃO	19ª Ordinária
DIA	10 / 08 / 2021
RUBRICA	

INFORMAÇÕES BÁSICAS

INDICAÇÃO	Nº 249, 10 DE AGOSTO DE 2021
INICIATIVA	Vereador: VINÍCIUS VALENTINI DIAS
DESTINO	Chefe de Gabinete: PÉRSIO JEAN PEREIRA DE SOUZA

O vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação do PLENÁRIO, a seguinte proposição:

SÚMULA:

PROPONDO ESTUDOS SOBRE A POSSIBILIDADE DA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA AS FAMILIAS QUE ATUALMENTE RESIDEM NOS "CONJUNTOS - CORREDORES" DAS RUAS CARAVELAS E REBOUÇAS.

JUSTIFICATIVA

Justifica a atenção especial em razão da situação crítica em que vivem e sugere a construção de novas moradias visando melhor acolhimento dessas famílias que muito sofrem com a situação.

Sala das Sessões,
Em, 10 de agosto de 2021

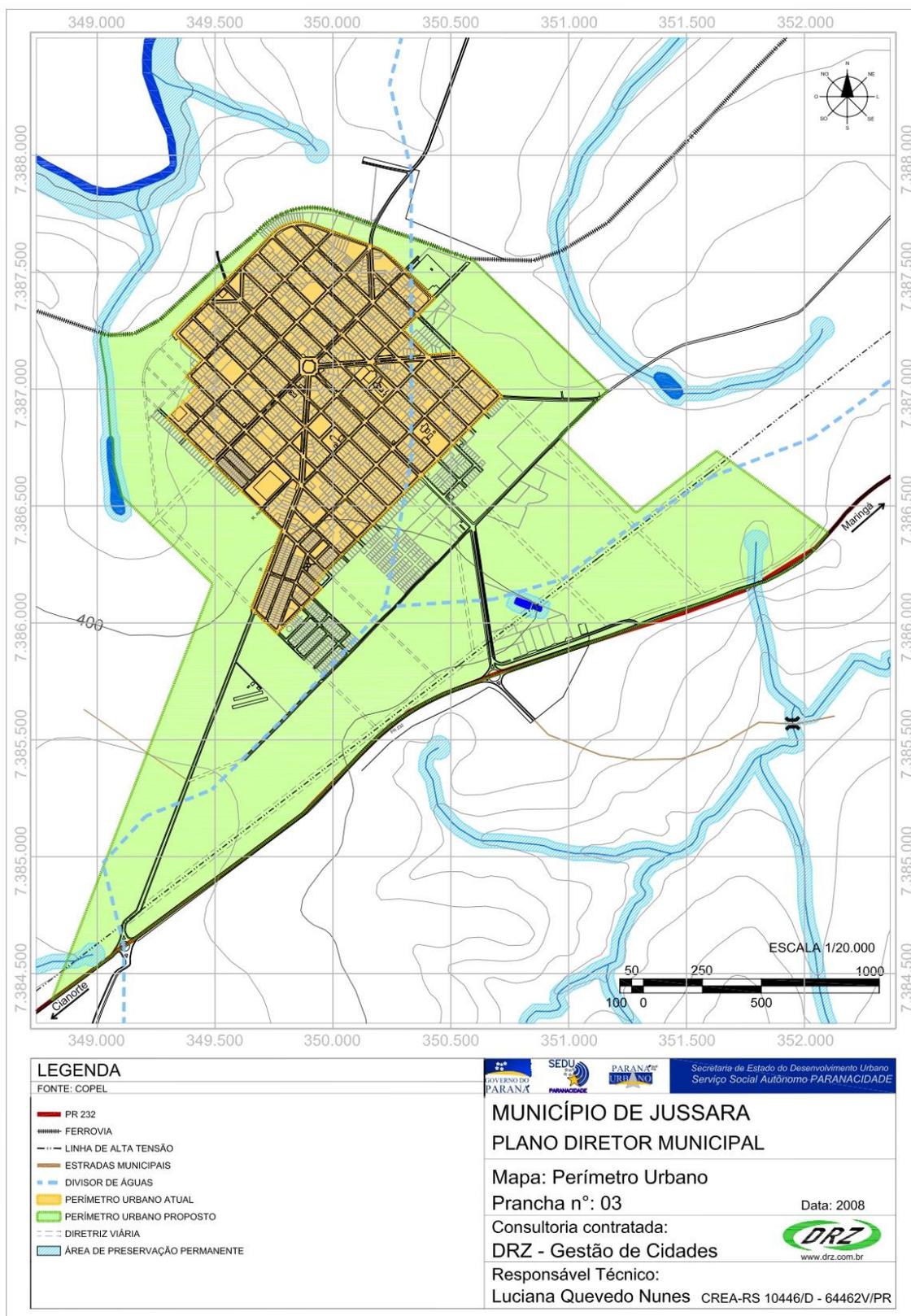
Vinicius Valentini Dias
Vereador

PREFEITURA M. DE JUSSARA	
PROTOCOLO	
Número	909/21
Data	10 / 08 / 2021
Rubrica	Funcionário / 10

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA-PR	
APROVADO Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	em ÚNICA
discussão por UNANIMIDADE	
Sala das Sessões, em 10 / 08 / 2021	
 PRESIDENTE	

CÂMARA MUN. DE JUSSARA-PR	
LIDO NO EXPEDIENTE 10 / 08 / 21	
 PRESIDENTE	

ANEXO H



ANEXO I

